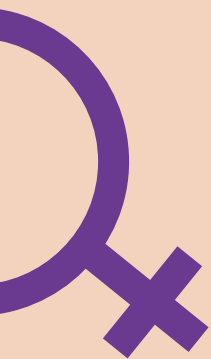


RASEAM

**Relatório Anual
Socioeconômico
da Mulher**

2025

Março 2025 | Ano VIII



Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

RASEAM 2025

Março/2025 * ANO VIII



MINISTÉRIO DAS
MULHERES



Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Cida Gonçalves

Ministra de Estado das Mulheres

Maria Helena Guarezi

Secretária-Executiva

Fátima Cleide Rodrigues da Silva

Secretária Nacional de Articulação Institucional,
Ações Temáticas e Participação Política

Denise Motta Dau

Secretária Nacional de Enfrentamento
à Violência contra Mulheres

Rosane da Silva

Secretária Nacional de Autonomia Econômica
e Política de Cuidados

Kátia Liana Moraes Guimarães

Chefe de Gabinete

Camila Rocha Firmino

Coordenadora-Geral do Observatório Brasil
da Igualdade de Gênero

©2025. Ministério das Mulheres

Elaboração, distribuição e informações:

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero gov.br/mulheres/observatorio
Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, Brasília/DF, CEP: 70046-900 Telefone:
(61) 2027-3625
E-mail: observatorio@mulheres.gov.br

Acesse as edições do **RASEAM** e o **Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero** em gov.br/mulheres/observatorio
Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher gov.br/mulheres/ligue180

Equipe técnica do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Alessandra Scalioni Brito
Ana Claudia Henriques de Araujo
Daniela Peixoto Ramos
Camila Rocha Firmino
Kamilla Dantas Matias

Grupo de Trabalho de Monitoramento de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero - Portarias nº 31, de 19 de setembro de 2023 e nº 40, de 13 de março de 2024:

Ministério das Mulheres

Camila Rocha Firmino - titular
Kamilla Dantas Matias - suplente
Ananda Winter Marques - titular
Letícia Amédee Péret Resende - suplente
Edneide Arruda Pereira - titular
Andreza Silva Xavier -suplente
Simone Cristina Souza - titular
Anita Cunha Monteiro- suplente
Jordana Cristina de Jesus - titular
Giovanna Pinto Lemos da Silva - suplente

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Joana Mostafa - titular
Ana Amélia Camarano - suplente

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Dalea Soares Antunes - titular
Barbara Cobo Soares - suplente

ONU Mulheres

Larissa Cervi - titular

Ana Carolina Querino dos Santos - suplente

Organização Internacional do Trabalho – OIT

Camila Ramos Almeida

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Adriana Marcolino - titular

Patrícia Costa - suplente

Projeto gráfico e diagramação

Fábio Rodrigues

Revisão e edição

Alessandra Scalioni Brito

Ana Claudia Henriques de Araujo

Camila Rocha Firmino

Kamilla Dantas Matias

Agradecimentos

Agradecemos a todos os órgãos e a todas as instituições que forneceram informações para subsidiar este RASEAM 2025.

Distribuição gratuita

Primeira tiragem: A definir número de exemplares.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte.

Normalização bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM / Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. -- Ano 7 (mar. 2025) - . - Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025 -
v.: il.

Anual.

ISSN 2318-5619

1. Mulheres – Aspectos socioeconômicos. 2. Igualdade de gênero. 3. Educação feminina. 4. Mulheres – Atividades políticas. 5. Mulheres – Saúde. 6. Violência contra as mulheres. I. RASEAM – Relatório anual socioeconômico da Mulher. II. Brasil. Ministério das Mulheres.

CDU – 396(81)

Sumário

Apresentação	9
Introdução	10
Referências bibliográficas	14
EIXOS TEMÁTICOS	16
1. Estrutura Demográfica	17
Indígenas e quilombolas	18
Razão de sexo	19
Perfil etário das mulheres brasileiras	21
Taxa de fecundidade	22
Características dos domicílios e mulheres responsáveis por eles	23
Perfil etário das mulheres responsáveis pelo domicílio por espécie da unidade doméstica: o papel das mulheres idosas	26
As mulheres em domicílios particulares improvisados	30
Referências bibliográficas	32
2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho	33
Participação na força de trabalho	33
Ocupação e desocupação	35
Mulheres jovens de 15 a 29 anos: estudo, trabalho e cuidado	36
Acesso à creche	37
Informalidade	38
Trabalho doméstico análogo à escravidão	40
Rendimento médio	42
Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios	44
Políticas de incentivo às mulheres em estabelecimentos formais	47
Mulheres com deficiência	48
Domicílios com chefe mulher preta ou parda têm rendimento domiciliar <i>per capita</i> menor	50
Insegurança alimentar	51
Referências bibliográficas	53
3. Educação para a igualdade e cidadania	54
Alfabetização	54
Educação Infantil e Ensino Fundamental	57
Ensino Médio	61
As desigualdades entre mulheres e homens, raça e deficiência na educação ..	66

Ensino Superior	67
Bolsas concedidas pelo CNPq	72
Referências bibliográficas	74
4. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	75
Incidência de novos casos de HIV	79
Razão de Mortalidade Materna	80
Mulheres e acesso à saúde preventiva	83
Perfil dos nascimentos	84
Acompanhamento Pré-Natal	89
Parto Cesário	90
Acesso a serviços de saúde	92
Dignidade Menstrual	93
Suicídio (Violência autoprovocada)	94
Referências bibliográficas	99
5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres	101
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	102
Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	110
Rede de atendimento à mulher	114
Violência letal contra mulheres	115
Mulheres no sistema penitenciário brasileiro	119
Mulheres gestantes e filhas(os) no cárcere	121
Referências bibliográficas	124
6. Mulheres em espaço de poder e decisão	126
Eleições de 2024	126
As mulheres nas eleições de 2024	133
Lideranças partidárias no Congresso	134
As mulheres e os temas sociais	136
Mulheres em demais espaços de poder e decisão	138
Secretarias de Políticas para as Mulheres	144
Referências bibliográficas	146
Lista de sites consultados	146
7. Mulheres no esporte	149
Jogos Olímpicos	149
Jogos Paralímpicos	151
Bolsa Atleta	152

SUMÁRIO ESTATÍSTICO	154
1. Estrutura demográfica	155
2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho.....	155
3. Educação para igualdade e cidadania	156
4. Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos	157
5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	158
6. Mulheres em espaços de poder e decisão	159
7. Mulheres no esporte	160
TABELAS DOS INDICADORES	161
1. Estrutura demográfica	162
2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho	164
3. Educação para igualdade e cidadania	172
4. Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos	175
5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	178
6. Mulheres em espaço de poder e decisão	182
7. Mulheres no esporte	186
ANEXOS	187
Legislação	188
Lista de gráficos	189
Lista de tabelas	198
Lista de base de dados	201



Apresentação

A edição de 2025 do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM é mais um instrumento de apoio à promoção da igualdade entre mulheres e homens entregue pelo nosso Ministério. Com 328 indicadores que descrevem a realidade das mulheres brasileiras a partir de aspectos demográficos, do mundo do trabalho, de educação, de saúde, do enfrentamento à violência, de espaços de poder e decisão e dos esportes; o Relatório torna mais acessíveis informações de diversas bases de dados governamentais ao reuni-las em uma só publicação.

Instituído pela Lei 12.224, de 12 de abril de 2010, e regulamentado pelo Decreto 8.131/2013, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher desde sua primeira edição, em 2013, se consolidou como referência na divulgação de informações quantitativas sobre a realidade das brasileiras.

O RASEAM é uma responsabilidade deste Ministério e reflete o compromisso do governo federal com o fortalecimento das políticas para as mulheres. Se em 2003, respondendo às reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, o Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; vinte anos depois, avançamos ainda mais com a criação do Ministério das Mulheres.

O RASEAM é fruto do aperfeiçoamento das políticas para as mulheres, pois busca nos registros administrativos e pesquisas estatísticas informações úteis para formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas para as mulheres.

Além disso, as informações divulgadas pelo RASEAM visam servir de ferramenta para estimular a participação social.

Espero que os dados do RASEAM 2025 possam ser utilizados pela sociedade civil e pelos setores público e privado com o mesmo objetivo, que é melhorar a qualidade de vida das brasileiras.

Cida Gonçalves

Ministra de Estado das Mulheres



Introdução

A igualdade entre mulheres e homens é um valor e um objetivo necessário à consolidação da democracia e ao desenvolvimento econômico e social sustentável.

Nesse contexto, o conceito de transversalidade de gênero (ou gender mainstreaming) foi introduzido e reforçado na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995. Trata-se de uma estratégia para promover a igualdade entre mulheres e homens de forma sistemática e contínua nas políticas, programas e práticas de todos os setores e níveis de decisão.

O objetivo da transversalidade de gênero é assegurar que as perspectivas e necessidades das mulheres e meninas sejam consideradas em todas as áreas da vida social, econômica e política, não como uma questão isolada, mas como um princípio orientador para o desenvolvimento e a justiça social.

Um dos objetivos estratégicos da Plataforma é fortalecer os mecanismos institucionais para o avanço das mulheres. Como é o caso do Ministério das Mulheres, essas instituições são responsáveis pela implementação de políticas para as mulheres e pela articulação governamental que garanta que todas as políticas públicas considerem as necessidades específicas de meninas e mulheres.

Assim, para que as políticas públicas sejam planejadas considerando as necessidades dessa parcela da população, a produção de dados desagregados por sexo é fundamental. Essa recomendação consta da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995), da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979), dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030, 2015), do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD, 1994), da Convenção nº 100 da OIT sobre Igualdade de Remuneração (1951), da Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral da ONU (2015), dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais (ONU, 1994), Resolução 58/4 (2014) da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), entre outros.

As mulheres, que constituem metade da população mundial, têm sido tradicionalmente ignoradas nos registros históricos e em pesquisas científicas. Essa lacuna de dados é frequentemente atribuída ao enviesamento dos produtores de pesquisas, predominantemente homens.

As mulheres, por exemplo, estão sub-representadas nas pesquisas médicas. Remédios agem de forma diferente no corpo de mulheres e homens e drogas que poderiam funcionar para problemas de saúde das mulheres podem estar sendo descartadas (PEREZ, 2022).

A medicina surgiu fundamentada na suposição de que os corpos masculinos representavam a humanidade e ainda hoje as pesquisas médicas negligenciam a inclusão de "células femininas" – animais e humanas – em suas pesquisas (PEREZ, 2022).

Outro exemplo está no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, majoritariamente realizado por mulheres, que é sistematicamente excluído do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Pesquisas voltadas para medir questões femininas são frequentemente vistas como específicas, enquanto aquelas baseadas em problemas masculinos são tratadas como universais (PEREZ, 2022).

Assim, olhar para os dados sobre meninas e mulheres é essencial para planejar políticas públicas. É nesse contexto que as Estatísticas de Gênero se destacam. Elas se dedicam a estudar dados desagregados por sexo ou que reflitam as necessidades específicas de mulheres e meninas, sendo essenciais para orientar políticas públicas baseadas em evidências e monitorar o progresso rumo à igualdade de gênero.

O Brasil, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – uma referência mundial em produção de dados estatísticos, demográficos e econômicos –, coleta informações desagregadas por sexo na maioria de suas pesquisas.

Com levantamentos como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), é possível obter informações sobre a população feminina, como composição étnico-racial e etária, rendimento, ocupação, desocupação, alfabetização, condições de moradia, acesso ao saneamento básico, serviços de saúde, religião, entre outros.

Além disso, bases de registros administrativos, como as do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Ministério da Saúde, permitem avaliar a participação feminina em disputas eleitorais e compreender causas de problemas de saúde e mortalidade entre mulheres.

Em relação aos dados sobre violência não letal contra as mulheres, a Portaria nº 2.406, de 5 de novembro de 2004, que instituiu o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher no Sistema de Informação de Agravos de No-

tificação (SINAN), representou um avanço significativo. Esse registro é essencial para monitorar a ocorrência de casos de violência, identificar grupos vulneráveis, orientar políticas públicas de prevenção e enfrentamento, e assegurar proteção e assistência às vítimas.

Reunindo indicadores de diversas fontes, o RASEAM 2025 oferece um panorama sobre a situação socioeconômica das mulheres e as desigualdades que demandam ações do poder público. Seus indicadores também buscam explorar as desigualdades por Grandes Regiões, por cor ou raça, por faixa etária, por localidade urbano e rural, por renda, por existência de deficiência, entre outras.

O capítulo **“Estrutura Demográfica”** aborda a composição demográfica brasileira com ênfase na população feminina. Destaca o envelhecimento populacional, as taxas de fecundidade em queda, e a distribuição por cor ou raça. Nesta edição, o RASEAM traz análises sobre povos e comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas –, estes últimos pesquisados pela primeira vez no Censo 2022, com dados específicos sobre proporção de mulheres.

No capítulo **“Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho”**, o Relatório analisa a participação das mulheres no mercado de trabalho e as disparidades de gênero. Apresenta indicadores de participação, taxa de desocupação, informalidade, e diferenças salariais entre mulheres e homens, trazendo indicadores novos sobre o Relatório de Transparência Salarial do Ministério do Trabalho e Emprego. Além de enfatizar os desafios das mulheres negras e indígenas no mercado de trabalho, que têm maior dificuldade de encontrar trabalho e quando trabalhando recebem salários mais baixos do que as brancas e os homens brancos e negros.

Em **“Educação para a Igualdade e Cidadania”**, o texto examina indicadores de acesso à educação, como taxas de alfabetização, taxa de frequência, taxa de evasão escolar e matrículas, entre outros, com recorte de idade, existência de deficiência e cor ou raça. Em relação ao ensino superior, apresenta dados sobre cursos com mais matrículas femininas e masculinas, sobre o perfil docente e sobre a distribuição de bolsas de pesquisa. Foca nas disparidades de gênero na educação e nos desafios enfrentados por mulheres indígenas e quilombolas. Discute a relevância de políticas públicas voltadas à igualdade de oportunidades educacionais.

O quarto capítulo, **“Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos”**, analisa indicadores relacionados à saúde da mulher, como, por exemplo, da razão de mortalidade materna, taxas de mortalidade por doenças crônicas não

transmissíveis, e partos na infância e adolescência e acesso a serviços de saúde e direitos reprodutivos. Também apresenta dados sobre desigualdades regionais e étnico-raciais de mortalidade e de acesso a serviços de saúde. Esta edição traz novos indicadores relacionados à violência autoprovocada e sobre o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, voltado à distribuição gratuita de absorventes e itens de higiene íntima para estudantes de escolas públicas, mulheres em situação de vulnerabilidade social e aquelas privadas de liberdade.

O capítulo **“Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra Mulheres”** traz estatísticas sobre notificações e atendimento às mulheres em situação de violência, ocorrências policiais de homicídios, feminicídios e estupros, dados do Ligue 180 e sobre as mulheres privadas de liberdade.

No capítulo **“Mulheres em Espaços de Poder e Decisão”** destacam-se a representatividade feminina em cargos políticos e a participação das mulheres em espaços de poder e decisão. O capítulo examina indicadores relativos às eleições de 2024, como, por exemplo, a proporção de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vice-prefeita e vereadora, destacando informações por cor ou raça e por Grandes Regiões. Também apresenta dados sobre a presença feminina em lideranças partidárias, nas centrais sindicais, na magistratura, na diplomacia, nas forças armadas e em cargos de direção, entre outros.

Por fim o capítulo **“Mulheres no Esporte”** aborda a participação feminina nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris, bem como as desigualdades no financiamento e reconhecimento de atletas mulheres.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023. Regulamenta a estrutura da administração pública federal no início do governo de 2023. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11351.htm>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.131, de 27 de novembro de 2013. Regulamenta a Lei nº 12.224, de 12 de abril de 2010, que institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 nov. 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8131.htm>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.224, de 12 de abril de 2010. Institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 abr. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12224.htm>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Portaria nº 2.406, de 5 de novembro de 2004. Institui o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher no âmbito do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 nov. 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2406_05_11_2004_rep.html>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 maio 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.683imprensa.htm>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CRIADO PEREZ, Caroline. **Mulheres invisíveis: dados desiguais em um mundo projetado para homens**. Tradução de Renata Guerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 100 sobre Igualdade de Remuneração**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1951. Disponível em: <<https://www.ilo.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim**. Pequim: Organização das Nações Unidas, 1995. Disponível em: <<https://www.unwomen.org>>. Acesso em: 29 de jan. 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1979. Disponível em: <<https://www.ohchr.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Assembleia Geral da ONU, 2015. Disponível em: <<https://sdgs.un.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <<https://www.un.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)**. Cairo: Organização das Nações Unidas, 1994. Disponível em: <<https://www.unfpa.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução A/RES/70/1: Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Assembleia Geral da ONU, 2015. Disponível em: <<https://undocs.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1994. Disponível em: <<https://unstats.un.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW)**. Nova York: Organização das Nações Unidas, [ano da resolução específica]. Disponível em: <<https://www.unwomen.org>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

PARTE I

EIXOS TEMÁTICOS

1. Estrutura Demográfica

O Brasil tem passado, nas últimas décadas, por diversas mudanças demográficas, entre elas, o envelhecimento da população, fruto da redução do número de filhos e da maior expectativa de vida, sobretudo das mulheres.

Por outro lado, povos e comunidades tradicionais têm buscado e conquistado mais espaço social e nas políticas públicas e se autoidentificado mais. Com um perfil etário mais jovem e com maior presença de pessoas até 24 anos, na comparação com a população total, indígenas e quilombolas revelam outros desafios que devem ser considerados na vida das mulheres brasileiras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, a população brasileira¹ foi estimada em 215,6 milhões de pessoas, com 110,3 milhões de mulheres e 105,3 milhões de homens.

Como a maioria da população brasileira é formada por mulheres (51,1%), é importante entender como as transformações demográficas têm afetado a vida delas nos últimos anos.

A distribuição de mulheres por cor ou raça mostra que 55,7% delas se declaravam pretas ou pardas e 43,1% se declaravam de cor branca. Regionalmente temos importantes diferenças na autodeclaração de cor ou raça.

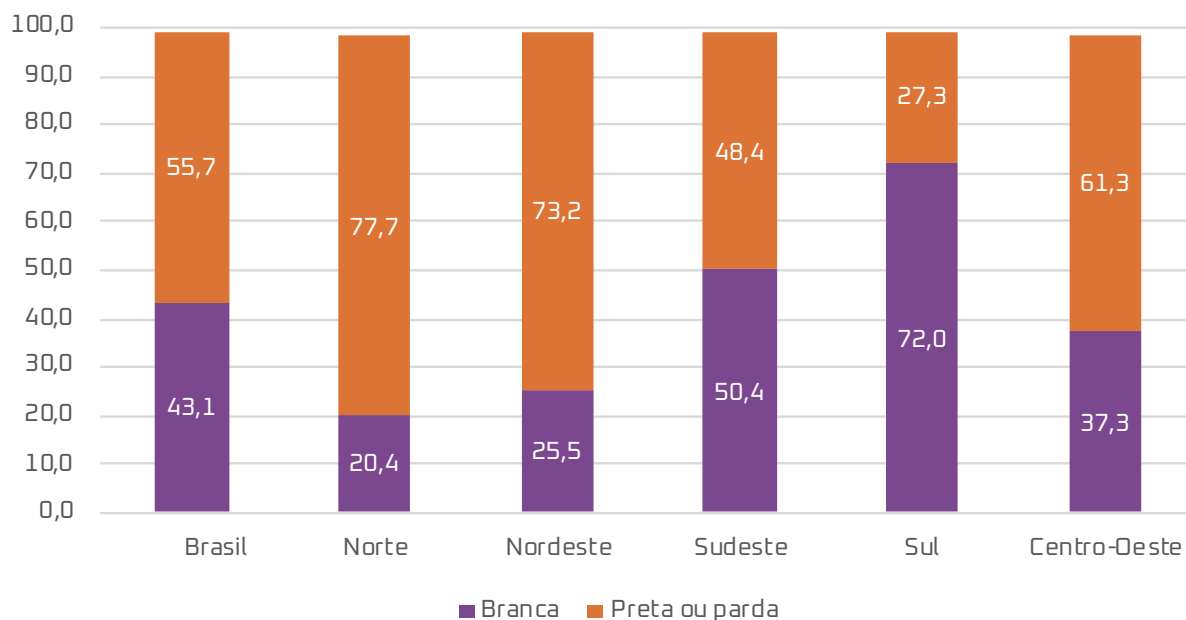
Enquanto as Grandes Regiões Sudeste e Sul possuíam maioria de mulheres brancas, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tinham mais mulheres pretas ou pardas.

A região com maior proporção de mulheres pretas ou pardas era a Norte (77,7%) e a menor, a Sul (27,3%).

¹ Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que ainda não considera os ajustes devido ao Censo 2022.

GRÁFICO 1

Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano. – Ver tabela 1.5.

Indígenas e quilombolas

Com base no Censo 2022, o IBGE pesquisou os povos e comunidades tradicionais²: indígenas e quilombolas³, estes últimos sendo pesquisados pela primeira vez.

No Brasil, havia 1,3 milhão de quilombolas, sobretudo na Região Nordeste (906 mil), ao passo que 1,7 milhão de pessoas se declararam indígenas, com maior peso das Regiões Norte (754 mil) e Nordeste (529 mil).

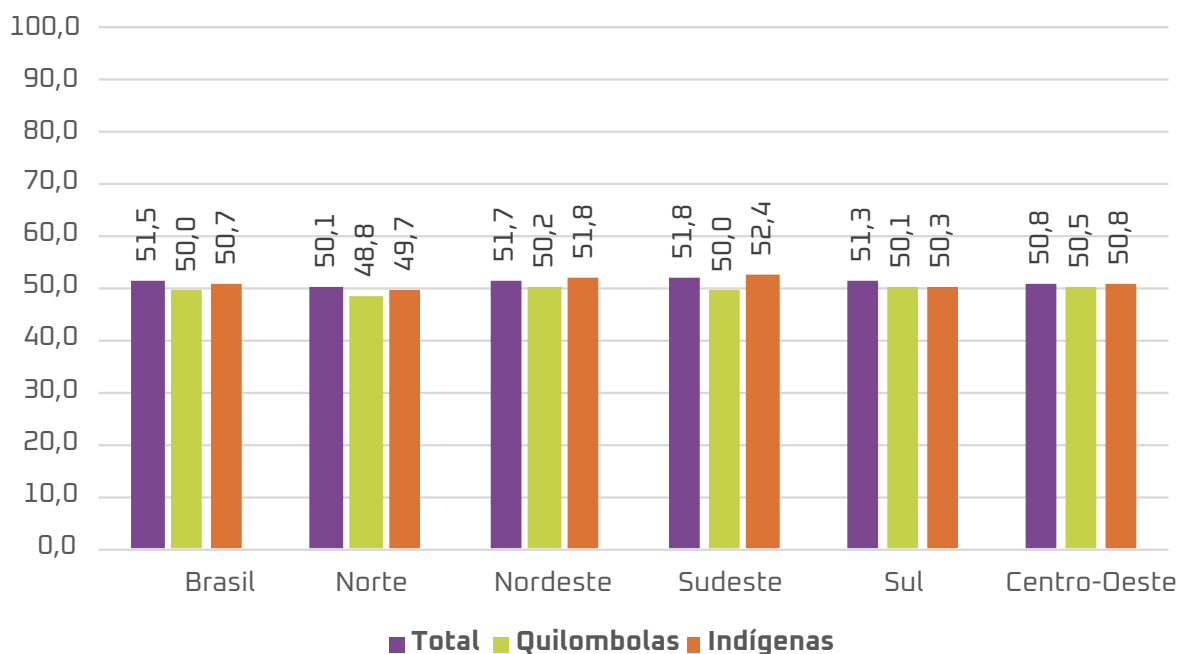
Seguindo a tendência do total da população, quando se considera a população indígena e a quilombola, temos que as mulheres eram maioria em quase todas as Grandes Regiões, exceto pela Região Norte, onde 51,2% dos quilombolas e 50,3% dos indígenas eram homens, e pelos quilombolas da Região Sudeste, no qual a divisão por sexo era meio a meio.

² Os povos e comunidades tradicionais são definidos no Decreto nº 6.040/2007 como grupos culturalmente diferenciados que têm suas próprias formas de organização social.

³ Para o IBGE, que segue normativas nacionais e internacionais, quilombola ou indígena é a pessoa que assim se identifica. Para detalhes dos conceitos e estratégias de coleta do Censo, ver: <<https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/povos-e-comunidades-tradicionais.html>>. Acesso em: outubro de 2024.

GRÁFICO 2

Percentual de mulheres na população total e por povos e comunidades tradicionais, segundo as Grandes Regiões - 2022 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabelas 1.19, 1.20 e 1.23.

Razão de sexo

A razão de sexo⁴ no Brasil era de 0,94 em 2022, com base no Censo Demográfico⁵. Logo, para cada 100 mulheres havia 94 homens. Para a população indígena esta razão era um pouco maior, 0,97, ou seja, 97 homens a cada 100 mulheres, ao passo que para os quilombolas era de exatamente 1. A análise da razão de sexo por grupos de idade mostra que, no Brasil, nascem mais homens que mulheres, levando a uma razão maior que 1 entre os mais jovens, e as mulheres vivem mais que os homens⁶ resultando em uma razão menor que 1 entre os mais velhos.

⁴ A razão de sexo é a razão entre o número de homens e o número de mulheres. Se a razão for menor que 1, temos proporcionalmente mais mulheres que homens na população.

⁵ A tabela 1.8 apresenta a razão de sexo para 2023 com base na PNAD Continua. No entanto, optamos por utilizar o dado do Censo 2022 na análise para manter a comparabilidade entre o resultado da população geral e o da população de comunidades tradicionais. Divergências entre os resultados de ambas as pesquisas podem ocorrer por questões metodológicas e pela diferença temporal.

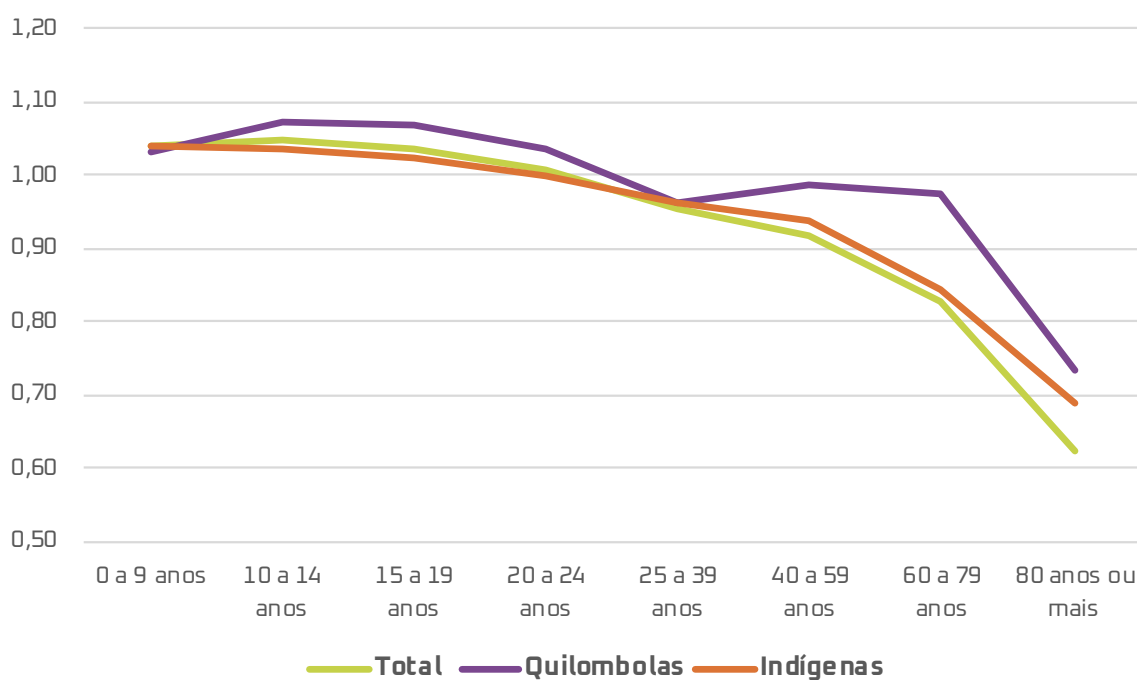
⁶ A esperança de vida ao nascer foi estimada em 76,4 anos em 2023, sendo de 73,1 anos para os homens e 79,7 anos para as mulheres, com base na Projeção da população revista pelo IBGE em 2024. Para detalhes, ver tabela 1.9.

Contudo, podemos observar algumas diferenças quando separamos os povos e as comunidades tradicionais. Ainda que siga a tendência da razão de sexo da população total, entre os indígenas observamos um pouco menos de homens (por 100 mulheres) entre os jovens e um pouco mais de homens (por 100 mulheres) entre os mais velhos, o que faz as curvas verde e marrom se cruzarem, apesar de bem próximas.

Quanto aos quilombolas, observa-se mais homens (por 100 mulheres), na comparação com a razão de sexo da população total, em quase todos os grupos etários, exceto para o de 0 a 9 anos. Destaca-se, além disso, o grupo etário de 60 a 79 anos de idade, no qual a razão de sexo dos quilombolas é 0,97, ao passo que para indígenas e para o total da população está na casa de 0,80, indicando menor presença de homens por 100 mulheres nestes últimos.

GRÁFICO 3

Razão de sexo da população total e por povos e comunidades tradicionais, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico

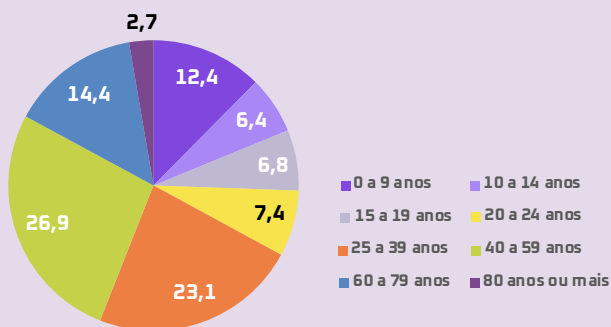
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório - Ver tabelas 1.21, 1.22 e 1.24.

Perfil etário das mulheres brasileiras

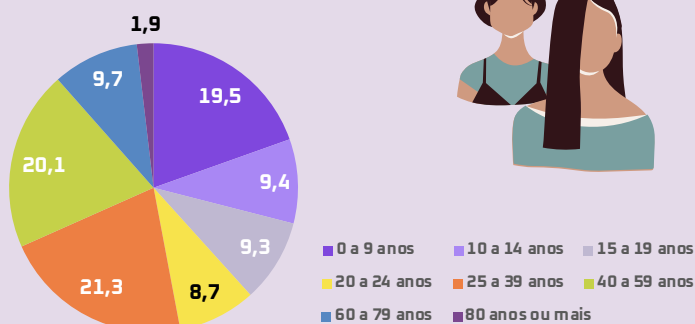
FIGURA 1

Distribuição das mulheres por grupos de idade, total e povos e comunidades tradicionais - Brasil - 2022 (%)

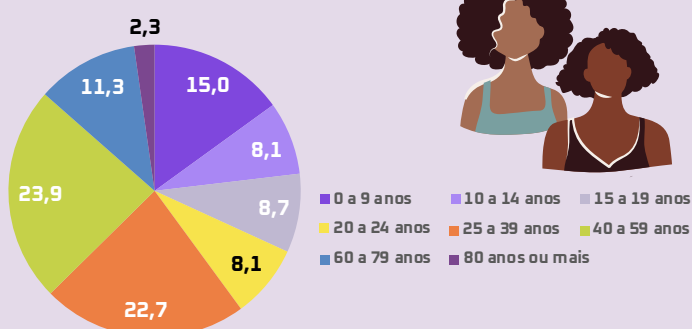
A **população de mulheres no Brasil** se compõe majoritariamente de adultas de 25 a 59 anos (23,1% de 25 a 39 anos e 26,9% de 40 a 59 anos), seguida por crianças e adolescentes até 14 anos de idade (12,4% de até 9 anos e 6,4% de 10 a 14 anos), por idosos (17,1%) e por jovens de 15 a 24 anos (6,8% de 15 a 19 anos e 7,4% de 20 a 24 anos).



O perfil etário das **mulheres indígenas**, por outro lado, é bem mais rejuvenescido. O peso das crianças e adolescentes até 14 anos soma 28,9% (mais de 10 pontos percentuais acima do observado para a população feminina). Enquanto 31,6% das mulheres indígenas tem 40 anos ou mais de idade, este percentual alcança 44,0% entre o total das mulheres brasileiras.



Em relação às **mulheres quilombolas**, seu perfil etário fica no meio do caminho, ou seja, é mais jovem que o do total populacional, mas nem tanto quanto das mulheres indígenas. Neste sentido, 23,2% das mulheres quilombolas tinham até 14 anos de idade, enquanto as quilombolas de 40 anos ou mais de idade somavam 37,4%.



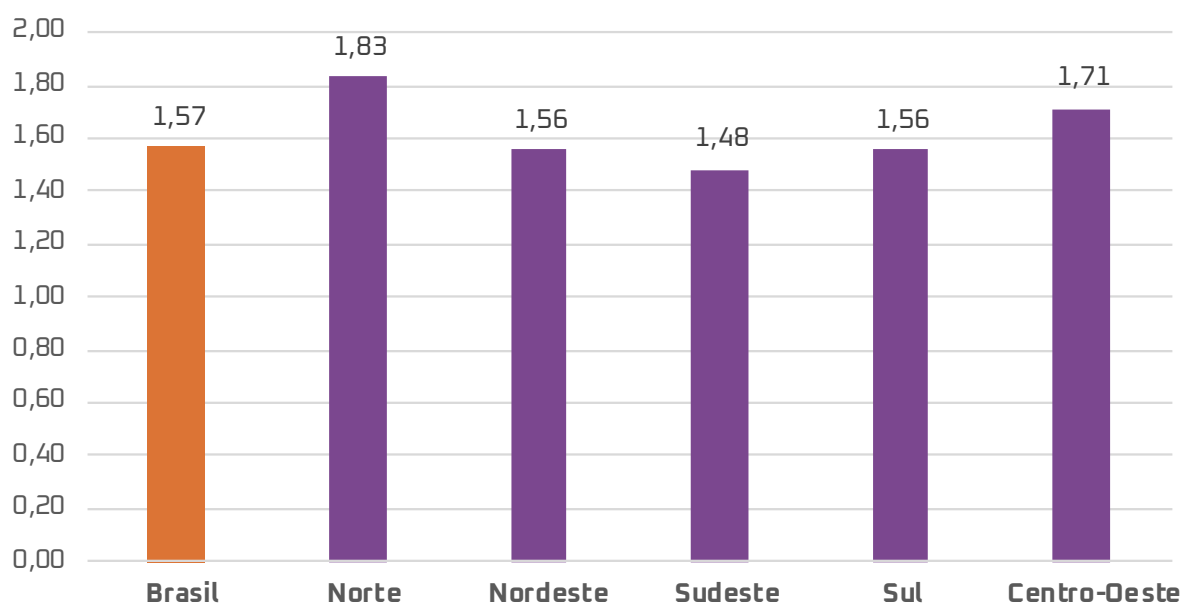
Taxa de fecundidade

Esse padrão mais envelhecido da população brasileira é fruto da redução gradativa da taxa de fecundidade nos últimos anos. Em 2015, a taxa de fecundidade foi estimada em 1,82 filhos(as) por 1.000 mulheres em idade fértil (15 a 49 anos), ao passo que a taxa se reduziu para 1,57 em 2023, abaixo, portanto, da taxa de reposição⁷ da população. Em termos regionais, apenas as Regiões Norte e Centro-Oeste tinham taxa acima da média nacional (1,83 e 1,71, respectivamente), enquanto a menor taxa de fecundidade ocorria no Sudeste (1,48).

Ainda que não divulgada pelo IBGE até o lançamento deste relatório, é esperada uma taxa de fecundidade maior entre as populações indígena⁸ e quilombola, com base no perfil etário mais jovem destas.

GRÁFICO 4

Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 2023



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação: Estimativas e Projeções, Revisão 2024.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 1.10.

⁷ A taxa de reposição populacional é a taxa de fecundidade necessária para equilibrar a quantidade de habitantes no mundo. Essa taxa é de 2,1, que seriam dois filhos para substituir os pais e a fração 0,1 para compensar o número de pessoas que morrem antes de chegar à idade de reprodução.

⁸ Com base no Censo 2010, por exemplo, a taxa de fecundidade das mulheres indígenas era de 3,88, ao passo que a da população feminina total era de 1,90. Para detalhes, ver: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf. Acesso em: outubro de 2024.

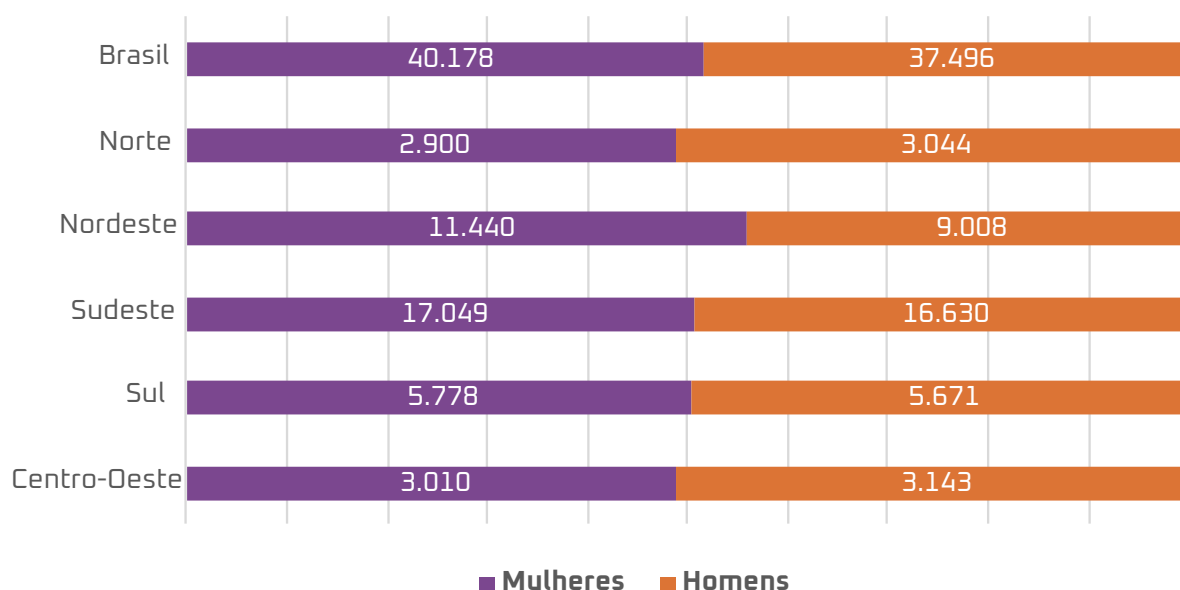
Características dos domicílios e mulheres responsáveis por eles

Em 2023, considerando os domicílios particulares permanentes do País, havia mais domicílios com pessoa responsável do sexo feminino (40,2 milhões) que do masculino (37,5 milhões). A prevalência de domicílios com chefes mulheres passou a ocorrer, conforme a PNAD Contínua, a partir de 2022, quando 37,9 milhões de domicílios tinham pessoa responsável do sexo feminino e 36,3 milhões, do sexo masculino⁹

Em 2023, em termos regionais, homens eram maioria dos responsáveis pelo domicílio apenas no Norte e no Centro-Oeste. Portanto, nas regiões que concentram grande parte da população brasileira (Sudeste, Nordeste e Sul), as mulheres eram quem chefiavam os domicílios.

GRÁFICO 5

Domicílios particulares permanentes por sexo da pessoa responsável, segundo as Grandes Regiões - 2023 (em milhares)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

Ver tabelas 1.1 e 1.2.

⁹ Para consultar a série histórica dos domicílios por sexo do responsável, ver tabela SIDRA 6788. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6788>>. Acesso em: novembro de 2024.

Neste sentido, faz-se imperativo entender quem são estas mulheres. Dentre as responsáveis pelo domicílio, 57,2% se declaravam de cor preta ou parda, 90,1% viviam em área urbana e 42,4% viviam na Região Sudeste.

Em termos de espécie da unidade doméstica¹⁰, 65,2% das mulheres responsáveis viviam em domicílios nucleares, isto é, aqueles formados pelo casal, com ou sem filhos(as) ou enteados(as), ou ainda constituída por mãe com filhos(as). Os dados apontam que 17,9% dos domicílios com mulheres responsáveis eram unidades domésticas estendidas¹¹ e 15,7% eram unipessoais. Uma pequena parcela destas unidades domésticas era do tipo composta (1,2%), ou seja, formada pela pessoa responsável pelo domicílio e por pelo menos um não parente, seja um(a) agregado(a), pensionista, convivente, empregado(a) doméstico(a) ou parente do (a) empregado(a) doméstico(a).

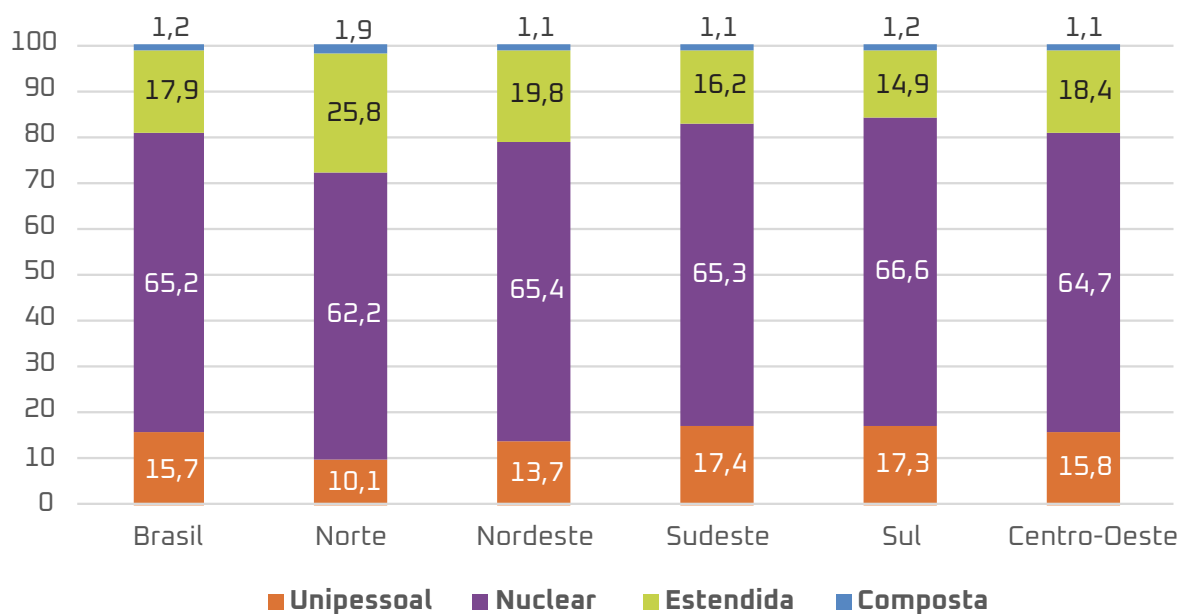
Apesar de a grande maioria dos domicílios com mulheres responsáveis serem do tipo nucleares em todas as Grandes Regiões, algumas diferenças na espécie da unidade doméstica merecem destaque. Na Região Nordeste e, sobretudo, na Norte é maior a proporção de domicílios estendidos (19,8% e 25,8%, respectivamente), o que pode indicar a presença de mais de uma família no mesmo domicílio. Nas Regiões Sudeste e Sul é maior o peso das unidades unipessoais (17,4% e 17,3%, respectivamente), o que pode ter relação com o perfil mais envelhecido da população e o fato de as mulheres viverem mais.

¹⁰ Unidade doméstica é o espaço de convívio permanente de pessoas. A configuração desta unidade pode ser individual, quando a pessoa vive sozinha, ou em grupos, seja por relações de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica. Com base nesse conceito usado pelo IBGE, cada domicílio representa uma unidade doméstica.

¹¹ Unidade estendida é formada pela pessoa responsável e pelo menos um parente, mas que não se enquadra na categoria nuclear, por exemplo, um(a) avô(ó) com netos(as) ou tio(a) com sobrinhos(as).

GRÁFICO 6

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes com pessoa responsável do sexo feminino, por espécie da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

Ver tabela 1.11.

Perfil etário das mulheres responsáveis pelo domicílio por espécie da unidade doméstica: o papel das mulheres idosas

As mulheres que são responsáveis pelo domicílio se concentram nas faixas etárias a partir de 25 anos de idade (93,7%), mas sobretudo entre 40 a 59 anos (38,2%). No entanto, em mais de ¼ dos domicílios com responsável do sexo feminino, estas são idosas (26,7%).

O percentual de idosas chefiando domicílios chega a 55% nas unidades domésticas unipessoais, ou seja, a grande maioria das mulheres morando sozinhas tem 60 anos ou mais de idade, o que nos faz considerar a importância de uma política de cuidados¹, levando-se em conta diferenças de vulnerabilidade existentes neste grupo de mulheres. Em 2023, eram 3,5 milhões de domicílios unipessoais com pessoa responsável de 60 anos ou mais de idade.

As mulheres idosas correspondiam a quase 40% das responsáveis por domicílios do tipo estendido (2,8 milhões de domicílios), no qual há pelo menos um parente que não se enquadre na organização nuclear, como por exemplo uma avó que mora com netos.

Quase 30% das unidades domésticas compostas eram chefiadas por mulheres idosas (134 mil domicílios). Adicionalmente, elas eram responsáveis por 16,5% dos domicílios nucleares, que são o tipo mais comum de organização domiciliar no País, correspondendo a 4,3 milhões de domicílios em 2023.

TABELA 1

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino por espécie da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil - 2023 (%)

Grupos de idade da pessoa responsável	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino				
	Total	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	0,0	0,0	0,0	0,0	-
15 a 19 anos	1,1	0,7	1,2	1,0	3,0
20 a 24 anos	5,1	3,6	5,6	4,1	15,0
25 a 39 anos	28,8	14,0	36,0	15,8	24,9
40 a 59 anos	38,2	26,7	40,7	39,8	28,9
60 anos ou mais	26,7	55,0	16,5	39,2	28,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

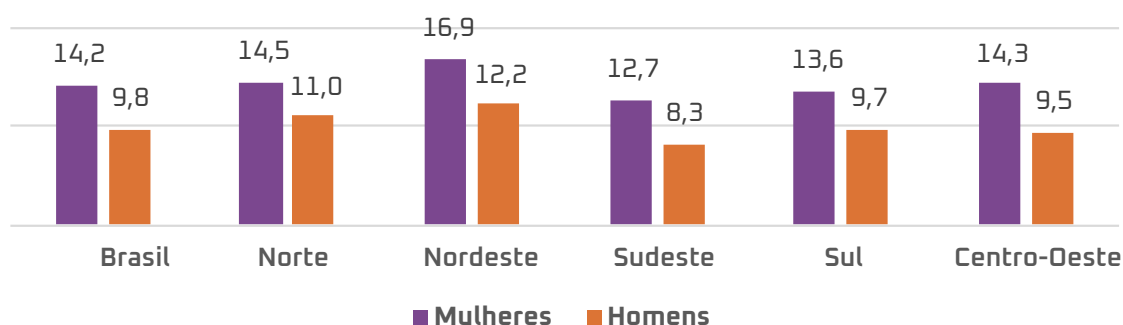
Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano. – Ver tabela 1.13.

Nota 1: O projeto de Lei n. 2762/2024 que institui a Política Nacional de Cuidados foi enviado ao Congresso em julho de 2024. Para detalhes da proposta, ver: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2762.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

Além da importância de se pensar em como lidar com a relevante parcela dos domicílios com pessoa responsável idosa, também merece atenção a proporção de domicílios cujo responsável é uma pessoa com deficiência (PcD). De acordo com o conceito adotado na PNAD Contínua¹², que considera o grau de dificuldade funcional¹³ para definir a pessoa com deficiência, em 2022 foi estimado que em 14,2% dos domicílios com pessoa responsável do sexo feminino e em 9,8% dos domicílios com pessoa responsável do sexo masculino, esta pessoa era PcD. Portanto, uma proporção maior de mulheres com deficiência é responsável pelo domicílio relativamente aos homens. A Região Nordeste apresentou os maiores percentuais de responsáveis com deficiência tanto para aqueles do sexo masculino (12,2%) quanto para os do sexo feminino (16,9%). Já a Região Sudeste tinha os menores percentuais (12,7% das responsáveis mulheres e 8,3% dos responsáveis homens).

GRÁFICO 7

Percentual de domicílios com pessoa responsável com deficiência, por sexo do responsável, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". - Ver tabela 1.17.

¹² A PNAD Contínua considerou pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais. Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.

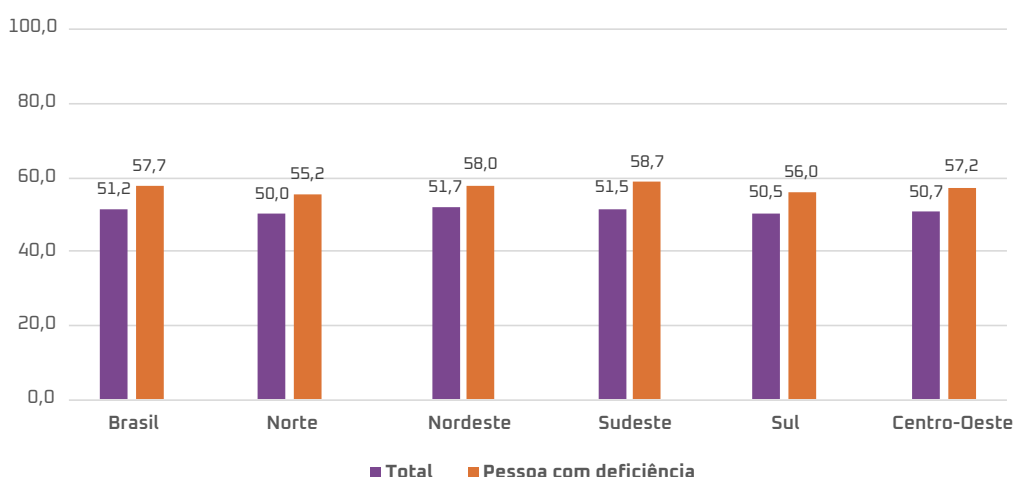
¹³ Conforme o IBGE, "trata-se de um enfoque voltado para a integração social e para as dificuldades que as pessoas com limitações funcionais têm, agravadas pelo meio social no qual vivem em decorrência de barreiras comunicacionais, físicas, normativas ou atitudinais, sem associá-las, exclusivamente, à sua saúde e/ou a uma doença que requerer atendimento médico e/ou reabilitação". Para mais informações, ver: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

O percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio com deficiência alcança 25% em domicílios unipessoais, ou seja, em 1 a cada 4 domicílios com mulher morando sozinha, esta é PcD. Entre os homens este percentual é menor, mas ainda relevante: 13,9% (ver tabela 1.18). Como o conceito utilizado para definir a pessoa com deficiência é baseado nas dificuldades funcionais (tem muita dificuldade ou não consegue de modo algum), portanto mais amplo que o diagnóstico médico, é esperado que haja correlação entre ser idoso e ser PcD uma vez que pessoas idosas tendem a apresentar maiores dificuldades funcionais. Como vimos, 55% das mulheres que moram sozinhas tem 60 anos ou mais de idade, então é esperado essa configuração domiciliar ser a de maior percentual de pessoa com deficiência.

Considerando o total da população de 2 anos ou mais de idade do País em 2022 (209,0 milhões de pessoas), temos que 18,6 milhões eram pessoas com deficiência: 10,7 milhões de mulheres e 7,9 milhões de homens. Logo, 57,7% das pessoas com deficiência eram mulheres, ao passo que a proporção de mulheres na população desta faixa etária era de 51,2%. Esta sobrerrepresentação de mulheres na população com deficiência ocorre em todas as Grandes Regiões. Isto se deve às mulheres terem uma maior expectativa de vida e estarem em maior peso entre as pessoas idosas, que costumam ter um nível de dificuldade funcional maior.

GRÁFICO 8

Percentual de mulheres no total da população de 2 anos ou mais de idade, por existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

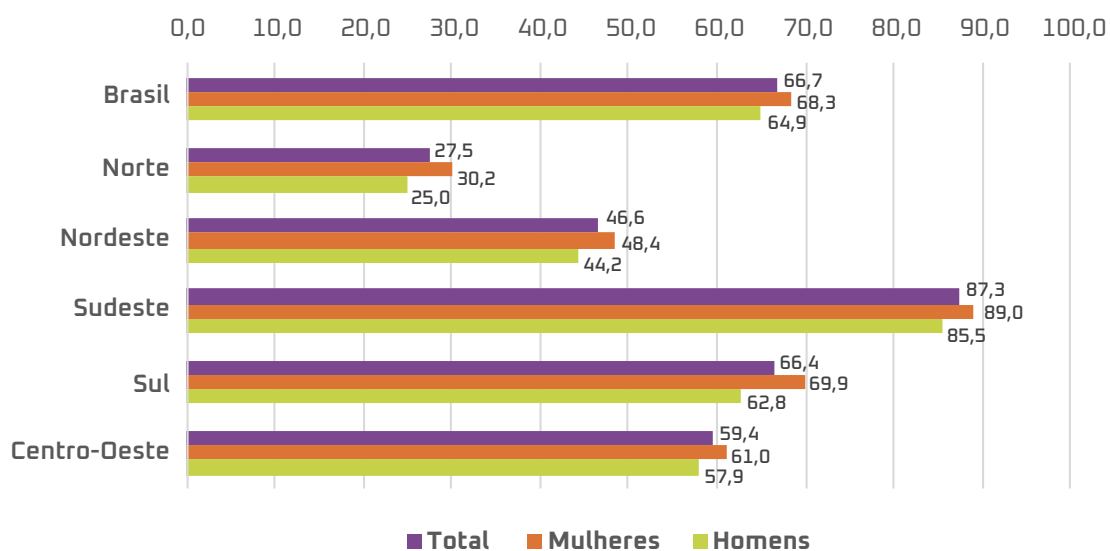
Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". - Ver tabela 1.16.

Outra característica importante dos domicílios que afeta a qualidade de vida das mulheres é o acesso a serviços adequados de saneamento básico. Neste sentido estamos considerando o acesso ao abastecimento de água por rede geral, ao esgotamento sanitário, seja por rede geral ou por fossa séptica ligada à rede geral, além do acesso à coleta direta ou indireta de lixo. Em 2023, 66,7% dos domicílios particulares permanentes do País tinham acesso simultâneo a estes três serviços. Nos domicílios com mulher responsável era um pouco maior este percentual (68,3%) relativamente aos domicílios com homem responsável (64,9%). Apesar de manter a tendência de maior percentual com acesso simultâneo aos serviços de saneamento adequados em domicílios chefiados por mulheres, as diferenças regionais são bem relevantes, o que mostra a desigualdade de acesso ao saneamento adequado entre as mulheres.

Enquanto na Região Sudeste 89,0% dos domicílios chefiados por mulheres tinham saneamento adequado, na Região Norte este percentual era de apenas 30,2%.

GRÁFICO 9

Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta ou indiretamente no total de domicílios particulares permanentes, por sexo da pessoa responsável, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano. 2. Excluímos domicílios com acesso à rede geral, mas cuja principal forma de abastecimento de água não era a rede geral. Ver tabelas 1.3 e 1.4.

As mulheres em domicílios particulares improvisados

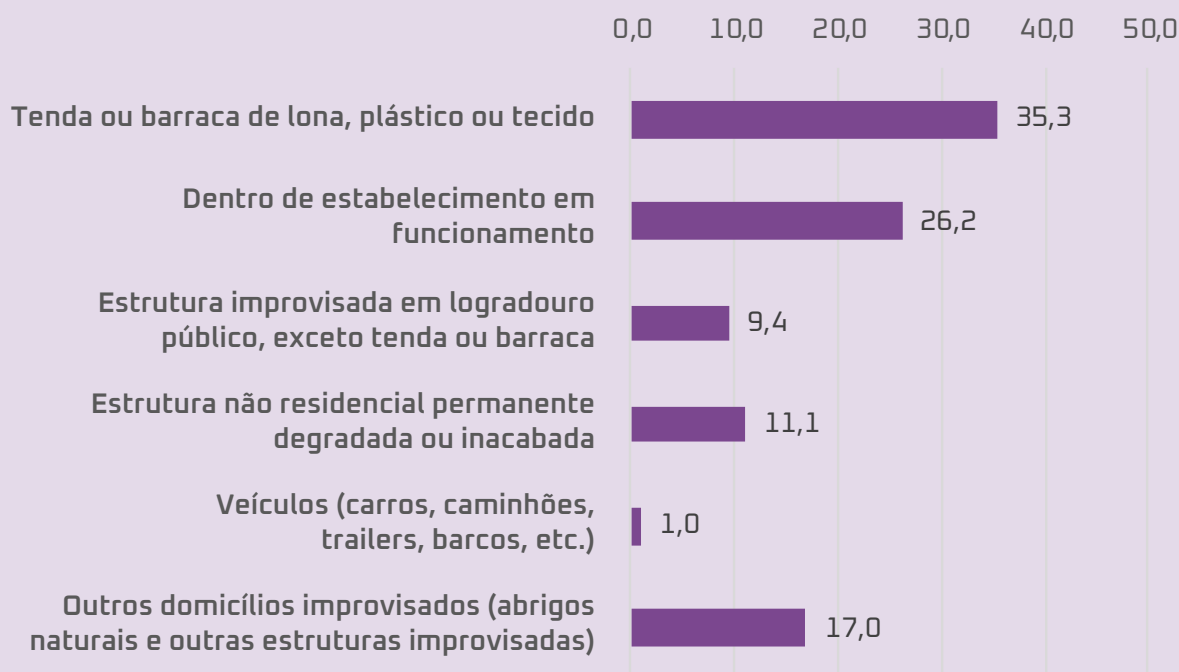
De acordo com o Censo 2022, 160,5 mil pessoas moravam em domicílios particulares improvisados no Brasil, sendo 70,6 mil mulheres, ou seja, 44% do total. Ainda que seja uma parcela pequena da população, é importante entender as condições de moradia dessas mulheres.

Do total de mulheres vivendo em domicílios improvisados, 35,3% moravam em tenda ou barraca de lona, plástico ou tecido, 26,2% dentro de estabelecimento em funcionamento, 11,1% em estrutura não residencial permanente degradada ou inacabada, 9,4% em estrutura improvisada em logradouro público (exceto tenda ou barraca), 1% em veículos e 17% em abrigos naturais e outras estruturas improvisadas.

Ainda que com proporções ligeiramente diferentes, os homens vivendo em domicílios improvisados também se concentravam em tendas ou barracas (35,2%), estabelecimentos em funcionamentos (27,7%) e abrigos naturais e outras estruturas (16,5%).

GRÁFICO 10

Distribuição percentual das mulheres que moravam em domicílios particulares improvisados, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 1.25.

Ainda com base no Censo 2022, 837,2 mil pessoas viviam em domicílios coletivos no País: 651,9 mil homens (77,9%) e 185,3 mil mulheres (22,1%).

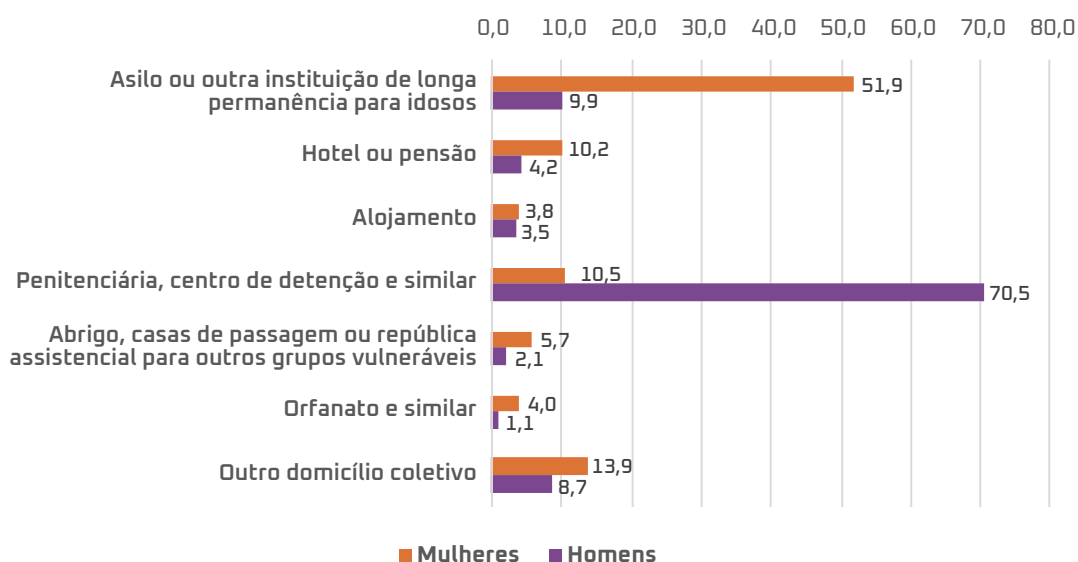
Do total de mulheres que moravam em domicílios coletivos no País, a grande maioria vivia em asilo ou em outra instituição de longa permanência para idosos (51,9%), o que reflete mais uma vez a maior expectativa de vida das mulheres na comparação aos homens, cujo percentual nesta categoria foi bem menor (9,9%).

Entre os homens, o principal local coletivo de moradia era em penitenciária, centro de detenção e similar (70,5%), onde 460 mil homens moravam em 2022, o que decorre das penitenciárias serem bem masculinas.

Destaca-se o maior percentual de mulheres¹⁴ em abrigos, casas de passagem ou república assistencial para grupos vulneráveis que homens, ainda que com percentual bem abaixo dos principais locais (5,7% e 2,1%, nesta ordem).

GRÁFICO 11

Distribuição percentual das pessoas que moravam em domicílios coletivos, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Outro domicílio coletivo inclui abrigo, albergue ou casa de passagem para população em situação de rua, clínica psiquiátrica, comunidade terapêutica e similar, unidade de internação de menores, quartel ou outra organização militar entre outros. Ver tabela 1.26.

¹⁴ Conforme o Boletim Vigilância Socioassistencial n° 5 da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), as mulheres eram as principais usuárias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviço que atende pessoas que passaram por situações de violação de direitos

Portanto, o que se pode concluir do que foi apresentado aqui sobre as mulheres brasileiras é que se faz necessária uma política de cuidados para fazer frente ao envelhecimento da população, sobretudo da feminina, com maior expectativa de vida e apresentando maiores dificuldades funcionais.

Estas mulheres moram mais sozinhas, estão mais em instituições de longa permanência para idosos e, desta forma, estão mais propensas a já usar ou necessitar de serviços de cuidado, públicos ou privados.

Já as mulheres que fazem parte dos povos ou comunidades tradicionais, mais jovens e com grande peso de crianças em idade escolar, necessitam de outras políticas, como as educacionais¹⁵ e de saúde.

Referências bibliográficas

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.762, de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2762.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Boletim Mulheres no SUAS**. Brasília: MDS, 2018, v. 5. (Boletins Vigilância Socioassistencial). Disponível em: <<https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/03/Boletim-7-Mulheres-no-SUAS-2-1.pdf>>. Acesso em: novembro de 2024.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

PNAD CONTÍNUA. **Pessoas com deficiência 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf>. Acesso em: outubro de 2024.

¹⁵ No capítulo de Educação deste RASEAM, analisamos como as taxas de alfabetização das mulheres indígenas (84,3%) e quilombolas (82,9%) são mais baixas em comparação com as taxas de mulheres brancas (96,8%).

2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho

O trabalho e sua conseqüente remuneração permitem a autonomia econômica de uma pessoa. Conforme dados do IBGE¹⁶ em 2023, a renda do trabalho representava 74,2% do total da renda domiciliar *per capita*, o que mostra a relevância do trabalho na renda das famílias.

Contudo, o acesso ao mercado de trabalho, sobretudo o formal, é bastante desigual entre homens e mulheres. Além de menor participação no mercado de trabalho, maior busca por trabalho, as mulheres tendem a ter remuneração menor, mesmo exercendo as mesmas atividades que os homens.

Neste capítulo vamos, portanto, mostrar indicadores que caracterizam esta desigualdade de gênero no mundo trabalho.

Participação na força de trabalho

A taxa de participação na força de trabalho, que é a proporção da população de 14 anos ou mais de idade que está ocupada ou desocupada, tende a ser historicamente menor entre as mulheres, seja pela entrada tardia delas no mercado de trabalho, ou pela desigual divisão dos afazeres domésticos e do cuidado com filhos(as) ou idosos(as).

No 2º trimestre de 2024¹⁷, com base na PNAD Contínua, a taxa de participação¹⁸ das mulheres era de 52,6%, quase 20 pontos percentuais abaixo da dos homens (72,3%). Mulheres pretas ou pardas tinham participação menor, 51,3%, enquanto as de cor branca, 54,2%.

¹⁶ Ver tabela SIDRA 7429. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7429>>. Acesso em: outubro de 2024.

¹⁷ No momento da escrita deste relatório, o último dado disponível da PNAD Contínua era referente ao 2º trimestre de 2024. No entanto, o dado referente ao ano de 2023 também está disponível no conjunto de tabelas desta publicação.

¹⁸ Em relação ao 2º trimestre de 2023, houve aumento na taxa de participação das mulheres (de 52,1% para 52,6%) e dos homens (de 71,7% para 72,3%). Para consultar a série histórica, ver tabela SIDRA 4093. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>>. Acesso em: novembro de 2024.

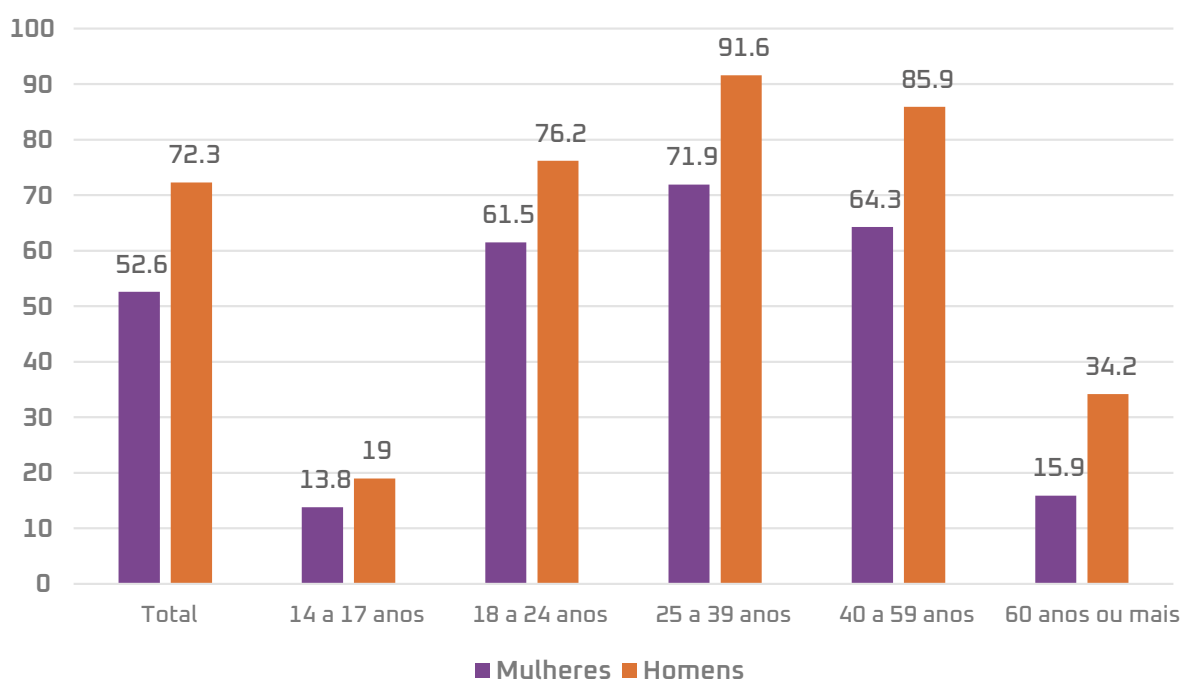
Regionalmente, as mulheres apresentavam taxa de participação menor nas Regiões Nordeste (43,5%) e Norte (48,3%), esta taxa alcançando 58,8% na Região Centro-Oeste.

Por grupos de idade, observa-se que a taxa de participação alcança seu máximo entre 25 e 39 anos: 91,6% para homens e 71,9% para mulheres.

A maior discrepância entre as taxas de homens e mulheres, por um lado, ocorre na faixa de 40 a 59 anos (taxa 21,6 pontos percentuais maior para homens). A menor, por outro lado, ocorre entre adolescentes de 14 a 17 anos (diferença de 5,2 pontos percentuais), grupo etário com baixa taxa de participação por ser uma idade no qual o estudo é obrigatório no Brasil, o trabalho sendo permitido por lei apenas na categoria de menor aprendiz¹⁹.

GRÁFICO 12

Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 2.4.a.

¹⁹ Para informações sobre a Lei do menor aprendiz, ver: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

Ocupação e desocupação

As mulheres, além de uma participação menor no mercado de trabalho, têm dificuldade maior de encontrar trabalho. A taxa de desocupação²⁰ das mulheres ficou em 8,6% no 2º trimestre de 2024, enquanto a dos homens foi de 5,6%. Mulheres pretas e pardas tinham taxa ainda maior, 10,1%, enquanto as de cor branca, 6,6%.

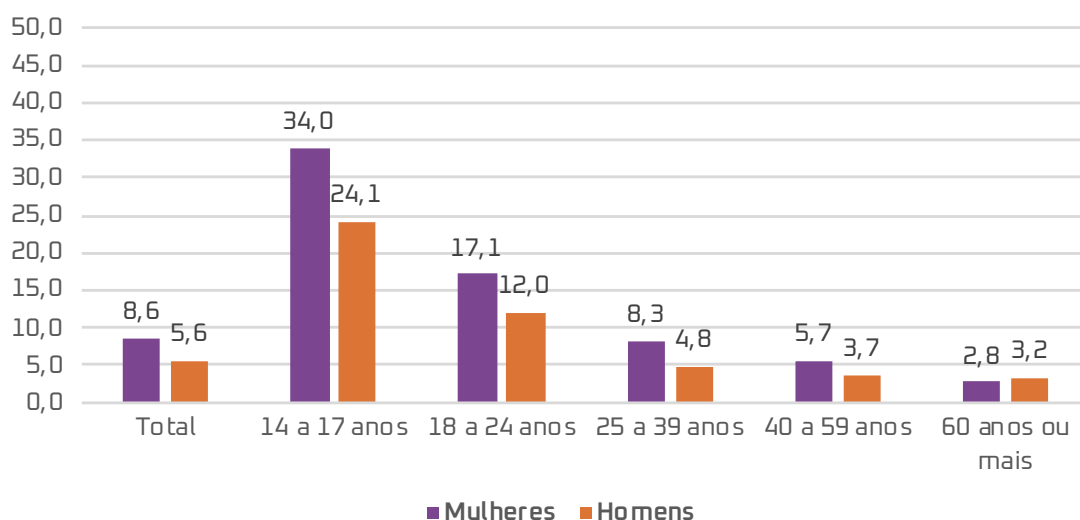
Regionalmente a desocupação entre mulheres era maior no Nordeste (11,6%) e menor no Sul (5,6%).

Apesar de ser uma idade em que o trabalho só é permitido na condição de menor aprendiz, a busca por trabalho entre 14 e 17 anos é a maior: 34,0% das mulheres desta faixa e 24,1% dos homens, o que mostra a necessidade das(os) adolescentes de ajudar com a renda familiar em um momento da vida que deveriam se dedicar aos estudos.

Jovens de 18 a 24 anos são o segundo grupo de maior taxa de desocupação: 17,1% de taxa para as mulheres dessa faixa etária e 12,0% para os homens. Portanto, além de gênero, o desemprego tem idade.

GRÁFICO 13

Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 2.6.a.

²⁰ Em relação ao 2º trimestre de 2023, houve redução na taxa de desocupação tanto para mulheres (de 9,6% para 8,6%) quanto homens (de 6,9% para 5,6%).

Mulheres jovens de 15 a 29 anos: estudo, trabalho e cuidado

Os jovens de 15 a 29 anos somavam 48,5 milhões de pessoas no 2º trimestre de 2023, com base na PNAD Contínua. Destes, 24,3 milhões eram mulheres e 24,7 milhões eram homens.

A análise da situação de ocupação e condição de estudo dos jovens brasileiros mostra que 39,4% estavam ocupados sem estudar, 25,5% estavam só estudando, 15,3% estavam trabalhando e estudando e 19,8% nem estavam ocupados nem estudavam.

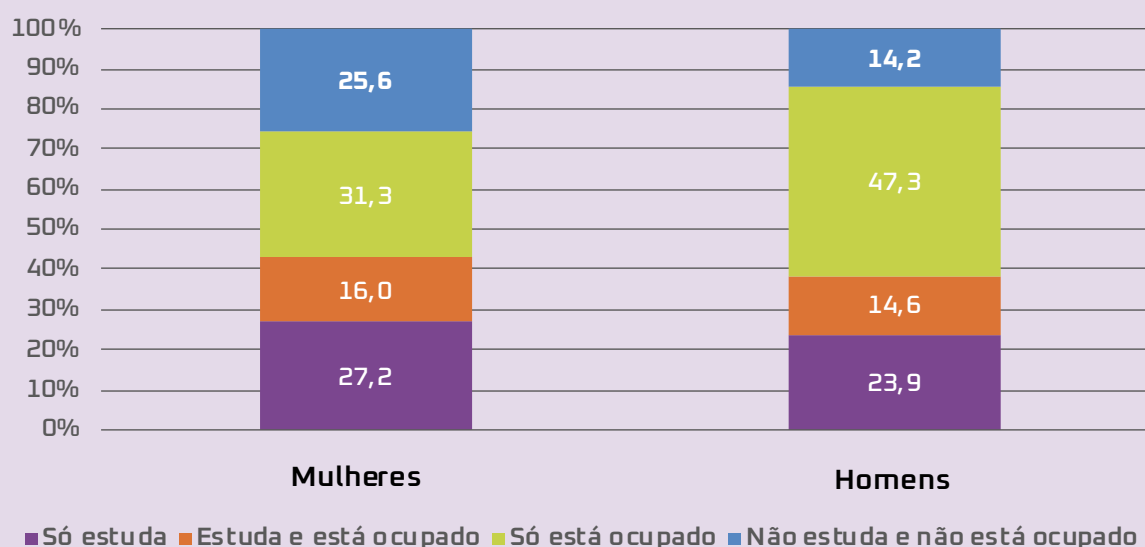
Na comparação entre jovens mulheres e homens, nota-se que um peso maior dos homens só trabalhava (47,3%), enquanto entre as mulheres era maior a proporção das outras categorias, sobretudo daquela na qual nem se estuda nem se está ocupada (25,6%).

Portanto maior proporção das mulheres só estudava, ou estudava e trabalhava ou ainda nem estudava nem trabalhava.

Considerando os jovens que nem estavam ocupados nem estudando (9,8 milhões), 63,9% eram mulheres, o que pode se dever tanto à maior dificuldade de inserção delas no mercado de trabalho (apesar de não ocupadas, podem estar buscando trabalho e pressionando a taxa de desocupação), quanto à sobrecarga da mulher nas tarefas domésticas e de cuidados com crianças e idosos.

GRÁFICO 14

Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 2.46.a.

Quando consideramos os jovens de 15 a 29 anos que não estudavam, não estavam ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho em 2023 (7,3 milhões²¹), observa-se que 55,6% tinham entre 18 e 24 anos, 69,5% eram mulheres e 48,5% eram mulheres pretas ou pardas.

Do total destes jovens, 31,9% gostariam de trabalhar, mas ou não havia trabalho na localidade, ou não conseguiam trabalho adequado ou tinham de cuidar dos afazeres domésticos, das(os) filhas(os) e de outros parentes, motivo este alegado praticamente só por mulheres: 96,1% das pessoas que alegaram o motivo de tarefas de cuidado para não buscar trabalho mesmo querendo trabalhar eram mulheres (ver tabela 2.48.a).

Outros 68,1% dos jovens "nem estuda - nem trabalha - nem busca trabalho" informaram que não gostariam de trabalhar e a principal razão era também o cuidado (afazeres domésticos e cuidado de filhas(os) e parentes), seguida por problema de saúde ou gravidez. Mais uma vez, praticamente só mulheres responderam o motivo de tarefas de cuidado (95,7%), o que mostra como a desigual divisão das responsabilidades da família afeta a decisão laboral das mulheres jovens.

Acesso à creche

Outro exemplo de como o cuidado afeta a vida laboral das mulheres é dado pelo nível de ocupação²² das mulheres chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos(as) de até 3 anos de idade, segundo a frequência das crianças na creche (ver tabela 2.41.a).

As mulheres em que todos os filhos(as) frequentavam creche tinham nível da ocupação de 68,1% no 2º trimestre de 2023. Já as mulheres em que nenhum dos filhos(as) frequentava a creche tinham nível da ocupação bem menor, 42,6%. Quando algum dos filhos(as), mas não todos, frequentava creche, o nível da ocupação subia um pouco (46,5%).

Portanto, políticas de cuidado como a creche pública são essenciais para permitir uma maior autonomia econômica das mulheres no Brasil. No entanto, 64,5% das mulheres, com filhos de até 3 anos de idade, responderam que nenhum dos filhos(as) frequentava a creche²³ no 2º trimestre de 2023 (ver tabela 2.18).

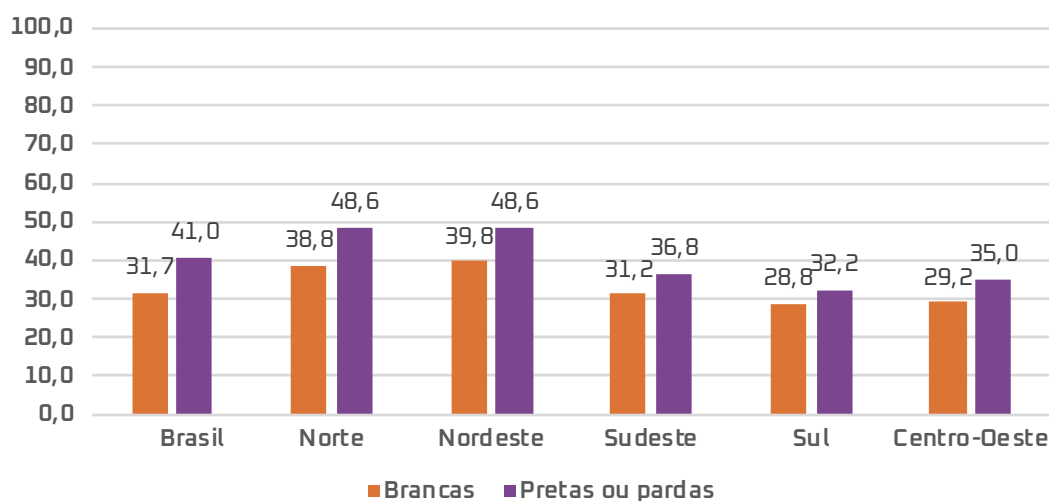
²¹ Este dado considera todos os trimestres de 2023 que responderam a 1ª visita da pesquisa. Já o dado apresentado considera todas as visitas realizadas no 2º trimestre de 2023. Portanto, não se deve comparar os números absolutos, mas apenas as tendências mostradas pelas proporções.

²² Nível da ocupação é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

²³ A não frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos de idade pode se dar tanto por falta de acesso ao serviço, quanto por opção dos pais, dado que o ensino só é obrigatório no Brasil a partir dos 6 anos de idade, conforme a Lei nº 11.114/2005.

GRÁFICO 15

Percentual de mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas em situação de informalidade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Inclusive empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar. Ver tabela 2.8.a.

Informalidade

Apesar da menor participação no mercado de trabalho e da maior busca por trabalho, as mulheres ocupadas tendem a ser um pouco mais formalizadas que os homens. No 2º trimestre de 2024, 36,8% das mulheres e 40,4% dos homens ocupados estavam em situação de informalidade²⁴.

A informalidade era maior entre mulheres pretas ou pardas (41,0%) que entre mulheres brancas (31,7%). Esta tendência ocorre em todas as regiões do País, mas é mais acentuada nas Regiões Norte e Nordeste, onde quase metade das mulheres pretas ou pardas ocupadas estava em situação de informalidade.

A taxa de informalidade é menor entre mulheres, na comparação com homens, em parte porque elas têm um peso maior no emprego no setor público²⁵ (6,8%) e entre

²⁴ O trabalho informal considera o empregado sem carteira de trabalho assinada, o trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, o trabalhador por conta própria sem CNPJ, o empregador sem CNPJ e o trabalhador familiar auxiliar.

²⁵ A categoria empregado no setor público inclui trabalhadores contratados dos governos federal, estadual e municipal, de autarquias e empresas de economia mista. Portanto, exclui militares e funcionários públicos estatutários, sob o Regime Jurídico Único.

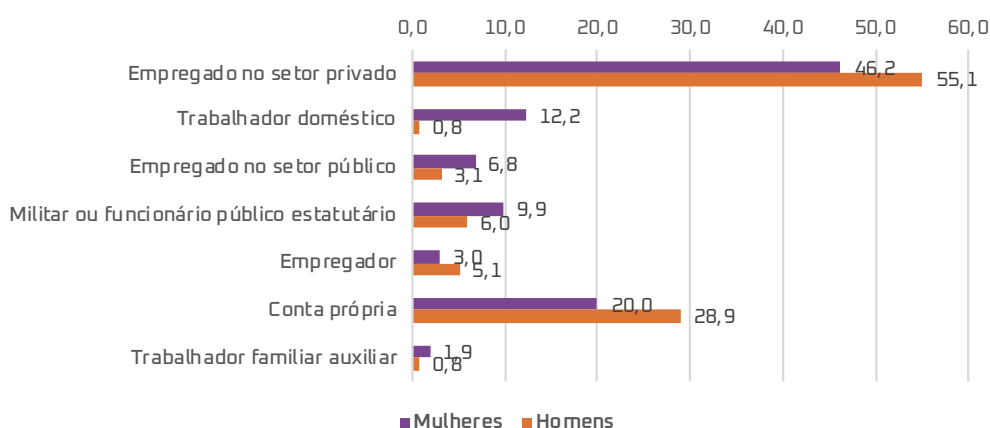
militares ou funcionários públicos estatutários (9,9%), devido ao setor de atividade em que mais se inserem (27,4% das mulheres ocupadas estavam na Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, conforme a tabela 2.12.a).

As mulheres também se inserem menos que os homens como trabalhadoras por conta própria (20,0%) e empregadas do setor privado (46,2%). A maioria dos que atuam por conta própria não são formalizados, então isso contribui para a informalidade entre homens ser maior.

Apesar disso, o trabalho doméstico remunerado, no qual praticamente só mulheres se inserem (12,2% das mulheres ocupadas em comparação a 0,8% dos homens ocupados), também tem peso grande da falta de carteira de trabalho, o que contribui para a informalidade das mulheres.

GRÁFICO 16

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabelas 2.10.a e 2.11.a.

Neste sentido, das 5,4 milhões de mulheres ocupadas como trabalhadoras domésticas no 2º trimestre de 2024, apenas 23,9% tinham carteira de trabalho (ver tabela 2.21.a). Além da baixa formalidade, o trabalho doméstico remunerado era majoritariamente feito por mulheres pretas ou pardas (67,7%) e por mulheres que não tinham nem o ensino médio completo (61,4%).

Trabalho doméstico análogo à escravidão

O Artigo 149 do Código Penal, que foi alterado pela Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003²⁶, define trabalho análogo à escravidão como condições de trabalho degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou restrição à liberdade.

A persistência de termos como “escravo” e “escravidão” reflete a herança histórica da escravidão legal, mas também revela, de forma explícita ou velada, o racismo que ainda permeia as relações sociais e de trabalho. Mesmo livres legalmente, muitos trabalhadores enfrentam condições tão degradantes e violentas que o termo “escravidão” foi adotado para descrever essa exploração (GOMES e GUIMARÃES NETO, 2018).

Embora remeta ao passado, o trabalho análogo à escravidão é uma realidade global associada à exploração no mercado de trabalho. Por conta disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apoia esforços para erradicá-lo, garantindo que essas práticas não sejam ignoradas ou flexibilizadas pelos Estados nacionais²⁷.

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego para o ano de 2023, 222 mulheres e 2.850 homens foram resgatados(os) de situação análoga à escravidão. Entre as mulheres, 81,5% eram mulheres pretas e pardas²⁸ e 36,6% tinham mais de 40 anos de idade²⁹.

As diferenças entre mulheres e homens resgatados de situações análogas à escravidão refletem as desigualdades estruturais que moldam a exploração de forma distinta. A maioria dos resgates ocorre em setor agrícola³⁰, onde predominam homens como integrantes da força de trabalho³¹. Em contraste, as mulheres são majoritariamente exploradas em contextos domésticos, um ambiente em que enfrentam invisibilidade e há dificuldades de fiscalização. Essa realidade, expressa nos dados de resgates, evidencia as desigualdades entre mulheres e homens que fazem parte dessas práticas exploratórias.

No setor de trabalho doméstico, persistem casos de exploração, apesar dos avanços legais, como a Convenção nº 189 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) aprovada em 2011, ratificada pelo

²⁶ BRASIL. Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o artigo 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2003. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.803.htm >. Acesso em: novembro de 2024.

²⁷ <https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@normes/documents/normativeinstrument/wcms_c105_pt.htm >. Acesso em: novembro de 2024.

²⁸ Ver tabela 2.71.

²⁹ Ver tabela 2.73.

³⁰ <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/novembro/mte-resgatou-mais-de-2-800-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-2023> >. Acesso em: novembro de 2024.

³¹ Ver tabelas 2.12.a e 2.12.b.

Brasil em 2018 e promulgada em 2024³², e a Emenda Constitucional nº 72/2013, conhecida como “PEC das Domésticas³³”.

Os primeiros resgates de trabalhadoras domésticas em situação análoga à escravidão ocorreram no Brasil em 2017. Desde então, houve um progressivo aumento de denúncias e ações de fiscalização. Os casos revelaram a gravidade das condições enfrentadas por mulheres em um setor historicamente precarizado (ANABUKI e CARDOSO, 2023).

Em 2023, foram resgatadas 17 mulheres e meninas submetidas ao trabalho doméstico análogo à escravidão no Brasil, evidenciando a persistência de relações de poder profundamente desiguais nesse setor. Entre as resgatadas, 12 eram mulheres pretas e pardas, 4 eram brancas e 1 era indígena³⁴. A maioria tinha entre 40 e 59 anos (8 mulheres), enquanto 5 tinham mais de 60 anos, 2 estavam na faixa etária de 20 a 39 anos, e 2 eram menores de idade: uma criança entre 10 e 14 anos e uma adolescente de 15 a 19 anos³⁵.

O trabalho doméstico no Brasil carrega uma herança histórica profundamente marcada pelas hierarquias do período colonial e escravocrata. Essas relações de poder, forjadas no passado, perpetuam um modelo exploratório no presente, caracterizado por informalidade³⁶, baixos salários, longas jornadas de trabalho e discriminação.

O setor, majoritariamente feminino³⁷, é composto em grande parte por mulheres pretas ou pardas³⁸ provenientes de contextos socioeconômicos vulnerabilizados. Essas trabalhadoras enfrentam não apenas a invisibilidade de suas condições de trabalho, mas também formas explícitas e sutis de violência, controle e exploração. A sobrerrepresentação de mulheres negras entre as resgatadas reflete como as desigualdades raciais ainda estruturam o mercado de trabalho e naturalizam a exploração de mulheres historicamente marginalizadas.

Assim, o trabalho doméstico análogo à escravidão é expressão de relações de poder que reproduzem a lógica de dominação, onde empregadores utilizam sua posição socioeconômica privilegiada para subjugar trabalhadoras vulnerabilizadas, perpetuando ciclos de exploração e desigualdade. O combate à exploração no trabalho doméstico exige esforços contínuos, incluindo maior fiscalização, conscientização social e enfrentamento das desigualdades estruturais que perpetuam essa prática.

³² BRASIL. Decreto nº 12.009, de 1º de maio de 2024. Promulga os textos da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 201), da Organização Internacional do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º maio 2024, seção 1. -

³³ BRASIL. Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 abr. 2013

³⁴ Ver tabela 2.72.

³⁵ Ver tabela 2.74.

³⁶ Ver tabela 2.21.a.

³⁷ Ver tabela 2.20.a.

³⁸ Ver tabela 2.20.a.

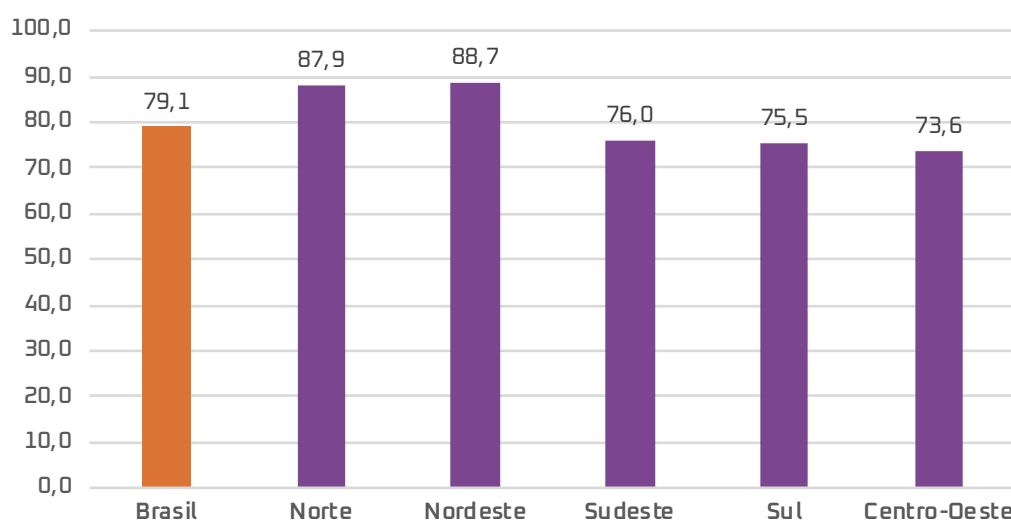
Rendimento médio

As diferenças existentes na forma de inserção das mulheres e homens no mercado de trabalho se refletem em diferenças de remuneração do trabalho. Considerando o rendimento médio habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, vemos que as mulheres recebiam o equivalente a 79,1% do rendimento dos homens no 2º trimestre de 2024. Enquanto na média os homens recebiam R\$ 3 529, as mulheres recebiam R\$ 2 790.

A razão entre o rendimento médio de mulheres e homens da Região Centro-Oeste era a menor (73,6%), ao passo que nas Regiões Nordeste e Norte as mulheres recebiam uma proporção maior do rendimento dos homens (88,7% e 87,9%, respectivamente), mas ainda bem menos.

GRÁFICO 17

Razão entre o rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, de mulheres e homens de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 2.33.a.

Em termos de cor ou raça, era maior a diferença de rendimento médio entre homens e mulheres de cor branca, as mulheres recebendo o equivalente a 76,0% do rendimento dos homens. As mulheres pretas ou pardas recebiam, em média, o correspondente a 80,1% do rendimento dos homens desta cor.

Mesmo quando estão no mesmo setor de atividade, existem diferenças de remuneração entre mulheres e homens. Mulheres ocupadas na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura tinham rendimento médio equivalente a 85,5% do rendimento dos homens ocupados neste grupamento. Na indústria elas recebiam 70,2% do rendimento médio dos homens.

O grupamento menos desigual era o transporte, armazenagem e correio, no qual elas recebiam 96,0% do rendimento dos homens, ou seja, 4,0% a menos. Já o mais dispar era a administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, em que o rendimento das mulheres equivalia a 65,0% do dos homens.

Destaca-se a construção, setor praticamente só com homens (95,7% dos ocupados³⁹), na qual as poucas mulheres ocupadas recebem 38,6% a mais por estarem em ocupações de nível superior que remuneram melhor: média de R\$ 3.277 para elas frente a R\$ 2.364 para eles.

TABELA 2

Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo o grupamento de atividade - Brasil - 2º trimestre de 2024

Grupamento de atividade	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal (R\$) (a preços médios do 2º trimestre de 2024)		Razão Mulheres/Homens (%)
	Mulheres	Homens	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.705	1.993	85,5
Indústria geral	2.423	3.451	70,2
Construção	3.277	2.364	138,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.244	2.926	76,7
Transporte, armazenagem e correio	2.914	3.034	96,0
Alojamento e alimentação	1.813	2.541	71,3
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	3.660	5.032	72,7
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3.785	5.823	65,0
Outros Serviços	2.060	3.008	68,5
Serviços domésticos	1.174	1.568	74,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 2.34.a.

³⁹ Para detalhes, ver tabela 2.12.a.

Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios

Para fazer frente à desigualdade salarial entre mulheres e homens, em 3 de julho de 2023 foi promulgada a Lei da Igualdade Salarial (Lei 14.611)⁴⁰, que dispõe sobre os critérios remuneratórios que garantam que mulheres e homens recebam o mesmo valor quando realizem a mesma função. A partir dela, o Ministério do Trabalho e Emprego vem monitorando as empresas com cem empregados(as) ou mais da RAIS⁴¹, que passaram a ter de preencher o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios a cada semestre pelo Portal Emprega Brasil⁴².

A nova Lei de Igualdade Salarial busca garantir que as empresas estejam remunerando igualmente homens e mulheres desempenhando a mesma função ou trabalho de igual valor. O Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios é preenchido pelas empresas com informações sobre: salários médios dos funcionários da firma, proporção de cargos de direção, gerência e chefia; existência ou não de plano de carreira e salários; critérios para progressão na firma; existência de incentivo à contratação de mulheres; informação sobre os critérios utilizados para promoções; existência ou não de iniciativas que visem a melhor divisão de tarefas do trabalho não remunerado; entre outras.

A divulgação dessas informações é importante para aumentar a transparência salarial e possibilitar a identificação de discriminações salariais no âmbito da empresa. Assim, caso sejam identificadas diferenças salariais entre homens e mulheres injustificáveis, a firma estará sujeita à penalidade administrativa, que pode alcançar até 3% da folha de pagamentos.

No 1º semestre de 2024, 50,7 mil estabelecimentos responderam ao Relatório, o que equivalia a 18,0 milhões de pessoas empregadas⁴³ nestas empresas, sendo 40,0% empregados do sexo feminino. Das 7,2 milhões mulheres empregadas, 43,4% eram brancas e 37,9% pardas.

Considerando os estabelecimentos que responderam ao Relatório, a diferença

⁴⁰ Para mais informações sobre a Lei de Igualdade Salarial, ver: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14611.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

⁴¹ A RAIS só considera o setor formal da economia, portanto, não se trata do universo de trabalhadores(as) brasileiros(as).

⁴² Para detalhes, ver: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Setembro/empresas-tem-ate-30-de-setembro-para-publicar-20-relatorio-de-transparencia-salarial>>. Acesso em: outubro de 2024.

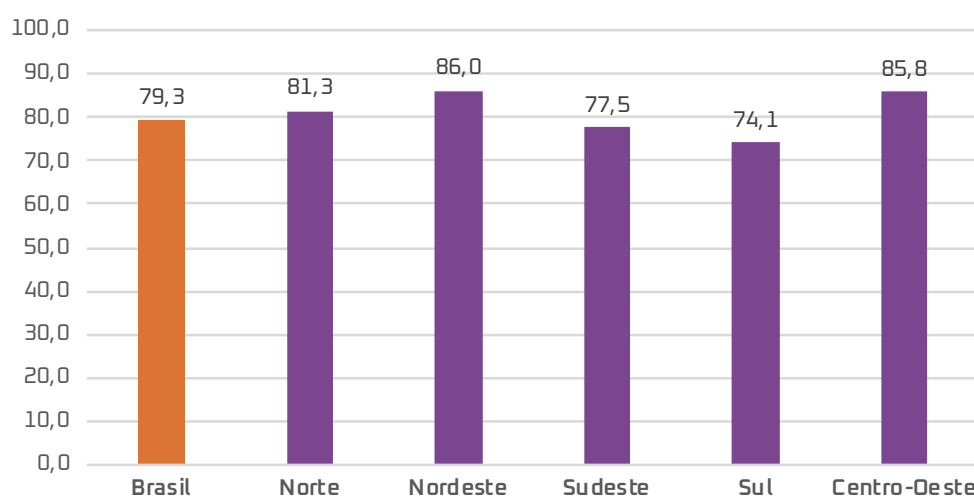
⁴³ Ver tabela 2.49.

salarial entre mulheres e homens era em média de 20,7%, ou seja, mulheres (R\$ 3.565) ganhavam 79,3% do salário médio dos homens (R\$ 4.495).

Na Região Nordeste, região marcada por baixo nível salarial tanto de homens como de mulheres, ocorria a menor desigualdade, com as mulheres recebendo salários em média 14,0% menores. Já a maior discrepância salarial ocorria no Sul, onde as mulheres recebiam 25,9% a menos que os homens.

GRÁFICO 18

Razão entre a remuneração média de mulheres e homens, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024 (%)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

Ver tabela 2.50.

Por cor ou raça, a maior desigualdade salarial foi observada entre os empregados brancos (mulheres recebendo 23,0% a menos que homens) e a menor, entre empregados indígenas (mulheres recebendo 13,2% a menos que homens).

Considerando o grupo ocupacional, por outro lado, as maiores diferenças entre mulheres e homens ocorria entre técnicos(as) de nível médio e trabalhadores(as) de atividades operacionais, nas quais as mulheres recebiam 65,8% e 66,5%, respectivamente, da remuneração dos homens.

Trabalhadores(as) de serviços administrativos e Dirigentes e gerentes tinham as menores diferenças, mas ainda sim consideráveis: mulheres com salários 20,9% e 27,0% menores que dos homens nestes grupos.

TABELA 3

Valor da remuneração média, por sexo, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024

Grupo ocupacional	Remuneração média (em R\$)		Razão Mulheres / Homens (%)
	Mulheres	Homens	
Dirigentes e Gerentes	12.487,14	17.111,04	73,0
Profissionais em ocupações de nível superior	6.998,10	10.175,78	68,8
Técnicos(as) de nível médio	3.644,66	5.537,96	65,8
Trabalhadores(as) de serviços administrativos	2.466,41	3.116,47	79,1
Trabalhadores(as) de atividades operacionais	2.037,60	3.065,27	66,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

Ver tabela 2.52.

Políticas de incentivo às mulheres em estabelecimentos formais

Além de obter informações sobre as remunerações de mulheres e homens nos estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais, o Relatório da Transparência Salarial pergunta sobre a existência de políticas de incentivo às mulheres ou que as beneficiam.

Dos 31,6 mil estabelecimentos que responderam ao relatório no 1º semestre de 2024, 35,3% tinham políticas de incentivo à contratação de mulheres, 27,9% realizavam políticas incentivando a contratação de mulheres negras, 24,3% desenvolviam políticas de incentivo à contratação de mulheres com deficiência, 21,9% mantinham diretrizes para incentivar a contratação de mulheres chefes de família e 5,5% possuíam orientações visando a contratação de mulheres vítimas de violência.

Além disso, 38,8% dos estabelecimentos tinham políticas de promoção de mulheres a cargos de direção e gerência e 22,9% pagavam auxílio-creche.

Portanto, era pequena a parcela das empresas com políticas de incentivo específicas para mulheres e suas interseccionalidades. A única política de incentivo que quase todas as empresas informaram ter foi ao compartilhamento de obrigações familiares, 94,4% do total.

TABELA 4

Número de estabelecimentos e percentual em relação ao total de estabelecimentos, por tipo de política de incentivo às mulheres - Brasil - 1º semestre de 2024

Políticas de incentivo à (ao):	Número de estabelecimentos	Percentual do total (%)
Contratação de mulheres	11.179	35,3
Contratação de mulheres vítimas de violência	1.744	5,5
Contratação de mulheres negras	8.835	27,9
Contratação de mulheres chefes de família	6.948	21,9
Contratação de mulheres com deficiência	7.696	24,3
Promoção de mulheres a cargos de direção e gerência	12.273	38,8
Compartilhamento de obrigações familiares	29.890	94,4
Pagam auxílio-creche	7.260	22,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Transparência Salarial.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Foram considerados os estabelecimentos com 100 empregados(as) e mais em 31/12/2023, desconsiderando vínculos de trabalhadores(as) intermitentes ou avulsos(as). Para evitar qualquer sorte de identificação de empregados(as) são consideradas situações que envolvam pelo menos três mulheres e três homens.

Ver tabelas 2.55 a 2.62.

Como vimos, menos de ¼ das empresas formais com pelo menos 100 empregados(as) têm políticas de incentivo à contratação de mulheres com deficiência. Este tipo de política é essencial uma vez que a inserção da população com deficiência no mercado de trabalho é um desafio.

Além de ter um nível da ocupação bem inferior ao do restante da população, quando se inserem, são como trabalhadores(as) autônomos(as) e com remuneração mais baixa.

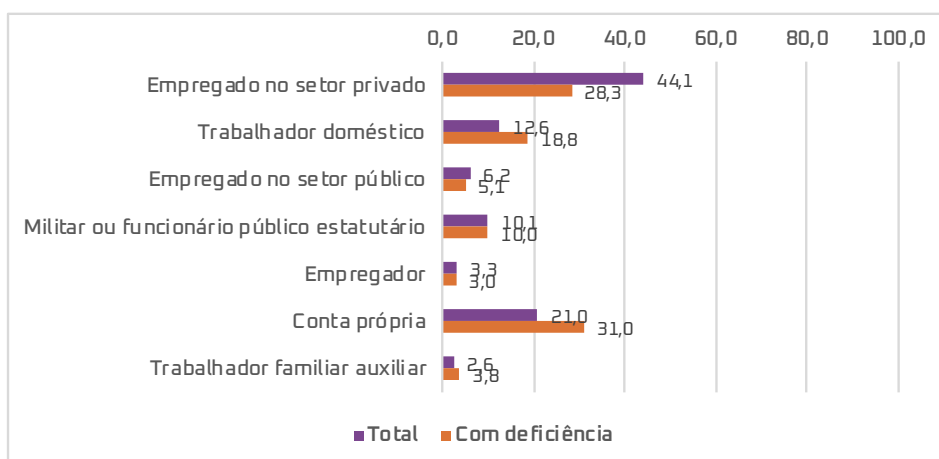
No 3º trimestre de 2022, com base na PNAD Contínua, enquanto o nível da ocupação da população de 14 anos ou mais de idade era de 57,2%, o da população com deficiência era de 26,6%. Entre as mulheres com deficiência o nível da ocupação era ainda menor, 22,4% (ver tabela 2.36).

Mulheres com deficiência

As mulheres com deficiência que conseguem uma ocupação no mercado de trabalho tendem a se inserir como trabalhadoras por conta própria (31,0%), empregadas do setor privado (28,3%) e trabalhadoras domésticas (18,8%). Na comparação com o total de mulheres ocupadas, as com deficiência têm uma inserção bem menor no emprego no setor privado, sobretudo o com carteira assinada. Desta forma, acaba restando como alternativa o trabalho doméstico ou autônomo.

GRÁFICO 19

Distribuição percentual das mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por existência de deficiência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

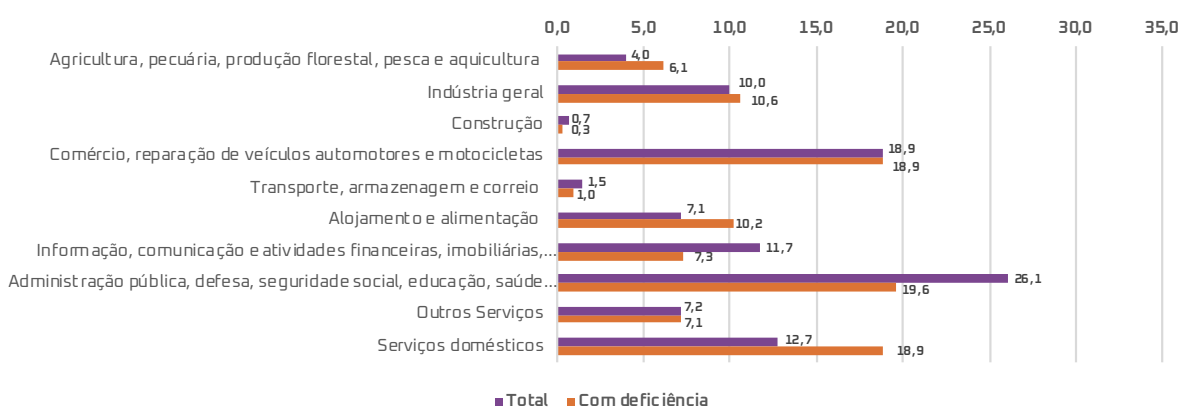
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". - Ver tabela 2.38.

Os grupamentos onde as mulheres com deficiência mais se inserem são a Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (19,6%), os Serviços domésticos (18,9%) e o Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (18,9%). No entanto, na comparação com o total de mulheres, as com deficiência estão sobrerrepresentadas em Alojamento e alimentação (10,2%) e na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (6,1%).

GRÁFICO 20

Distribuição percentual das mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por existência de deficiência, segundo o grupamento de atividade no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Considera-se pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade".

Ver tabela 2.37.

Essa participação menor no emprego com carteira e maior no trabalho doméstico faz as mulheres com deficiência terem rendimentos do trabalho menores que o total das mulheres. No 3º trimestre de 2022, elas recebiam em média R\$ 1.598, enquanto a média para o total das mulheres era de R\$ 2.380. Na comparação por sexo, mulheres com deficiência recebiam 28,0% a menos que homens com deficiência, mostrando que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho também é uma questão entre as pessoas com deficiência (ver tabela 2.39).

Domicílios com chefe mulher preta ou parda têm rendimento domiciliar *per capita* menor

Quando se observa o rendimento domiciliar per capita (RDPC) dos domicílios que são chefiados por mulheres, vê-se que proporção maior deles está nas primeiras faixas de renda, o que denota maior vulnerabilidade financeira.

Em 2023, quase 60,0% dos domicílios com pessoa responsável mulher tinha rendimento domiciliar per capita de até um salário mínimo (58,6%). Nos domicílios chefiados por homens, este percentual era de 46,0%.

Naqueles domicílios com chefe mulher preta ou parda, quase 70,0% tinham rendimento domiciliar de até um salário mínimo per capita. Entre chefes mulheres brancas, proporção menor estava nas primeiras faixas de renda (43,8% até 1 SM).

TABELA 5

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por rendimento mensal domiciliar per capita, segundo o sexo e a cor ou raça da pessoa responsável - Brasil - 2023 (%)

Sexo e cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio	Domicílios particulares permanentes							
	Distribuição percentual (%)							
	Total	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Mulheres ¹	100,0	9,8	17,7	31,1	24,8	7,3	5,4	4,0
Branças	100,0	5,7	11,1	27,0	29,0	10,9	8,9	7,4
Pretas ou pardas	100,0	12,8	22,5	34,1	21,7	4,7	2,8	1,4
Homens ¹	100,0	6,1	11,8	28,1	29,8	10,1	7,7	6,4
Branços	100,0	3,9	7,5	22,8	30,8	13,0	11,1	10,9
Pretos ou pardos	100,0	7,8	15,1	32,3	29,1	7,9	5,1	2,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.

1 - Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas. - Ver tabela 2.28.

A renda menor dos domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas se reflete no maior peso da população negra no Cadastro Único. Em agosto de 2024⁴⁴, das 94,6 milhões de pessoas inscritas no Cadastro, 68,6% se declaravam pretas ou pardas.

Domicílios com pessoa responsável do sexo feminino também estão mais propensos à insegurança alimentar.

Insegurança alimentar

No 4º trimestre de 2023, conforme a PNAD Contínua, 21,6 milhões de domicílios estavam em situação de insegurança alimentar⁴⁵ no Brasil, sendo que 59,4% destes eram chefiados por mulheres, o que equivalia a 12,8 milhões de domicílios.

No entanto, considerando o total de domicílios com chefe mulher, 68,3% estavam em situação de segurança alimentar. Este percentual para domicílios com chefe homem era maior (76,8%), o que denota a maior propensão à insegurança alimentar dos lares com responsável mulher.

Neste sentido, daqueles domicílios chefiados por mulheres com insegurança alimentar, 20,8% o tinham na graduação leve, 6,2% moderada e 4,6% grave.

Uma forma de fazer frente à insegurança alimentar é por meio de programas sociais que garantam renda às famílias. Portanto, é esperado que, em domicílios que recebam este tipo de auxílio, a insegurança alimentar seja mais frequente.

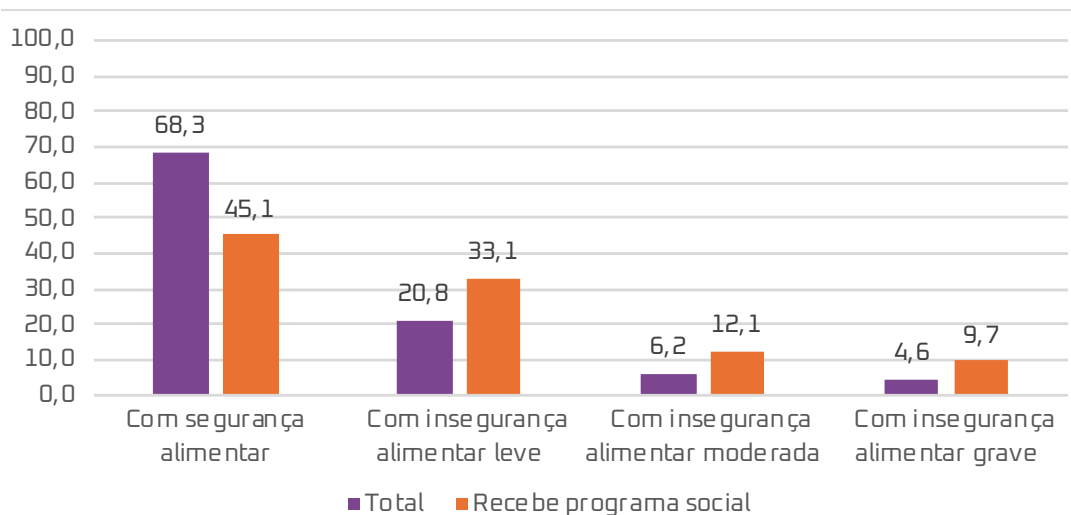
Assim, do total de domicílios chefiados por mulheres que recebiam recursos de algum programa social, 33,1% estavam em situação de insegurança alimentar leve, 12,1% moderada e 9,7% grave. Ou seja, proporção menor estava em situação de segurança alimentar (45,1%) na comparação com o total de domicílios chefiados por mulheres.

⁴⁴ Para mais detalhes, ver VIS DATA 3. Disponível em: < <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php> >. Acesso em: outubro de 2024.

⁴⁵ Considera-se domicílio em situação de insegurança alimentar aquele em que seus moradores, nos últimos três meses, passaram por ao menos uma das seguintes situações: tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida, lhes faltaram alimentos antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida, ficaram sem dinheiro para terem uma alimentação saudável e variada, e comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou. A insegurança alimentar pode ser classificada como leve, moderada ou grave, de acordo com a restrição na qualidade e na quantidade de alimentos consumidos pelos moradores.

GRÁFICO 21

Percentual de domicílios particulares permanentes com pessoa responsável do sexo feminino, por recebimento de programa social, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 4º trimestre de 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Considera-se domicílio em situação de insegurança alimentar aquele em que seus moradores, nos últimos três meses, passaram por ao menos uma das seguintes situações: tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida, lhes faltaram alimentos antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida, ficaram sem dinheiro para terem uma alimentação saudável e variada, e comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou. A insegurança alimentar pode ser classificada como leve, moderada ou grave, de acordo com a restrição na qualidade e na quantidade de alimentos consumidos pelos moradores.

Ver tabela 2.40.

Em termos de recebimento de programas sociais, as mulheres são as principais beneficiárias. Em agosto de 2024, as mulheres eram 58,2% das beneficiárias e 83,5% das titulares do Programa Bolsa Família (ver tabela para 2.75). Do total de benefícios assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)⁴⁶ em dezembro de 2023, 52,0% tinham mulheres como receptoras (ver tabela 2.76).

Além disso, elas também são maioria entre os benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), muito pela sua maior expectativa de vida. Elas eram as maiores beneficiárias de aposentadorias (51,4%), sobretudo por idade (62,1%), e pensões por morte (81,7%).

⁴⁶ Inclui Amparos assistenciais (LOAS) para idosos e portadores de deficiência, Rendas mensais vitalícias por idade e por invalidez e outros benefícios.

Portanto, temos um retrato das mulheres tanto no mercado de trabalho brasileiro quanto nos sistemas de proteção social. É maior a dificuldade de inserção delas no trabalho, com reflexos sobre a desigualdade salarial e de renda domiciliar, fazendo com que estejam mais presentes em domicílios vulneráveis e que dependem de auxílios como programas sociais e assistenciais. Por viverem mais que os homens, tendem a ser maioria na Previdência Social.

Referências bibliográficas

ANABUKI, Luísa e CARDOSO, Lys Sobral (Orgs.). **Escravidão na interseccionalidade de gênero e raça: um enfrentamento necessário**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2023.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Institui as regras do menor aprendiz. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. Torna obrigatório o início do Ensino fundamental aos 6 anos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial entre mulheres e homens. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14611.htm>. Acesso em: outubro de 2024.

GOMES, Angela de Castro e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 105, de 1957. Convenção relativa à abolição do trabalho forçado. Adotada pela 40ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 25 de junho de 1957. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 58.822, de 14 de julho de 1966. Disponível em: <<https://www.ilo.org>>. Acesso em: novembro de 2024.

3. Educação para a igualdade e cidadania

A educação é um campo social fundamental para o avanço da igualdade entre mulheres e homens. Recomendações internacionais sobre igualdade de gênero enfatizam que os Estados devem garantir acesso amplo e irrestrito à educação para meninas e mulheres⁴⁷.

Mais do que ofertar vagas suficientes nas escolas, porém, existem outras dimensões educacionais que se relacionam com a desigualdade entre mulheres e homens às quais é preciso prestar atenção: garantir a acessibilidade e a segurança no acesso às escolas, infraestrutura escolar adequada para todos alunos e alunas, currículos escolares sem estereótipos e não discriminatórios, adotar práticas para prevenção da violência de gênero no ambiente escolar, prover insumos (como absorventes) que possibilitem a frequência escolar de meninas e a promoção do acesso à educação básica para mulheres jovens e adultas. Enfim, superar qualquer forma de discriminação contra meninas e mulheres no ambiente escolar.

Neste capítulo, abordaremos algumas das questões relativas aos cruzamentos entre as desigualdades entre mulheres e homens, cor ou raça, etnia, idade e deficiência e educação, por meio de indicadores do IBGE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Alfabetização

Iniciando a análise pela taxa de alfabetização⁴⁸, percebe-se que ela está muito próxima de 100% entre mulheres mais jovens (em 2023, 99,5% na faixa etária de 15 a 24 anos e 98,2% entre 25 e 49 anos), porém decresce para 88,2% entre mulheres de 50 anos ou mais (entre as mulheres de 60 anos ou mais, a taxa cai ainda mais, para

⁴⁷ A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher (CEDAW), de 1979, estabelece, em seu art. 10, que os Estados-parte deverão "assegurar a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação". A UNESCO tem uma estratégia para a igualdade de gênero na e por meio da educação para 2019-2025, em que argumenta que o ODS 5 (igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas) "está intrinsecamente ligado ao ODS 4 para assegurar a todos uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida".

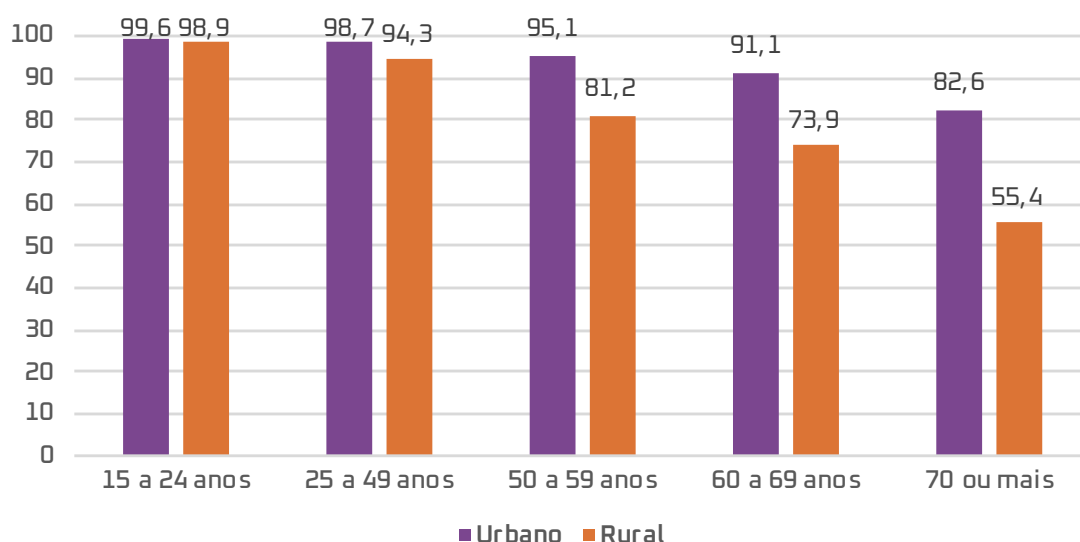
⁴⁸ A taxa de alfabetização do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua é medida pela pergunta se sabe ler e escrever um bilhete simples.

84,5%). No total, a taxa de alfabetização de mulheres de 15 anos ou mais de idade é 94,6%. Veremos como esse percentual difere para subgrupos específicos.

Além da idade, outra variável relevante para entender a questão do analfabetismo feminino no Brasil é a localização do domicílio: urbano ou rural. À medida que a idade das mulheres aumenta, a taxa de alfabetização decresce, em especial no meio rural, sendo que a taxa mais baixa é encontrada em mulheres de 70 anos ou mais moradoras da área rural, segmento em que a taxa alcança apenas 55,4%.

GRÁFICO 22

Taxa de alfabetização das mulheres de 15 anos ou mais de idade por situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados no segundo trimestre do ano.

Ver tabela 3.2.

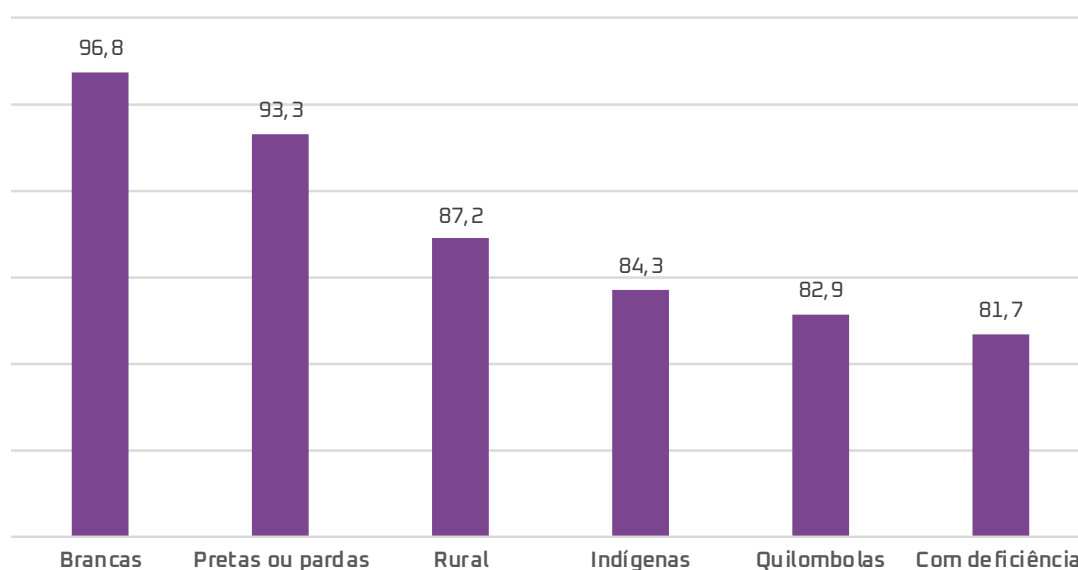
A cor ou raça é outra variável que impacta a taxa de alfabetização, embora não tanto quanto a localização do domicílio em se tratando do grupo de 70 anos ou mais. Mulheres pretas ou pardas a partir dos 50 anos têm taxas de alfabetização consideravelmente mais baixas que as brancas: na faixa de 50 a 59 anos, as mulheres brancas são, em 97% dos casos, alfabetizadas ao passo que, entre pretas ou pardas, a taxa é de 90,4%. Chegando no grupo das mulheres menos alfabetizadas – as de 70 anos ou mais – e cruzando com cor ou raça, a taxa de alfabetização de mulheres pretas ou pardas é de somente 68,8%.

A comparação entre mulheres com e sem deficiência também revela uma desigualdade bastante considerável: as mulheres com deficiência têm taxa de alfabetização 14 pontos percentuais (p.p.) menor do que as demais: 81,7% para as primeiras e 96,3% para as mulheres sem deficiência.

Os dados de mulheres indígenas e quilombolas ressaltam as desvantagens a que estão submetidos estes grupos: a taxa para o Brasil de indígenas é de 84,3% e de quilombolas é mais baixa ainda: 82,9%. O gráfico 23 mostra a comparação entre os segmentos de mulheres referenciados: brancas, pretas ou pardas, do meio rural, indígenas, quilombolas e com deficiência.

GRÁFICO 23

Taxa de alfabetização de mulheres de 15 anos ou mais de idade, segundo determinados segmentos - Brasil (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Censo Demográfico.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Os dados provêm de fontes e anos diferentes: os dados de Brancas, pretas ou pardas e rural são da PNAD Contínua 2023. Já os dados de Indígenas e quilombolas são do Censo Demográfico 2022. O dado de mulheres com deficiência é da PNAD Contínua 2022. 2. As categorias não são mutuamente excludentes, isto é, entre as mulheres do meio rural, estão incluídas mulheres de todas as cores ou raças. O mesmo vale para mulheres com deficiência. – Ver tabelas 3.1.3.2, 3.3, 3.13, 3.16 e 3.17.

Educação Infantil e Ensino Fundamental

No nível inicial da Educação Básica, a Educação Infantil, temos ainda uma frequência escolar relativamente baixa (embora crescente⁴⁹) na faixa etária de 0 a 3 anos (37,5% para meninas e 39,9% para meninos em 2023). Deve-se destacar que a frequência à creche, além de benéfica para a socialização e o desenvolvimento infantil, é muito importante do ponto de vista dos direitos das mulheres, pois possibilita o retorno delas ao mercado de trabalho.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) ainda vigente é o aumento da frequência bruta à creche para 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade até 2024, o que não aconteceu. Interessante destacar que o motivo mais alegado para a não frequência à creche das crianças de 0 a 3 anos de idade é a "opção dos pais ou responsáveis" (em 60,7% dos casos), seguido pelo motivo de não haver "escola/creche na localidade, falta de vaga ou a escola não aceita a criança por conta da idade", com 33,5%.

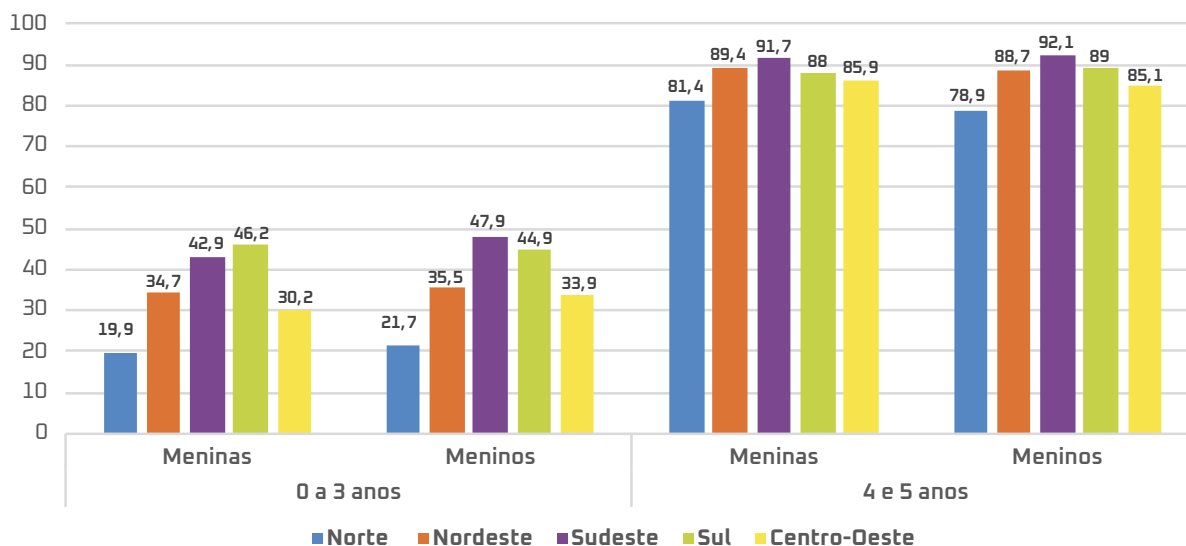
Já na faixa etária de 4 e 5 anos, quando se inicia a escolarização obrigatória, a frequência bruta⁵⁰ à pré-escola é bem mais alta, ficando em 89% para meninas e 88,8% para meninos. Observa-se que a frequência é bem mais baixa na região Norte, principalmente, e na Centro-Oeste.

⁴⁹ Segundo dados da PNAD Contínua, entre 2016 e 2019, a parcela de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches saltou de 30,4% para 35,6%. De acordo com o RASEAM 2024, em 2022, a taxa de frequência bruta à creche das crianças de 0 a 3 anos de idade era de 36,2% para meninas e 35,8% para meninos.

⁵⁰ A taxa de frequência escolar bruta é a porcentagem de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

GRÁFICO 24

Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 3.5.

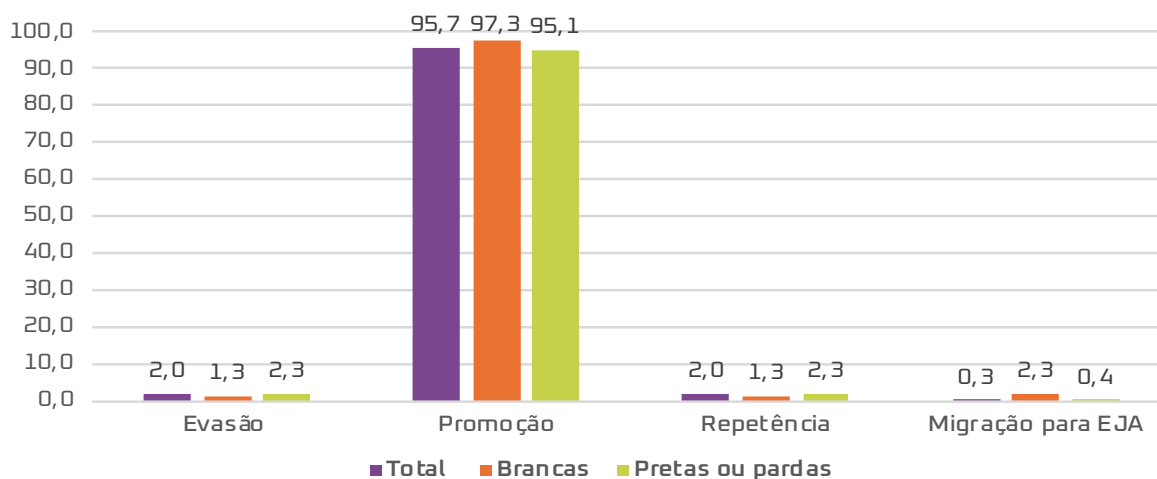
No Ensino Fundamental, na faixa etária de 6 a 14 anos, a taxa de frequência escolar líquida⁵¹ é praticamente a mesma para mulheres (94,8%) e homens (94,4%) e está bem próxima da universalidade. De forma geral, neste nível de ensino, os indicadores de fluxo escolar, que dizem respeito à progressão dos alunos como esperado nas etapas escolares e que tratam, por exemplo, de repetência e evasão escolar, não apresentam grandes déficits⁵². Porém, na comparação de sexo e cor ou raça (ver gráficos 25 e 26), as mulheres, com vantagem para as brancas, se destacam por apresentar desempenho um pouco melhor do que os homens.

⁵¹ A taxa de frequência escolar líquida em uma determinada faixa etária diz respeito às pessoas daquela faixa que estão frequentando o nível de ensino correspondente a ela.

⁵² Segundo o Dicionário de Indicadores Educacionais do INEP (2004), a taxa de promoção escolar expressa o percentual de alunos promovidos (matriculados na série s +1, no ano m +1, em relação à matrícula total da série s no ano m). A taxa de repetência escolar expressa o percentual de alunos repetentes (matriculados na série s no ano m +1 em relação à matrícula total da série s no ano m). A taxa de evasão escolar expressa o percentual de alunos evadidos (alunos que estando matriculados na série s no ano m não se encontram na matrícula da série s ou s +1 no ano m +1). A taxa de migração para EJA expressa o percentual de alunos que migraram para a Educação de Jovens e Adultos (alunos que migraram da modalidade de educação tradicional para a EJA).

GRÁFICO 25

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Fundamental de mulheres, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%)



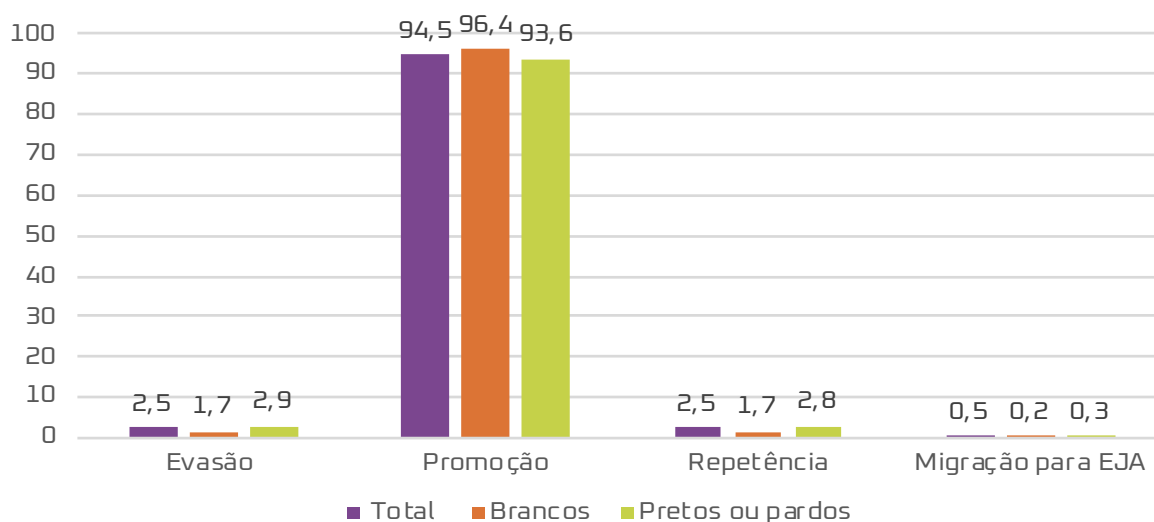
Fonte: INEP, Censo Escolar.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. O gráfico não apresenta dados referentes a outras cores ou raças, porém eles estão contabilizados nos totais. 2. Há dois anos de referência (2020 e 2021) porque as taxas foram calculadas a partir dos dados destes dois anos, isto é, foi verificado o registro da(o) mesma(o) aluna(o) em 2021 e em 2020 para checar se ela(e) foi promovida(o), repetida(o), evadida(o) ou migrada(o) para EJA. – Ver tabelas 3.33 a 3.36.

GRÁFICO 26

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Fundamental de homens, por cor ou raça - Brasil, 2020/2021 (%)



Fonte: INEP, Censo Escolar.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. O gráfico não apresenta dados referentes a outras cores ou raças, porém eles estão contabilizados nos totais. 2. Há dois anos de referência (2020 e 2021) porque as taxas foram calculadas a partir dos dados destes dois anos, isto é, foi verificado o registro do mesmo aluno em 2021 e em 2020 para checar se ela(e) foi promovida(o), repetida(o), evadida(o) ou migrada(o) para EJA. – Ver tabelas 3.33 a 3.36.

Para compreender o diferencial de desempenho escolar feminino, a literatura feminista argumenta que é preciso observar os papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens e como eles são construídos e reafirmados no âmbito escolar.

Expectativas de papéis sociais são alimentadas pelas(os) profissionais da escola – professoras(es), diretoras(es) etc. – de que as meninas terão maiores disciplina, assiduidade e cumprimento das tarefas, além de outras características valorizadas, como asseio pessoal e outros, porque estes são elementos que condizem com noções tradicionais de feminilidade (e que podem estar correlacionados com o sucesso escolar delas).

Louro (2003 *apud* Lima, 2010) afirma que “as práticas escolares encerram múltiplos e discretos mecanismos que escolarizam e distinguem os corpos e as mentes de alunos e alunas, que vão construindo seus padrões diferenciais de comportamento e assimilando o modelo com o qual se devem identificar para serem mais homens ou mais mulheres”.

A escola é uma das grandes e principais instituições promotoras da socialização, o que começa a acontecer desde muito cedo, ainda na primeira infância.

E é também desde cedo que a escola vai “legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (LOURO, 2000).

Ensino Médio

No Ensino Médio, as questões se complexificam dado que este ainda é um nível de Ensino mais distante da universalização. Para entender o fenômeno da mais baixa escolaridade no Ensino Médio, é preciso também analisar as desigualdades entre mulheres e homens e suas intersecções, visto que, por exemplo, a frequência escolar líquida das mulheres é significativamente mais alta que a dos homens: a taxa de frequência feminina é 6,3 pontos percentuais mais alta que a dos homens, sendo que, na região Centro-Oeste, chega a ser 10,5 pontos percentuais mais alta.

Analisando apenas o grupo de mulheres segundo a variável de cor ou raça, tem-se que a frequência das mulheres brancas de 15 a 17 anos é 8 pontos percentuais mais alta do que a de pretas ou pardas, o que mostra o quanto a sociedade brasileira ainda tem a avançar em termos de equidade racial no campo educacional.

TABELA 6

Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%)

Cor ou raça	Mulheres			Homens		
	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior	6 a 14 anos no ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos no ensino superior
Total ⁽¹⁾	94,8	78,2	30,1	94,4	71,9	21,8
Branca	94,9	83,0	40,4	94,1	78,1	31,6
Preta ou parda	94,8	75,0	23,4	94,6	68,2	15,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou que se declararam indígenas ou amarelas – Ver tabela 3.7.

Há uma desigualdade em termos de deficiência no grupo de mulheres⁵³ que deve ser salientado. Em 2022, a taxa de escolarização⁵⁴ das mulheres de 15 a 17 anos com deficiência era de 85,4% ao passo que a de mulheres em geral era de 92,9%. Se tomarmos o indicador que mede a porcentagem de pessoas que estão frequentando o Ensino Médio na idade recomendada (frequência escolar líquida), a desigualdade é ainda maior: enquanto a do total de mulheres é de 73,8%, a de mulheres com deficiência é de 59%. Podemos dizer que a existência de deficiência é uma condição que gera desigualdades importantes no campo educacional⁵⁵ e que, depois, vão repercutir também no acesso ao mercado de trabalho, prejudicando ainda mais as pessoas com deficiência.

As questões relativas às mulheres com deficiência, que aparecem várias vezes ao longo deste capítulo, nem sempre são visibilizadas ou reconhecidas. Assim como os papéis sociais de homens e mulheres, também a deficiência é produzida social e culturalmente e é por meio desse processo que se definem “determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais” (MELLO E NUERNBERG, 2012, p. 636).

Tanto a definição de mulher quanto a de pessoa com deficiência se imbricam, produzindo uma condição duplamente marginalizada, que está afirmada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em artigo específico sobre mulheres com deficiência, reconhecendo-as como sujeitas a “múltiplas formas de discriminação”. As mulheres também se inserem como cuidadoras das pessoas com deficiência, outra agenda merecedora de atenção devido à vulnerabilidade dessa posição.

De modo geral, os indicadores de fluxo escolar são piores no Ensino Médio do que no Fundamental. Na taxa de promoção escolar, por exemplo, as mulheres têm uma queda de 5 p.p em média – 95,7% no EF e 90,9% no EM. Mesmo assim, elas conti-

⁵³ O mesmo se repete no grupo de homens, porém a análise aqui privilegia a perspectiva das mulheres. Os dados relativos a pessoas com deficiência são de 2022 e advêm do módulo Pessoas com deficiência, da PNAD Contínua 2022, do IBGE.

⁵⁴ Taxa de escolarização é a porcentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário).

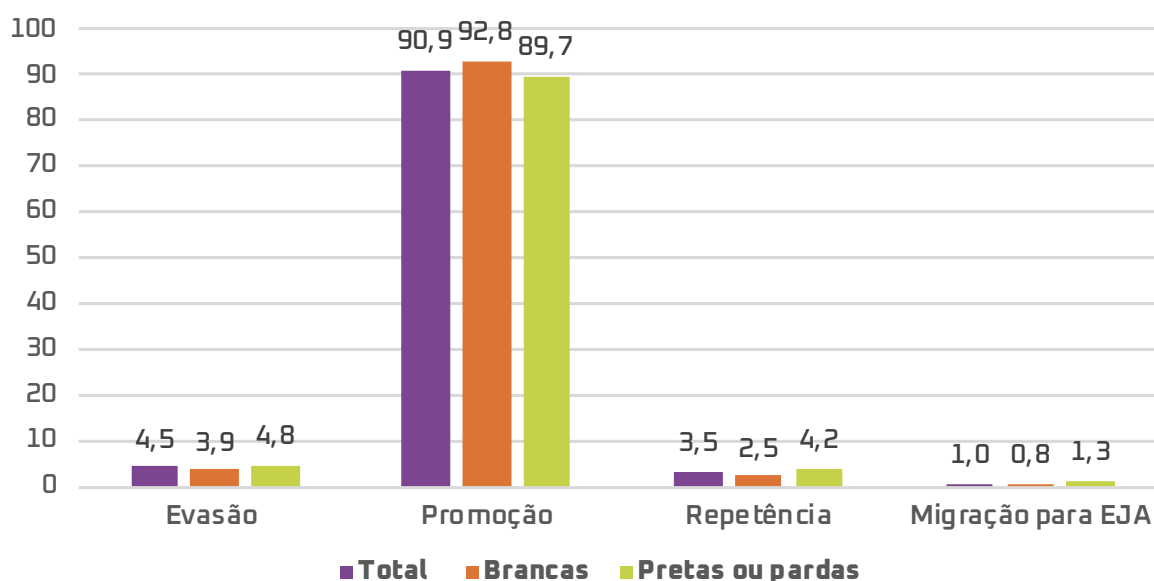
⁵⁵ O IBGE considera pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para “Grau de dificuldade”. Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido. Como a deficiência considerada aqui é medida por dificuldades funcionais, e não por diagnóstico, ela é mais provável de ocorrer entre pessoas idosas que têm mais baixa escolaridade mesmo (pré-universalização).

nuam apresentando desempenho melhor que os homens, em especial os homens pretos e pardos. A taxa de evasão escolar no Ensino Médio é menor para mulheres (4,5%) do que para homens (7,3%).

O mesmo se repete em relação aos outros indicadores de fluxo escolar mostrados na tabela 9. Também se observa que há uma desvantagem para mulheres pretas ou pardas em relação às brancas. A taxa de promoção escolar das mulheres pretas ou pardas é mais baixa que a das brancas (89,7% contra 92,8%), porém continua sendo mais alta que a dos homens pretos ou pardos, que é de 85,4%. Isso indica que as dimensões de desigualdades entre mulheres e homens e raça se entrecruzam para explicar este fenômeno, ou seja, isoladamente elas não são suficientes para entender por que as mulheres pretas ou pardas se saem melhor que os homens pretos ou pardos.

GRÁFICO 27

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Médio de mulheres, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%)



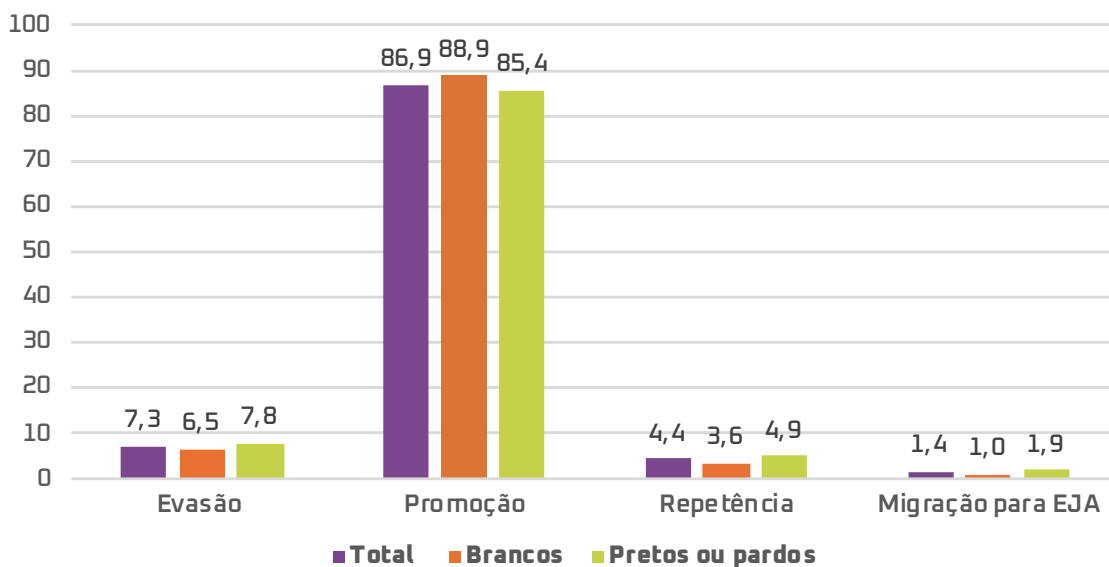
Fonte: INEP, Censo Escolar.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. O gráfico não apresenta dados referentes a outras cores ou raças, porém eles estão contabilizados nos totais. 2. Há dois anos de referência (2020 e 2021) porque as taxas foram calculadas a partir dos dados destes dois anos, isto é, foi verificado o registro do mesmo aluno em 2021 e em 2020 para checar se ela(e) foi promovida(o), repetida(o), evadida(o) ou migrada (o) para EJA. – Ver tabelas 3.33 a 3.36.

GRÁFICO 28

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Médio de homens, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%)



Fonte: INEP, Censo Escolar.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. O gráfico não apresenta dados referentes a outras cores ou raças, porém eles estão contabilizados nos totais. 2. Há dois anos de referência (2020 e 2021) porque as taxas foram calculadas a partir dos dados destes dois anos, isto é, foi verificado o registro do mesmo aluno em 2021 e em 2020 para checar se ela(e) foi promovida(o), repetida(o), evadida(o) ou migrada (o) para EJA. – Ver tabelas 3.33 a 3.36.

O principal motivo alegado pelas mulheres, tanto brancas quanto pretas e pardas, para não ter cursado ou ter deixado de frequentar o Ensino Médio é o de precisar trabalhar⁵⁶.

Neste ponto, embora o motivo de “precisar trabalhar” como razão para ter deixado ou nunca ter frequentado o Ensino Médio seja maior, em termos percentuais, para mulheres brancas do que negras, a quantidade de mulheres negras que citaram este motivo é bem maior do que a de brancas (93 mil mulheres pretas ou pardas e 36 mil mulheres brancas).

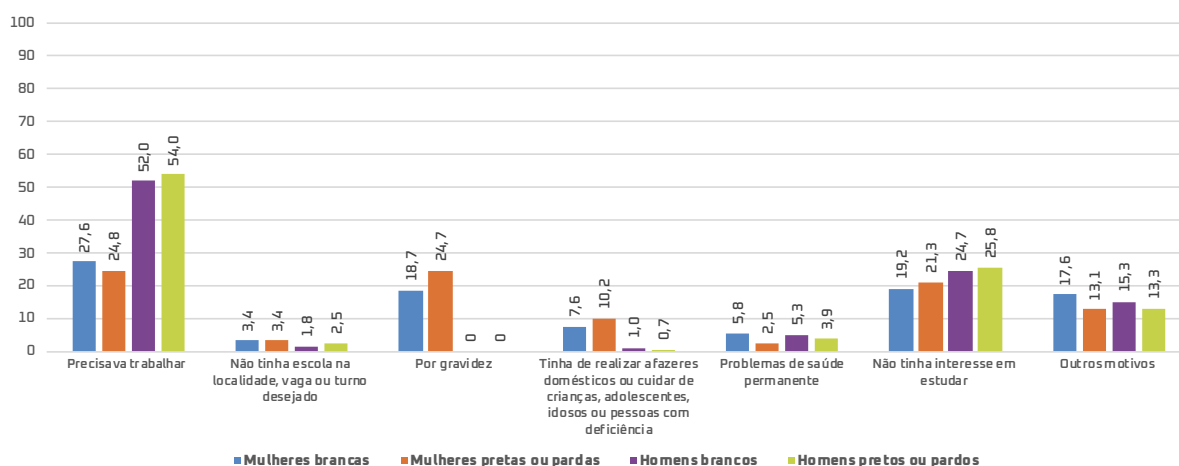
Em segundo lugar, quase empatados para mulheres brancas, vêm a falta de interesse em estudar e a gravidez. Para mulheres pretas ou pardas, o percentual de gravidez é bem maior que o de mulheres brancas (24,7% versus 18,7%), o que revela como mulheres pretas ou pardas enfrentam dificuldades maiores para permanecer na escola.

⁵⁶ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, de 2023.

Por fim, ainda que não seja o motivo mais citado, deve-se notar que a necessidade de realizar o trabalho doméstico ou de cuidado também constitui um fator impeditivo de frequentar o Ensino Médio para mulheres, principalmente as pretas ou pardas. Ao lado da gravidez, este é claramente um fator atuando no afastamento escolar de mulheres. No caso dos homens, esse motivo não tem relevância, sendo muito mais prevalente a necessidade de trabalhar.

GRÁFICO 29

Distribuição das pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Ver tabela 3.10.a

As desigualdades entre mulheres e homens, raça e deficiência na educação

As desigualdades raciais na educação podem ser notadas por meio de vários indicadores tratados neste capítulo. No Ensino Médio, a frequência escolar líquida é bem mais baixa entre mulheres negras (tabela 8). Além disso, as taxas de repetência, evasão escolar e migração para EJA são maiores e as de promoção escolar são menores para todos os segmentos (mulheres e homens – ver tabela 10), porém, as mulheres brancas têm desempenho superior ao de pretas ou pardas.

Vários fatores atuam no sentido de dificultar a permanência das mulheres na escola e a conclusão do Ensino Médio e todos eles são mais fortes entre as mulheres negras: a necessidade de trabalhar, a gravidez e a necessidade de realizar o trabalho doméstico e de cuidado de crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência.

Entre as mulheres com deficiência, o acesso e a permanência no campo educacional são questões também muito graves. Mulheres com deficiência têm muito maior dificuldade de frequentar o Ensino Médio e este obstáculo se exponencia para a frequência na idade correta.

A meta 4.5 do Brasil para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que trata da Educação de qualidade, foca justamente nos grupos em situação de vulnerabilidade: "Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade".

O Ensino Médio Técnico integrado à educação profissional⁵⁷ tenta responder às necessidades desta parcela da população que precisa começar a trabalhar o mais cedo possível. Em 2023, o percentual de pessoas matriculadas no Ensino Médio técnico integrado à educação profissional era de 29,6%, um pouco acima dos 26,3% registrados em 2022⁵⁸.

Em se tratando deste tipo de Ensino Técnico, as análises reveladas pelo RASEAM 2024 permanecem em 2023: maior prevalência de mulheres (57,9%) em relação aos homens (42,1%). O diferencial de escolaridade entre mulheres e homens se mantém no Ensino Profissional: 57,8% para elas e 42,2% para eles. Os cursos profissionalizantes em que há maior quantidade absoluta de mulheres são: Ambiente e Saúde, em seguida Gestão e Negócios e Informação e Comunicação.

Os cursos em que a proporção de mulheres matriculadas ultrapassa 80% (embora a quantidade de matrículas femininas seja bem menor do que nos citados no parágrafo anterior) são: Ensino Médio Normal-Magistério, Desenvolvimento Educacional e Social e Ambiente e Saúde, mais uma vez confirmando a tendência de maior direcionamento das mulheres para as áreas sociais (educação e saúde).

Ensino Superior

No Ensino Superior, permanece um padrão de desigualdades entre mulheres e homens que situa as mulheres em posição de maior presença numérica, tanto entre ingressantes quanto entre concluintes. Em 2022, segundo o Censo da Educação Superior do INEP, a proporção de mulheres ingressantes em cursos de graduação é de 59,7% e a de homens, 40,3%. Essa distribuição percentual se acentua um pouco mais quando se chega aos concluintes: 60,8% para mulheres e 39,2% para homens.

Quanto aos cursos de graduação em que há maior contingente de mulheres, tem-se, como mostrado na tabela 7, Pedagogia, Enfermagem (cursos em que a diferença entre mulheres e homens é bem pronunciada), Direito e Administração (mais equilibrados por sexo). Interessante notar que as mulheres são maioria mesmo em cursos altamente valorizados socialmente, como Medicina e Direito, mas também em cursos tradicionalmente associados à masculinidade, como Contabilidade.

No entanto, as áreas de tecnologia e ciências exatas, em geral referidas pela sigla STEM "Science, Technology, Engineering and Maths" (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) ainda estão sob amplo domínio masculino.

⁵⁷ O ensino médio técnico integrado à educação profissional considera o ensino médio integrado, o normal/magistério, o curso técnico concomitante, o curso técnico subsequente e o curso técnico integrado na modalidade EJA.

⁵⁸ Ver página 37 do RASEAM 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf>>

Para citar alguns exemplos, Sistemas de Informação, Engenharia Civil, Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística, Ciência de Dados, Engenharia de controle e automação, Física, Engenharia Química, Sistemas para internet e Ciências da Computação são todos cursos (com exceção de Engenharia Química) em que a participação das mulheres não ultrapassa 33%.

TABELA 7

Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância) com maior número de matrículas e cursos STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso - Brasil - 2022

Curso	Mulheres	Homens	Distribuição (%)	
			Mulheres	Homens
Pedagogia	755.200	66.664	91,9	8,1
Direito	378.748	292.978	56,4	43,6
Administração	378.023	260.766	59,2	40,8
Enfermagem	382.334	75.634	83,5	16,5
Contabilidade	192.434	135.065	58,8	41,2
Psicologia	249.936	64.607	79,5	20,5
Sistemas de informação	57.217	251.633	18,5	81,5
Educação física	91.922	162.461	36,1	63,9
Medicina	150.790	94.711	61,4	38,6
Gestão de pessoas	169.525	40.166	80,8	19,2
Fisioterapia	151.495	48.465	75,8	24,2
Farmácia	137.543	54.537	71,6	28,4
Engenharia civil	53.843	130.941	29,1	70,9
Nutrição	135.770	32.014	80,9	19,1
Biomedicina	134.716	22.441	85,7	14,3
Odontologia	112.593	44.040	71,9	28,1
Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística	9.669	19.611	33	67
Ciência de dados	6.211	17.032	26,7	73,3
Engenharia de controle e automação	3.280	18.803	14,9	85,1
Física formação de professor	8.739	19.177	31,3	68,7
Engenharia química	15.536	15.211	50,5	49,5
Sistemas para internet	3.572	10.494	25,4	74,6
Computação formação de professor	3.695	7.758	32,3	67,7

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. No RASEAM, estão sendo apresentados os 16 primeiros cursos de graduação do Ensino Superior com maiores números de matrículas totais (até Odontologia), seguidos de 7 cursos que, na nossa classificação, poderiam se encaixar na categoria STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), para fins de análise. 2. Últimos dados disponíveis são de 2022. – Ver tabela 3.38.

Assim como ocorre com as alunas, a presença de mulheres como professoras na Educação Superior também é bastante alta (47,3% em média para o Brasil), embora ainda um pouco mais baixa que a masculina (52,7%). Na Educação Básica, ao contrário, as docentes são muito mais prevalentes (79,5%)⁵⁹. Em termos de cor ou raça, na Educação Superior, as mulheres brancas docentes estão em proporção muito maior que as pretas ou pardas, em especial nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, como mostra a tabela 8.

TABELA 8

Número de docentes em exercício na Educação Superior, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2022

Grandes Regiões	Mulheres				
	Total (em números absolutos)	Branca (%)	Preta ou parda (%)	Outra (%)	Não declarada (%)
Brasil	149.710	56,6	17,9	2,0	24,3
Norte	11.428	37,4	39,6	3,2	21,8
Nordeste	36.586	35,7	32,8	2,9	30,4
Sudeste	59.092	63,2	10,6	1,9	25,1
Sul	30.575	77,7	4,5	1,2	16,9
Centro-Oeste	14.767	52,9	20,8	2,9	24,8

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Os totais de mulheres estão em números absolutos, porém os dados sobre raça estão em percentual, para facilitar a análise. – Ver tabela 3.39.

Para termos uma ideia do quanto a presença de mulheres pretas ou pardas na docência cai quando se passa de um nível de Ensino menos valorizado socialmente e com menores salários – a Educação Básica – para a Educação Superior, trazemos os dados da tabela 9. Nela, podemos observar que a proporção de mulheres pretas ou pardas (32%) continua mais baixa que a de brancas (42,9%), porém a diferença não é tão grande quanto na Educação Superior (17,9% de pretas ou pardas versus 56,6% de brancas). Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as mulheres pretas ou pardas chegam a exceder em proporção as brancas.

⁵⁹ Dado do Censo Escolar do INEP, 2023.

TABELA 9**Número de docentes em exercício na Educação Básica, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023**

Grandes Regiões	Mulheres				
	Total (em números absolutos)	Branca (%)	Preta ou parda (%)	Outra (%)	Não declarada (%)
Brasil	1.8712.110	42,9	32,0	1,3	23,8
Norte	141.196	13,3	55,5	2,9	28,4
Nordeste	502.912	17,0	46,7	2,3	33,9
Sudeste	790.763	54,3	25,7	0,6	19,3
Sul	305.645	72,8	10,7	0,6	16,0
Centro-Oeste	131.197	34,6	38,4	1,5	25,5

Fonte: INEP. Censo Escolar.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

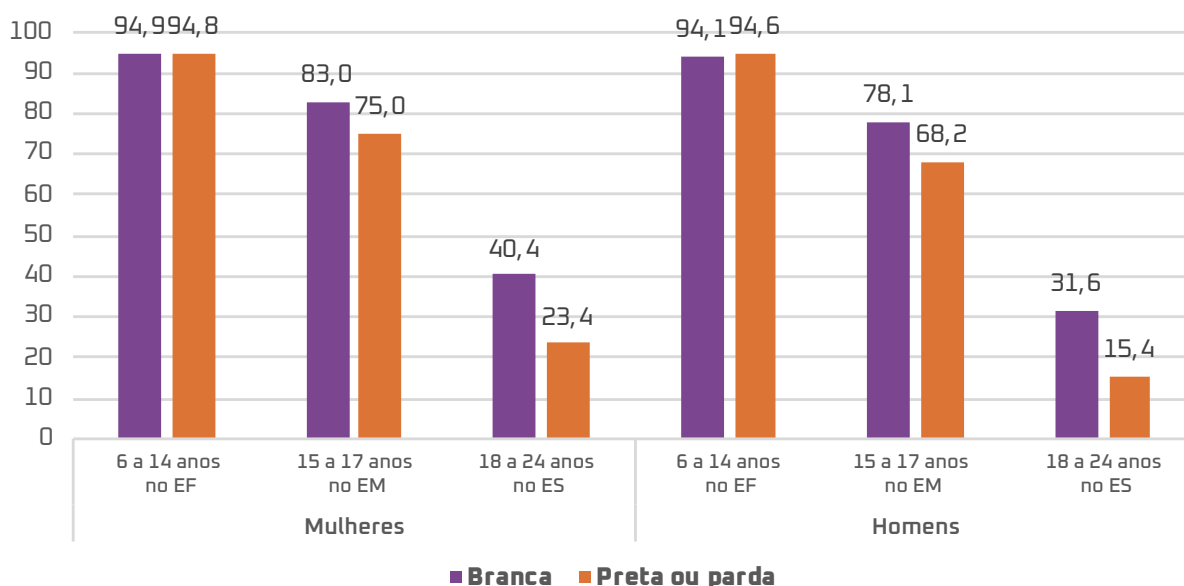
Nota: Os totais de mulheres estão em números absolutos, porém os dados sobre raça estão em percentual, para facilitar a análise. – Ver tabela 3.26.

Para a população em geral, a taxa de frequência escolar líquida no Ensino Superior é bem mais baixa do que nos demais níveis de Ensino.

O gráfico 30 destaca como a dimensão racial afeta negativamente estudantes de cor ou raça preta ou parda, mais até do que no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, visto que a taxa de frequência escolar na idade correspondente ao nível de Ensino é bem menor para o segmento social de pretas(os) ou pardas(os) e isso vale para mulheres (40,4%, brancas e 23,4%, pretas ou pardas) e homens (31,6%, brancos e 15,4%, pretos ou pardos).

GRÁFICO 30

Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, segundo sexo e grupos de idade, por cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: As siglas EF, EM e ES significam Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. – Ver tabela 3.7.

No caso do principal motivo para não iniciar ou concluir o Ensino Superior⁶⁰, para pessoas de 15 a 29 anos de idade, a necessidade de trabalhar é citada por 39,2% das mulheres e 54,7% dos homens. O segundo motivo mais citado é o de "já ter concluído o nível de estudo que desejava (15,5%, para ambos os sexos).

Para pessoas com deficiência, também se torna muito mais difícil frequentar a escola à medida que a idade avança. Enquanto nas faixas etárias de 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, a taxa de escolarização fica acima de 90% e 80%, respectivamente, na faixa de 18 a 24 anos, ela cai para 24,3%.

⁶⁰ Esta pergunta é feita, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, para pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional.

TABELA 10**Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%)**

Grupos de idade	Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade (%)					
	Total			Pessoa com deficiência		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	25,0	24,8	25,2	9,1	7,4	11,4
6 a 14 anos	99,2	99,4	99,1	95,1	95,5	94,9
15 a 17 anos	92,7	92,9	92,5	84,6	85,4	83,8
18 a 24 anos	31,5	33,9	29,2	24,3	25,0	23,6
25 anos ou mais	5,4	6,0	4,7	2,3	2,4	2,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. – Ver tabela 3.14.

Bolsas concedidas pelo CNPq

Enfocando agora nas bolsas concedidas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), as quais visam incentivar a formação em pesquisa, extensão e pós-graduação, tem havido poucas variações nos últimos anos no padrão de distribuição entre mulheres e homens. No nível mais básico – as bolsas de Iniciação Científica para alunas(os) de graduação – as mulheres as têm recebido mais do que os homens, com um percentual médio de 59,7%, o que é consistente com o dado de que elas ingressam mais e concluem mais o Ensino Superior.

No nível seguinte de formação em pós-graduação, o Mestrado, a vantagem das mulheres diminui para 52,5% em média, entre 2020 e 2023. No Doutorado, a média feminina foi de 51,2% e no Pós-Doutorado, 55,3%⁶¹. O declínio acontece em relação às bolsas de produtividade em pesquisa, que tem por objetivo estimular pesquisadores de destaque em suas áreas e também valorizar a produção em desenvolvimento tecnológico e inovação, a participação percentual média das mulheres tem se mantido em 35,2%. Mulheres têm mais variações na carreira acadêmica do que homens, devido à maternidade e ao trabalho doméstico, fatores associados aos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens que ajudam a explicar por que elas estão sub-representadas entre pesquisadoras(es) no topo da carreira.

⁶¹ Deve-se notar que as mulheres ingressam mais no curso superior que os homens, por isso, têm mais chances de obter bolsas de estudos.

Analisando-se a distribuição destas bolsas por cor ou raça dentro do grupo de mulheres, temos, pela tabela 10, que as mulheres brancas concentram 59,6% das bolsas de Iniciação Científica a Pós-Doutorado. As pardas têm 24,3% e as pretas 7,6%. Observe-se que o percentual de "Não desejo declarar" é considerável, chegando a 11,4% no Pós-Doutorado.

A partir dos dados por cor e raça, fica evidenciado, portanto, que as diferenças de acesso a bolsas apresentam variações mesmo entre as próprias mulheres, notadamente com as mulheres brancas tendo acessos muito superiores aos das não brancas. No nível mais avançado da carreira – as bolsas de produtividade em pesquisa – as mulheres brancas concentram 76,3% das bolsas. Assim, se já é difícil para as mulheres em geral acessarem estas bolsas, para as pardas e pretas, então, é muito mais complicado.

TABELA 11

Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país para mulheres, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023

Modalidade	Total	Amarela (%)	Branca (%)	Indígena (%)	Parda (%)	Preta (%)	Não desejo declarar (%)
Iniciação Científica	18.320,7	1,7	58,4	0,3	27,2	9,0	3,3
Mestrado	2.280,0	1,3	58,7	0,4	25,5	9,2	5,0
Doutorado	3.099,3	1,3	58,3	0,3	25,1	8,0	7,1
Pós-Doutorado	1.097,0	1,7	63,0	0,2	19,4	4,4	11,4
Produtividade em Pesquisa	5.543,7	2,0	76,3	0,3	8,4	1,4	11,7

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Os totais de mulheres estão em números absolutos, porém os dados sobre raça estão em percentual, para facilitar a análise. – Ver tabela 3.45.

Este último dado reforça o que já foi afirmado ao longo de todo o texto, a saber: as desigualdades de cor ou raça importam e não podem ser deixadas de lado na análise do campo educacional, desde a Educação Infantil até o topo da carreira acadêmica.

Outras desigualdades – de deficiência, por exemplo – se somam e dificultam ainda mais o percurso educacional dos segmentos mais vulneráveis de mulheres. As

desigualdades de cor e raça contribuem significativamente para entender a vida educacional das mulheres e, por isso, são imprescindíveis para qualquer tipo de pesquisa que busque jogar luz nas diferenças entre as mulheres, em especial no campo da educação, já que as desigualdades vêm se manifestando em todos os níveis de instrução.

Referências bibliográficas

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Dicionário de Indicadores Educacionais**. Brasília, 2004.

LIMA, Aline Galvão. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006. 96 p. In: *Educar*. Curitiba, n. 36, p. 281-284, 2010. Editora UFPR.

LOURO, Guacira Lopes (Org). Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 7-35.

MELLO, Anahi Guedes de e NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012, pp. 635-655.

4. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

A saúde integral da mulher é um direito fundamental e um indicador de desenvolvimento social. No Brasil, em resposta às demandas dos movimentos feministas e de saúde pública por uma abordagem mais abrangente da saúde da mulher, foi criado em 1984 o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)⁶². Se tornou um marco, pois rompeu com a concepção materno-infantil que se restringia a atender as demandas de gravidez e parto. Além disso, o PAISM focou na saúde reprodutiva e na atenção integral da saúde da mulher.

Antes centrada na reprodução e no controle da natalidade, a atenção à saúde da mulher passou a englobar questões mais amplas, como a prevenção de doenças crônicas, o planejamento reprodutivo, o enfrentamento da violência contra as mulheres e a promoção da saúde mental.

Em 2004, com os avanços no campo da saúde pública e as transformações sociais ocorridas nas décadas anteriores, foi lançada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM)⁶³. Essa política atualizou os princípios do PAISM e ampliou seu alcance, alinhando-se às novas demandas e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU, substituídos posteriormente pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶⁴.

A PNAISM apresentou uma abordagem mais explícita sobre as condições sociais que incidem no adoecimento das mulheres como, por exemplo, as discriminações nas relações de trabalho e a sobrecarga com o trabalho doméstico e de cuidado. Nesse sentido, reconhece a desigualdade de gênero como um determinante social em saúde⁶⁵.

⁶² BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher: bases para a discussão de uma política de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1984.

⁶³ BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

⁶⁴ Veja mais sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: janeiro de 2025.

⁶⁵ Determinante Social da Saúde (DSS) é um conceito adotado pelo campo da Saúde Coletiva que visa dar conta da imbricação entre enfoques biológico e social do processo saúde-doença.

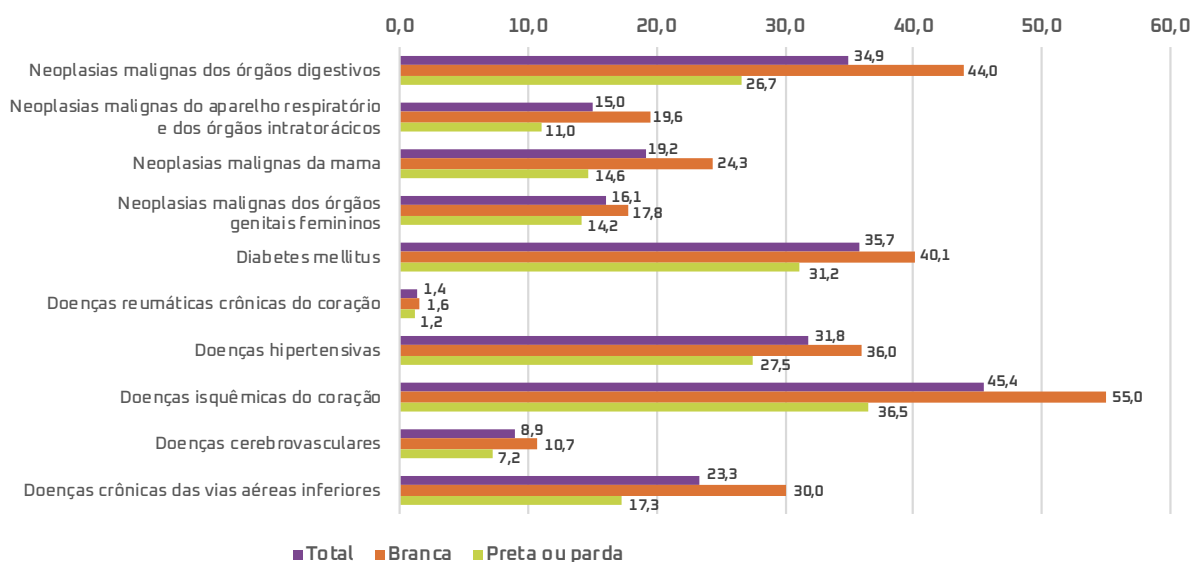
Além disso, a PNAISM destaca que fatores como raça, etnia e a condição de pobreza atuam como agravantes das desigualdades, impactando diretamente os índices de mortalidade materna, desnutrição e a incidência de doenças cardiovasculares e crônico-degenerativas.

A análise dos indicadores deste capítulo, como o da taxa bruta de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) entre mulheres no Brasil, revela padrões significativos de desigualdade com base em cor ou raça e tipos de doenças predominantes.

Em 2023, os dados indicam que doenças isquêmicas do coração (45,4), diabetes mellitus (35,7) e neoplasias malignas dos órgãos digestivos (34,9) estavam entre as principais causas de mortalidade feminina. No entanto, existem variações notáveis nas taxas segundo o grupo racial. A taxa de mortalidade por doenças isquêmicas do coração são mais frequentes em mulheres brancas (55) que em mulheres pretas ou pardas (36,6); em relação a diabetes mellitus, as mulheres brancas têm uma taxa de 40,1, enquanto as mulheres pretas ou pardas tem 31,2. No caso das neoplasias malignas dos órgãos digestivos, as brancas têm taxa de 44 e as pretas ou pardas de 26,7.

GRÁFICO 31

Taxa bruta de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) - Brasil - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. A coluna total inclui mulheres indígenas, amarelas e com cor ou raça não informada.

2. Para o cálculo das taxas segundo cor ou raça foram utilizados, como denominador, os resultados do CENSO 2022 sobre estimativa populacional. 3. Dados preliminares, conforme Portaria SVS/MS nº 116/2009. Sujeito a revisões e alterações. – Ver tabela 4.2.

O câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais incidente entre mulheres no Brasil, após os casos de câncer de pele não melanoma. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), em 2023, estimaram-se cerca de 73 mil novos casos de câncer de mama, o que corresponde a uma taxa ajustada de incidência de aproximadamente 41,9 casos por 100 mil mulheres. Esses números colocam o câncer de mama como um dos principais desafios de saúde pública do país, devido à sua elevada prevalência, impacto na qualidade de vida das mulheres e mortalidade associada⁶⁶.

Embora o câncer de mama tenha um alto potencial de cura, quando diagnosticado precocemente, no Brasil, muitos casos ainda são identificados em estágios avançados. As principais estratégias para a detecção precoce incluem a realização de mamografias, exames clínicos das mamas e autoconhecimento corporal. Apesar dessa última não substituir exames clínicos, é uma forma de as mulheres perceberem alterações suspeitas nas mamas.

O câncer de colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais comum entre as mulheres no Brasil, atrás apenas do câncer de mama e do câncer de pele não melanoma.

Estimou-se que, em 2023, o país registrou cerca de 17 mil novos casos, com uma taxa de incidência de 15,4 casos por 100 mil mulheres, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA)⁶⁷.

No sentido de uma prevenção primária, o Brasil oferece a vacina contra o HPV gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS), desde 2014, direcionada a meninas e meninos de 9 a 14 anos⁶⁸.

Para uma prevenção secundária, o rastreamento realizado por meio do exame de Papanicolau é uma ferramenta essencial para a detecção precoce de alterações celulares no colo do útero.

⁶⁶ INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Controle do câncer de mama no Brasil: dados e números 2024. Rio de Janeiro: INCA, 2024. Disponível em: <<https://ninho.inca.gov.br/jspui/bitstream/123456789/17002/1/Controle%20do%20c%C3%A2ncer%20de%20mamano%20Brasil%20-%20dados%20e%20n%C3%Bameros%202024.pdf>>. Acesso em: novembro de 2024.

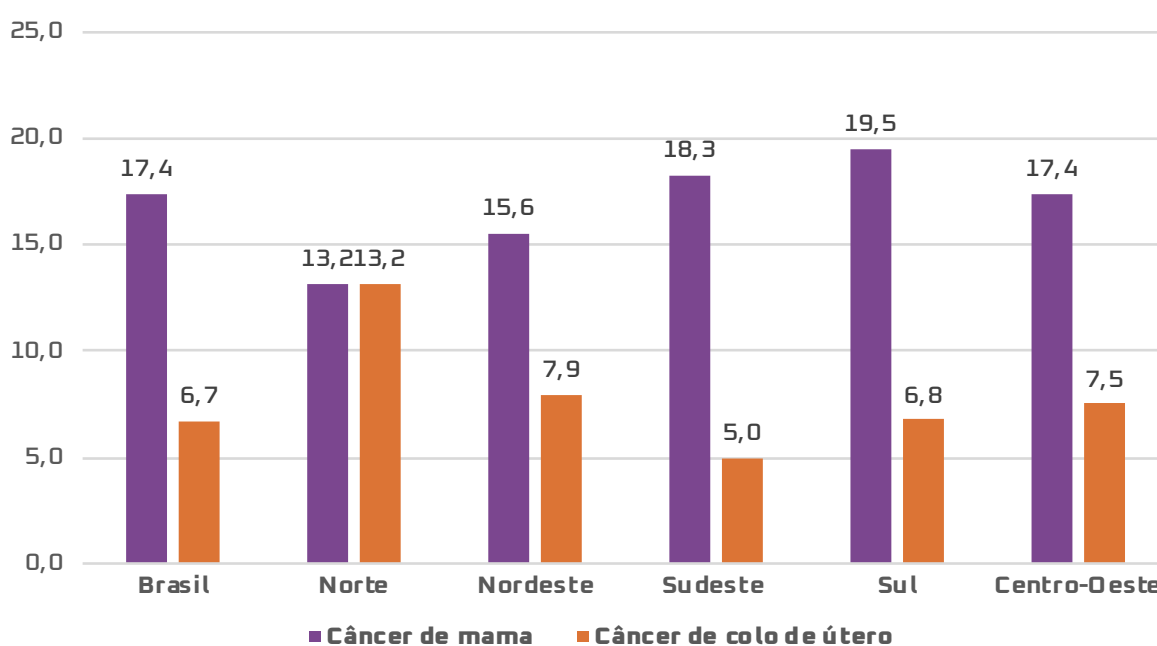
⁶⁷ INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Dados e números sobre câncer do colo do útero: relatório anual 2023. Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/dados_e_numeros_colo_22marco2023.pdf>. Acesso em: novembro de 2024.

⁶⁸ Em 2024, o Ministério da Saúde implementou uma nova estratégia de vacinação, adotando o esquema de dose única em substituição ao modelo anterior de duas doses. Essa medida otimiza o uso dos estoques disponíveis no país, aumentando a cobertura vacinal e fortalecendo a proteção contra o câncer do colo do útero e outras complicações relacionadas ao vírus. Com essa iniciativa, o Brasil alinha-se às recomendações de organismos internacionais e integra o grupo de 37 países que já utilizam o esquema de dose única para fortalecer a proteção da população contra o HPV. Ver mais em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/ministerio-da-saude-adota-esquema-de-vacinacao-em-dose-unica-contr-o-hpv>>

No Brasil, 20.055 mulheres morreram de câncer de mama e 7.161 de câncer de colo de útero em 2023. A taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama, por 100 mil mulheres, da região Sul foi a maior (19,5). No caso do câncer de colo do útero, a Região Norte atingiu a maior taxa, com 13,2.

GRÁFICO 32

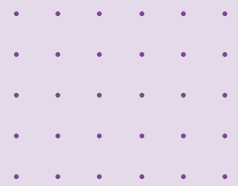
Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo de útero, por 100.000 mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Faixa etária de 15 anos ou mais. - Ver tabela 4.12.

As mulheres brancas detêm o maior percentual de óbitos por câncer de mama (57,2%). Em relação ao câncer de colo do útero, as mulheres pretas e pardas (56,8%)⁶⁹

⁶⁹ Ver tabela 4.14.



Incidência de novos casos de HIV

Os dados do Ministério da Saúde indicam que, em 2022, as taxas de detecção de casos de HIV no Brasil aumentaram. Entre as mulheres, a taxa subiu de 9,3 em 2021 para 10,2 em 2022, enquanto entre os homens, o índice passou de 24,2 para 26,5.

As Regiões Norte e Sul registraram as maiores taxas entre as mulheres, com 16,4 e 15,3 casos por 100 mil, respectivamente, superando os números de 2021, que eram de 15 e 14. Entre os homens, essas regiões também lideraram, apresentando taxas de 40,2 no Norte e 28,2 no Sul, em comparação com 36,6 e 27,6 no ano anterior.

As Regiões Sudeste e Nordeste, que possuem as menores taxas, também registraram crescimento. Entre as mulheres, os índices passaram de 7,4 para 8,2 no Sudeste e de 8,2 para 8,7 no Nordeste. Já entre os homens, as taxas subiram de 22,1 para 24,3 no Sudeste e de 21,0 para 24,1 no Nordeste¹.

Quanto à faixa etária, em 2022, as maiores taxas de incidência entre mulheres foram observadas no grupo de 40 a 49 anos, com 18,6 casos por 100 mil, seguido pelas de 35 a 39 anos, com 16,1. Entre os homens, a maior incidência ocorreu na faixa de 25 a 29 anos, com taxa de 54,7, seguida pelo grupo de 30 a 34 anos, que registrou 47,8 casos por 100 mil².

Notas: 1. Ver tabelas 4.42.a e 4.42.b.
2. Ver tabela 4.44.a.



Razão de Mortalidade Materna

A Razão de Mortalidade Materna (RMM) é um dos indicadores mais utilizados para avaliar a qualidade da saúde feminina e do sistema de saúde em geral. A redução da razão de mortalidade materna (RMM) é um dos principais compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde 2010 o País apresenta índice abaixo da meta global estabelecida, de 70 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. A exceção foram os anos de 2020 e 2021 com 74,7 e 117,4 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. A meta específica do Brasil é reduzir a RMM para menos de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos até 2030.

Embora o país tenha registrado avanços nas últimas décadas, a meta enfrenta desafios significativos devido a disparidades regionais, fatores socioeconômicos e questões relacionadas ao sistema de saúde.

No ano de 2023, a Razão de Mortalidade Materna foi de 50,9⁷⁰. Entre as causas específicas, no campo das causas obstétricas diretas, a Razão ficou em 9,0 para a hipertensão, hemorragia com 6,5, infecção puerperal com 2,6 e aborto com 2,3.

TABELA 12

Razão de mortalidade materna (RMM) por tipo de causa obstétrica e causas específicas (por 100.000 nascidas(os) vivas(os)) - Brasil - 2023

Causa obstétrica e causas específicas	Razão de Mortalidade Materna
Total	50,9
Causas obstétricas diretas	34,9
Aborto	2,3
Hemorragia	6,5
Hipertensão	9,0
Infecção puerperal	2,6
Outras causas obstétricas diretas	55,3
Causas obstétricas indiretas	14,5
Doenças do aparelho circulatório complicando a gestação, parto e puerpério	4,3
Outras causas obstétricas indiretas	10,1
Causas obstétricas não especificadas	1,6

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados preliminares, conforme Portaria SVS/MS, nº167/2009. Sujeito a revisões e alterações.

⁷⁰ A unidade de medida da razão de mortalidade materna (RMM) é o número de mortes maternas por cada 100 mil nascidos vivos.

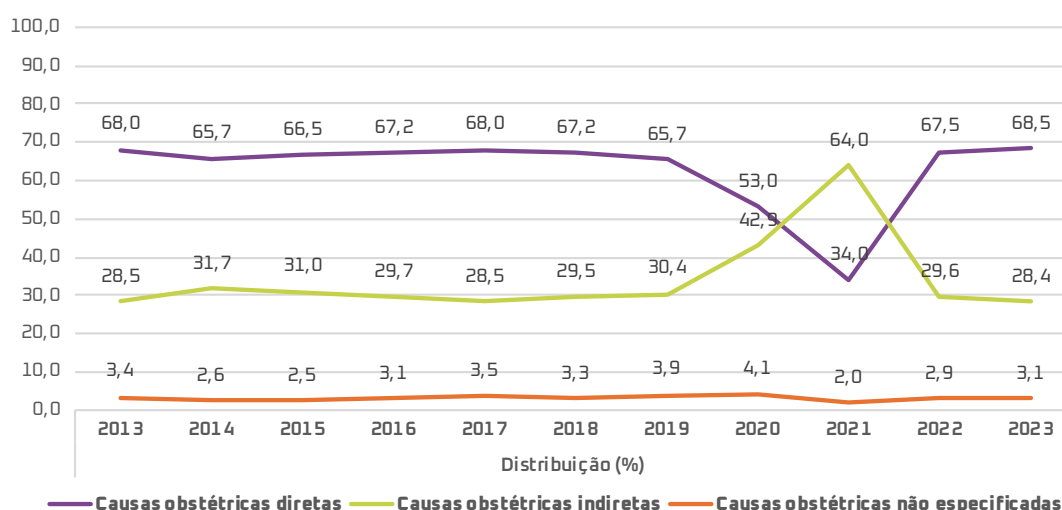
Entre 2013 e 2023, a maior parte das mortes maternas esteve associada a causas obstétricas diretas. No entanto, em 2021, observou-se uma inversão, com as mortes por causas indiretas superando as diretas. A pandemia de COVID-19 desempenhou um papel relevante nesse cenário, contribuindo significativamente para os óbitos maternos registrados em 2020 e 2021.

Essa situação pode ser explicada pelo período inicial da pandemia, quando as vacinas ainda não estavam amplamente disponíveis. Durante esse tempo, a COVID-19 parece ter impactado desproporcionalmente mulheres grávidas e puérperas, elevando a taxa de mortes maternas por causas indiretas, como complicações respiratórias e cardiovasculares associadas ao vírus.

O elevado índice de vacinação alcançado posteriormente reflete os esforços para conter os impactos da pandemia e diminuir os riscos de complicações graves. Contudo, também evidencia a vulnerabilidade enfrentada por essas mulheres no período anterior à ampla disponibilização das vacinas⁷¹.

GRÁFICO 33

Distribuição percentual da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica - Brasil - 2013-2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados preliminares, conforme Portaria SVS/MS, nº167/2009. Sujeito a revisões e alterações. – Ver tabela 4.5.

⁷¹ Ver box Mulheres e acesso à saúde preventiva.

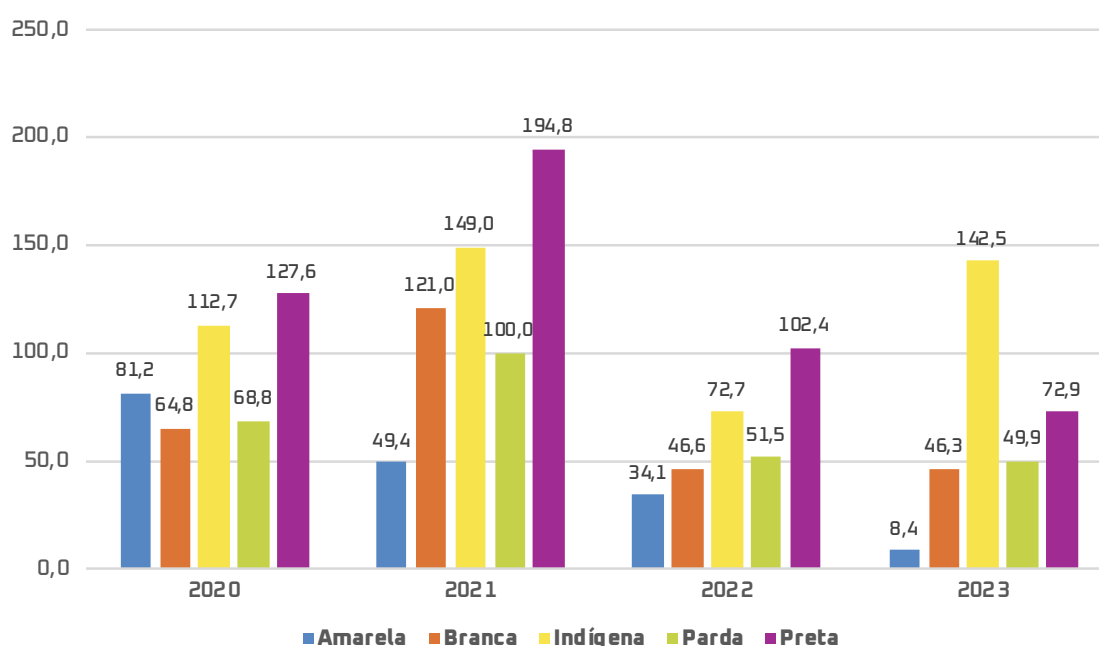
No referente a cor ou raça, entre 2020 e 2023, mulheres pretas, pardas e indígenas apresentaram razões de mortalidade materna mais altas em comparação com mulheres brancas. A exceção foi o ano de 2021, quando a RMM das mulheres brancas superou a das mulheres pardas.

Entre as mulheres indígenas e pretas, o impacto da COVID 19 parece ter sido ainda mais severo. Em 2021, foram 194,8 mortes de mulheres pretas por 100 mil nascidos vivos, a maior Razão de mortalidade materna entre as populações por cor ou raça, entre 2020 e 2023.

No mesmo ano, entre as mulheres indígenas, a razão ficou em 149, o segundo maior valor na série histórica, abaixo apenas da razão ocorrida em 2023, 142,5, número muito distante do número total de mortes de mulheres por 100 mil nascidos vivos no Brasil, que foi 50,9.

GRÁFICO 34

Razão de mortalidade materna, por cor ou raça - Brasil - 2020-2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

Ver tabela 4.9.

Mulheres e acesso à saúde preventiva

Tradicionalmente, as mulheres no Brasil mostram maior adesão às ações de saúde preventiva, incluindo campanhas de vacinação. Isso é evidenciado pelos dados do suplemento PNAD Covid da PNAD Contínua, que apontam uma proporção maior de mulheres vacinadas contra a COVID-19 em comparação aos homens. Até o primeiro trimestre de 2023, 94,8% das mulheres haviam se vacinado contra a doença, enquanto entre os homens o índice era de 93% ¹.

No que se refere às pessoas não vacinadas, 4,8% das mulheres não se imunizaram, contra 6,4% dos homens ². Entre os principais motivos para a não vacinação entre as mulheres, destacam-se o medo de reações adversas ou de injeções (35,5%) e a falta de confiança ou crença na vacina (24,7%) ³.

Os dados também indicam que as mulheres tiveram mais casos de COVID-19 do que os homens, o que pode ter contribuído para o aumento da Razão de Mortalidade Materna (RMM) durante a pandemia. Enquanto 29,1% das mulheres relataram ter tido a doença, o percentual foi de 25,7% entre os homens. Entre as mulheres pretas ou pardas, 24,6% relataram que tiveram a doença. Entre as mulheres brancas o percentual foi de 34,8%⁴.

Notas: 1. Ver tabela 4.53.

2. Ver tabela 4.54.

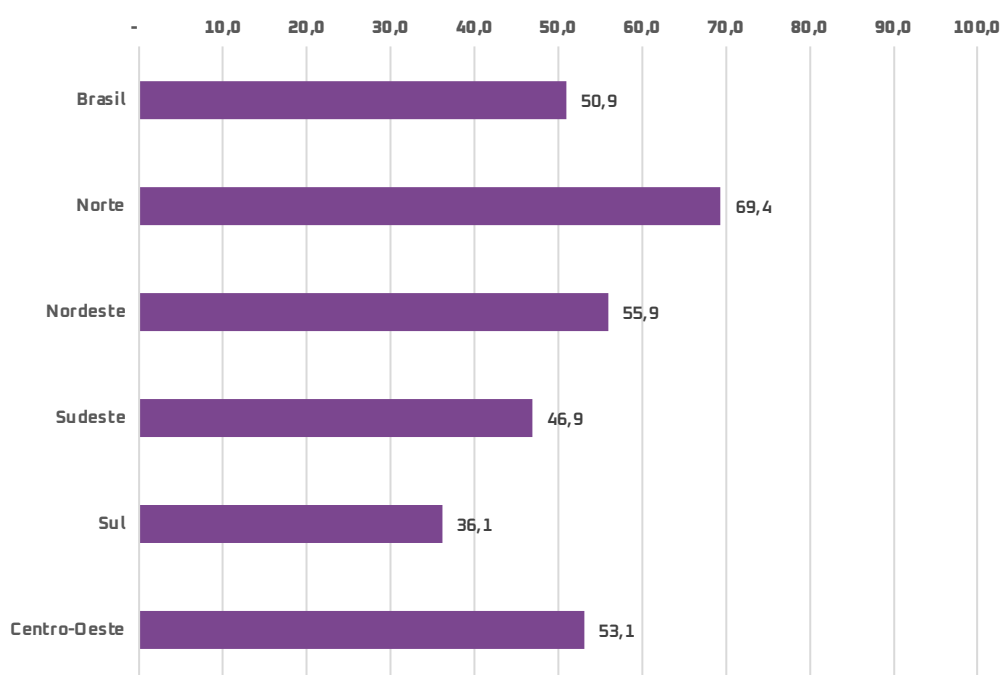
3. Ver tabela 4.55.

4. Ver tabela 4.56.

A Região Norte apresentou a maior Razão de Mortalidade Materna do país: 69,4. O Nordeste registrou RMM de 55,9. O Centro-Oeste do país obteve uma Razão de 53,1. No Sudeste, foram registradas 46,9 mortes de mães para cada 100 mil nascidos vivos. O Sul apresentou o menor número, com 36,1.

GRÁFICO 35

Razão de mortalidade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados preliminares e sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 4.10.

Em todas as regiões, os riscos de mortalidade materna são particularmente altos em mulheres com idade acima de 40 anos. Contudo, a Região Norte possui o número mais alto, com uma Razão de Mortalidade Materna, para essa faixa etária, de 193,3, seguida da Centro-Oeste, com 149,9⁷².

Perfil dos nascimentos

No Brasil, existe uma predominância de partos em mulheres jovens. Cerca de 49% dos nascidos vivos, em 2023, tinham mães com idade entre 20 e 29 anos.

⁷² Ver tabela 4.8.

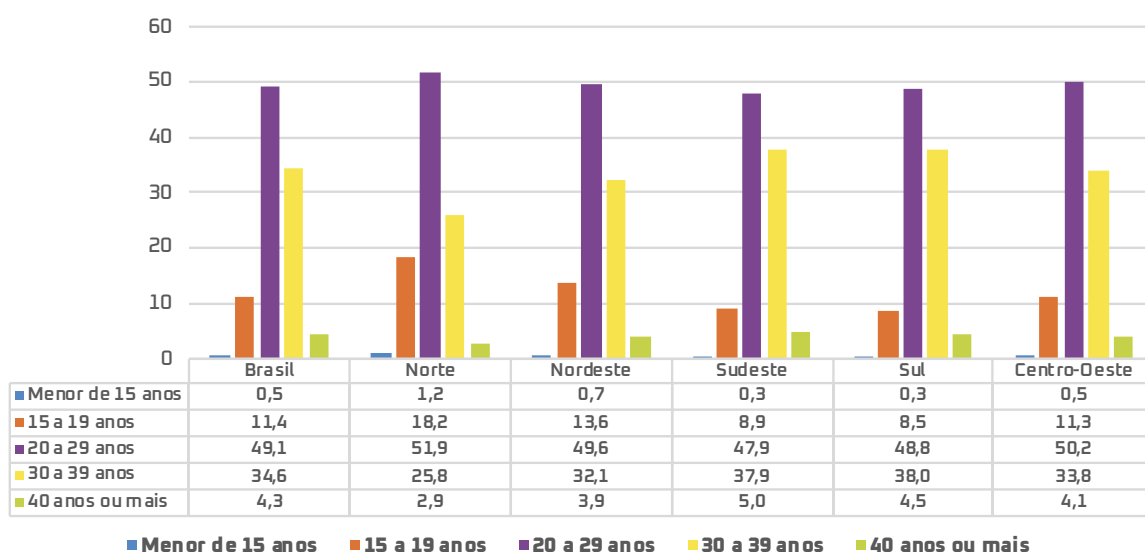
Os dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) evidenciaram diferenças significativas na idade em que as mulheres são mães em termos regionais.

A Região Norte tem alta prevalência de nascimentos entre crianças e adolescentes. Mães menores de 15 anos de idade foram 1,2% e com 15 a 19 anos 18,2%, as maiores porcentagens entre todas as regiões do país. O percentual de mães com 40 anos ou mais é o menor, comparado às outras regiões, 2,9%, o que pode indicar que a maternidade ocorre mais cedo na região.

As Regiões Sul e Sudeste, com 0,3% cada, possuem os menores percentuais de partos em que as mães eram crianças ou adolescentes. Com 5%, o Sudeste tem o maior percentual de mães acima dos 40 anos.

GRÁFICO 36

Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados preliminares e sujeitos a revisões e alterações.

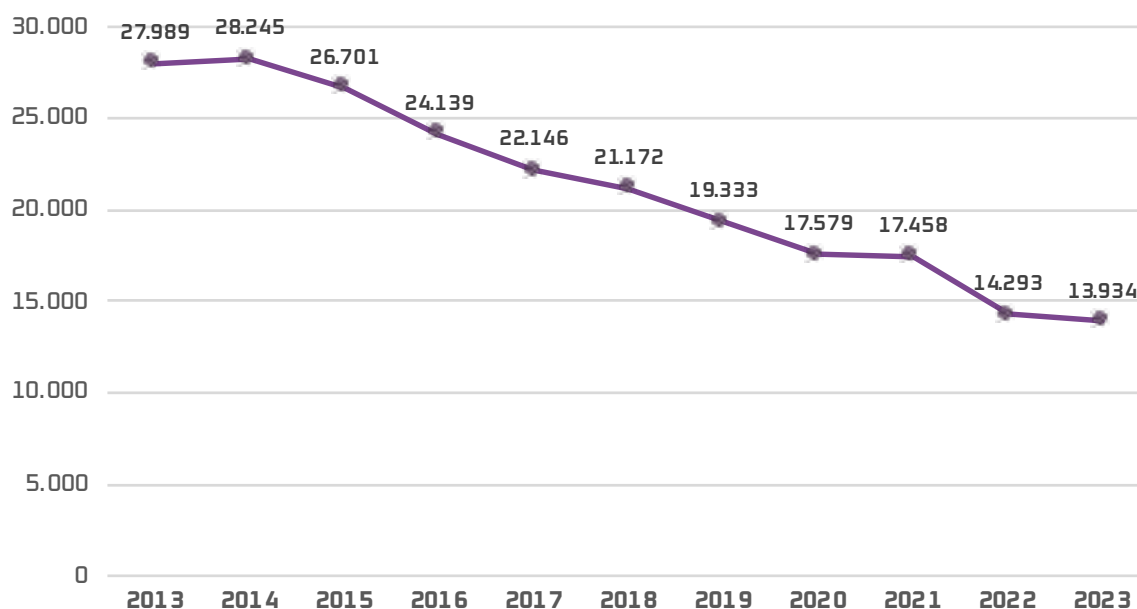
2. Excluídos casos com informação ignorada de idade materna. - Ver tabela 4.32.

A gravidez na infância e na adolescência não é apenas uma questão de saúde pública ou de falta de acesso à educação sexual. É também resultado de uma interseção brutal entre a cultura do estupro e da pedofilia, e da misoginia que permeia diversas esferas da sociedade.

Entre 2013 e 2023, foram registrados mais de 232 mil nascimentos em que as mães eram meninas de até 14 anos de idade. Houve uma queda constante de registros ao longo desses dez anos, contudo, a gravidez em meninas desta faixa etária no Brasil é uma questão preocupante. Pela legislação brasileira, relação sexual com meninas de até 14 anos configura como caso de estupro de vulnerável. Em 2023, foram registrados 13.934 casos em que essas meninas tiveram filhas(os).

GRÁFICO 37

Nascidas(os) vivas(os) de mães com idade até 14 anos - Brasil - 2013-2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações.

Ver tabela 4.30.

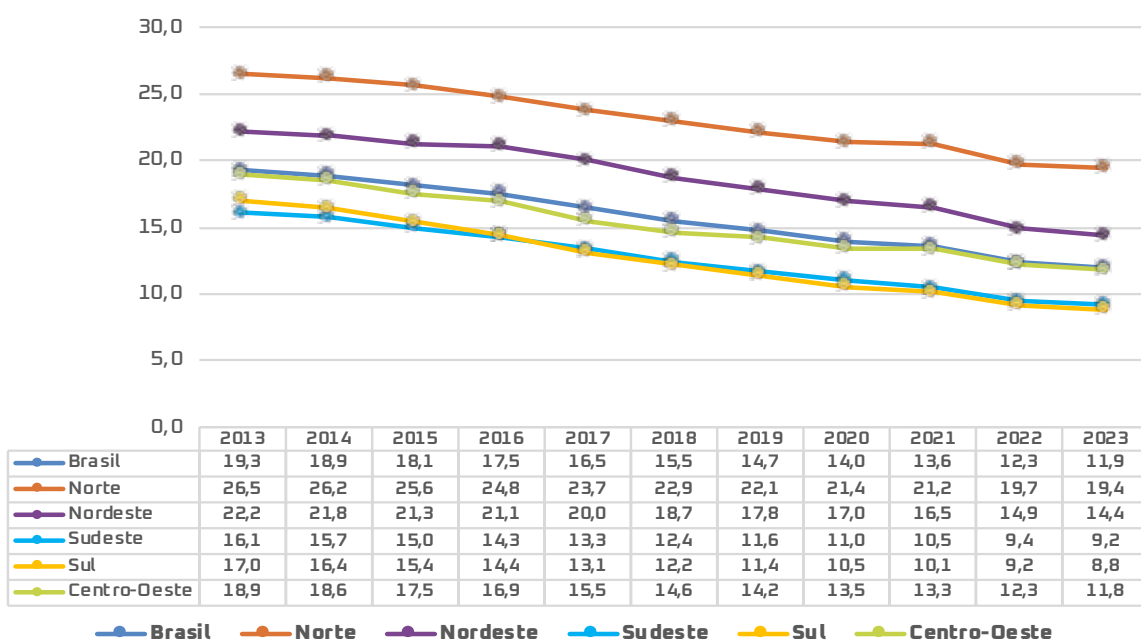
De acordo com os dados do Ministério da Saúde, em 2013, 19,3% de nascidas(os) vivas(os) tinham mães com idade até 19 anos. As Regiões Norte e Nordeste registraram as maiores porcentagens, 26,5% e 22,2%, respectivamente.

Em 2023, 11,9 % dos nascimentos no Brasil ocorreram entre mães com essa faixa etária. Embora tenha havido uma redução em relação aos períodos anteriores, o percentual permanece consternador, especialmente nas Regiões Norte (19,4%) e Nordeste (14,4%), que continuam a concentrar os índices mais altos.

Além da gestação na adolescência ser considerada de risco (assim como a gravidez acima dos 35 anos de idade), ela está frequentemente associada à exclusão social e ao aumento da vulnerabilidade econômica.

GRÁFICO 38

Percentual de nascidas(os) vivas(os) de mães com idade de até 19 anos, por Grandes Regiões - 2013-2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações.

Ver tabela 4.31.

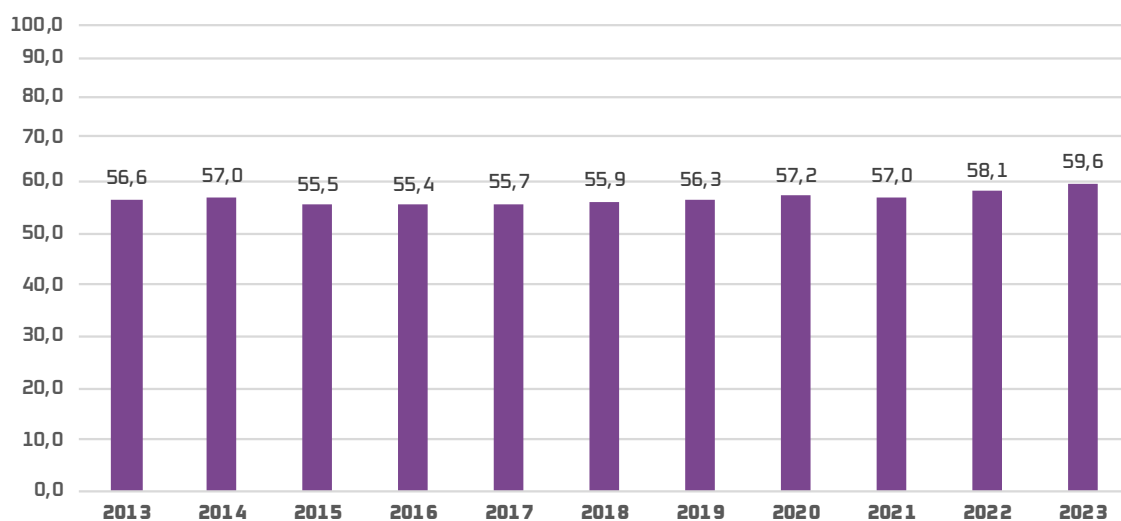
O Brasil é um dos países com as maiores taxas de partos cesáreos no mundo.

Nos últimos 10 anos, o percentual de partos cesáreos permaneceu acima dos 55% do total de partos. Segundo dados de 2023, cerca de 59,6% dos nascimentos no país eram realizados por cesariana.

Esses números são muito superiores ao limite recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que sugere que o percentual de cesáreas deve variar entre 10% e 15% dos partos, sendo indicada apenas quando necessário por razões médicas.

GRÁFICO 39

Percentual de partos cesáreos no total de partos - Brasil - 2013-2023 (%)

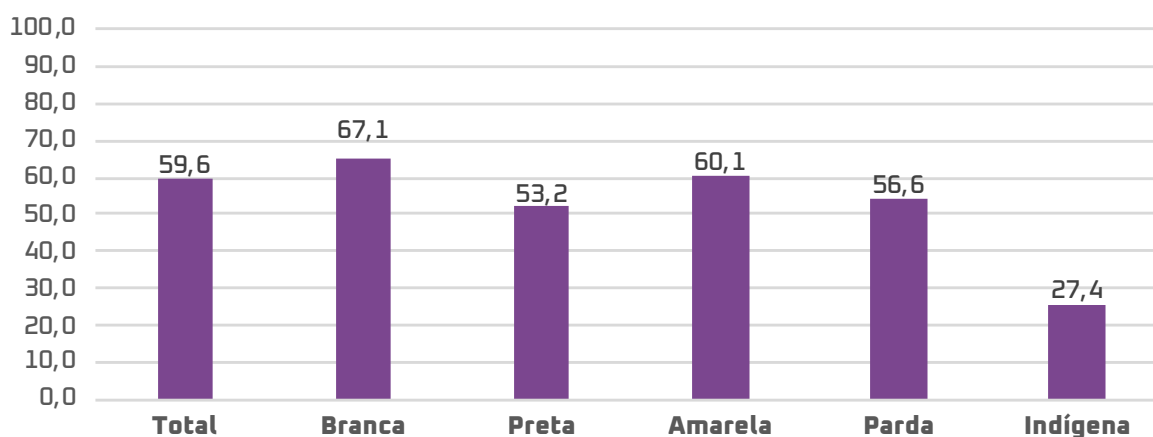


Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 4.27.

A proporção de partos cesáreos é maior entre as mulheres brancas (67,1%) e menor entre as mulheres indígenas (27,4%).

GRÁFICO 40

Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: 1. Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações.
2. Exclui os casos com informação ignorada de tipo de parto e cor ou raça da mãe. – Ver tabela 4.36.

A região com maior percentual de partos cesáreos é a Centro Oeste, com 65,4% e a com menor percentual é a Região Norte, com 52,6%⁷³.

⁷³ Ver tabela 4.36.

Acompanhamento Pré-Natal

O acompanhamento pré-natal consiste em uma série de consultas e exames realizados durante a gestação, visando monitorar a saúde da mãe e do feto, identificar riscos e promover intervenções precoces.

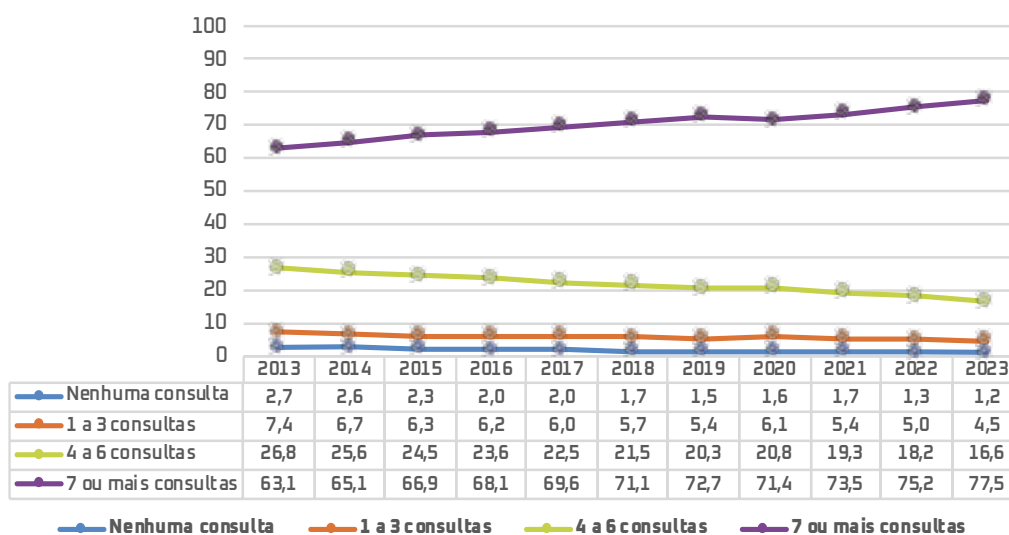
A Organização Mundial de Saúde indica que um pré-natal de qualidade está associado a uma redução significativa na Razão de Mortalidade Materna⁷⁴.

No Brasil, ao longo dos últimos 10 anos, ocorreu um aumento significativo no percentual de mães de nascidas(os) vivas(os) que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal.

O percentual foi de 63,1% em 2013 para 77,5% em 2023, revelando uma maior cobertura no acompanhamento dessas mulheres. Ocorreu, também, uma redução significativa no percentual daquelas que não fizeram nenhuma consulta. Em 2013, o percentual era de 2,7% e caiu para 1,2% em 2023.

GRÁFICO 41

Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal - Brasil - 2013-2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Exclui os casos com informação ignorada de consultas.

2. Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 4.33.

⁷⁴ WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO recommendations on antenatal care for a positive pregnancy experience.** Geneva: World Health Organization, 2016. Disponível em: <<https://www.who.int/publications-detail/9789241549912>>. Acesso em: novembro de 2024.

Existem, porém, discrepâncias regionais nos números do acompanhamento pré-natal no país. Em 2023, na Região Sul, 84,6% das mães realizaram 7 ou mais consultas. Na Região Norte, o percentual foi de 62,5%⁷⁵.

Proporcionalmente, as mulheres brancas têm mais acesso a um pré-natal adequado (85,2%). As mulheres indígenas são as que possuem a menor proporção, com 49,8%⁷⁶.

Parto Cesário

A Classificação de Robson⁷⁷ é uma ferramenta amplamente utilizada para analisar e monitorar as taxas de cesarianas em diferentes populações obstétricas. Ela organiza as mulheres em 10 grupos mutuamente exclusivos com base em características obstétricas simples: paridade, idade gestacional, apresentação fetal, tipo de parto anterior e início do trabalho de parto.

No Brasil, o Ministério da Saúde adotou a classificação como um instrumento essencial para orientar políticas públicas e intervenções destinadas a reduzir as elevadas taxas de cesarianas, um problema persistente no sistema de saúde do País.

⁷⁵ Ver tabela 4.34.

⁷⁶ Ver tabela 4.35.

⁷⁷ Para mais informações, ver: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29751/CLASSIFICA%C7%C3O%20DE%20ROBSON.pdf;jsessionid=8D258283DA8C23AEEEBBC784C99DF3A3A?sequence=2>>

Grupos	Classificação ⁷⁸
1	Nulípara, gestação única, cefálica ⁷⁹ , ≥ 37 semanas, em trabalho de parto espontâneo.
2	Nulípara, gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, com indução ou cesárea anterior ao trabalho de parto ⁸⁰ .
3	Multipara ⁸¹ (sem antecedente de cesárea), gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, em trabalho de parto espontâneo.
4	Multipara (sem antecedente de cesárea), gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, com indução ou cesárea realizada antes do início do trabalho de parto ⁸² .
5	Com antecedente de cesárea, gestação única, cefálica ≥ 37 semanas.
6	Todos os partos pélvicos em nulíparas.
7	Todos os partos pélvicos em multiparas (incluindo antecedente de cesárea).
8	Todas as gestações múltiplas (incluindo antecedente de cesárea).
9	Todas as apresentações anormais (incluindo antecedente de cesárea).
10	Todas as gestações únicas, cefálicas, ≥ 37 semanas (incluindo antecedente de cesárea).

Fonte: Classificação de Robson, ARCA-FIOCRUZ, 2018.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

No Brasil, os grupos 3 (multiparas de termo, apresentação cefálica, em trabalho de parto espontâneo) e 1 (nulíparas de termo, apresentação cefálica, em trabalho de parto espontâneo) tiveram a menor proporção de cesáreas, com 44,7% e 20%, respectivamente. Os grupos com maiores proporções foram o grupo 9 (feto único em situação transversa ou oblíqua), com 97,1%, e o grupo 6 (feto único pélvico em nulíparas), com 92,4%.

⁷⁸ Todas as gestantes são incluídas em apenas um dos grupos.

⁷⁹ Apresentação cefálica inclui todas as que o feto está com a cabeça para baixo.

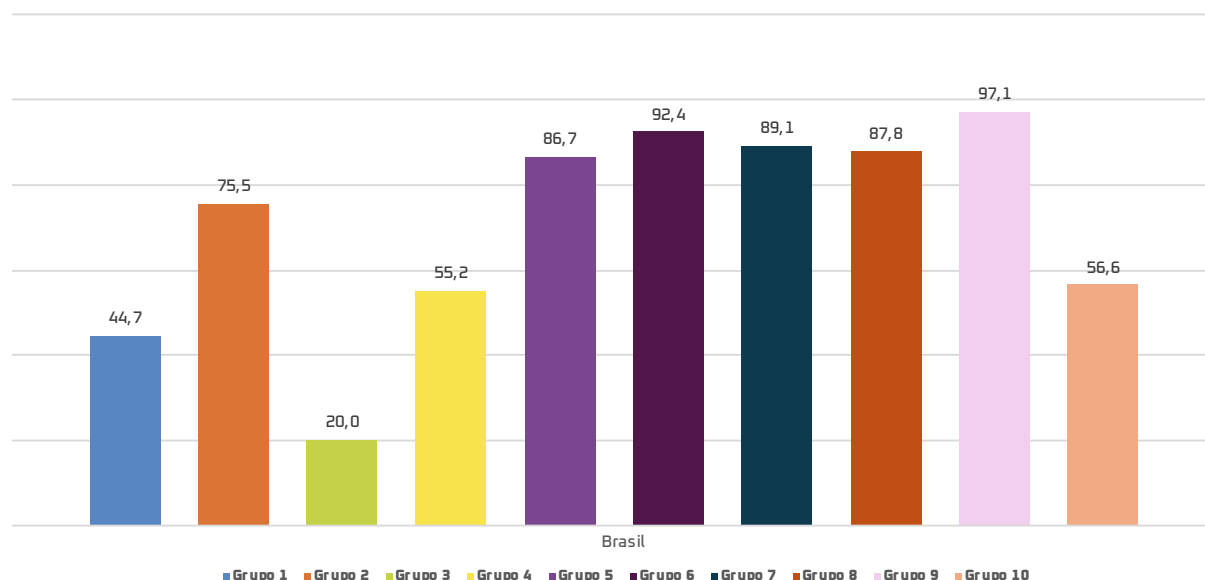
⁸⁰ O grupo dois pode ser subdividido em 2a (Nulípara, cefálica, ≥ 37 semanas, trabalho de parto induzido) e 2b (Nulípara, cefálica, ≥ 37 semanas, cesárea antes do trabalho de parto).

⁸¹ Mulher que já teve parto de bebê com ≥ 500g ou ≥ 22 semanas, vivo ou morto.

⁸² O grupo quatro pode ser subdividido em 4a (Multipara, gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, trabalho de parto induzido) e 4b (Nulípara, gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, cesárea antes do trabalho de parto).

GRÁFICO 42

Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por Grupo de Robson - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: 1. Dados de 2023 são preliminares e sujeitos a revisões e alterações.

2. Excluídos casos com informação ignorada de local do parto. – Ver tabela 4.39.

Acesso a serviços de saúde

A porcentagem de nascimentos em hospitais no Brasil é um importante indicador de acesso a serviços de saúde, refletindo avanços em políticas públicas e infraestrutura. Em 2023, segundo dados do Ministério da Saúde, mais de 98% dos nascimentos ocorreram em hospitais. Contudo, existem disparidades regionais. As Regiões Sul e Sudeste têm cerca de 99% de partos em hospitais, cada região. No Norte do país, o percentual é de 95,4%. Nessa região está o maior percentual de partos em domicílio, 2,2%, e em aldeia indígena, 0,7%.

Nota: Ver tabela 4.28.

Dignidade Menstrual

O Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023, regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que criou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Conhecida como Lei de Dignidade Menstrual, essa legislação estabelece a distribuição gratuita de absorventes higiênicos e outros itens de higiene íntima para estudantes de escolas públicas, mulheres em situação de vulnerabilidade social e aquelas privadas de liberdade.

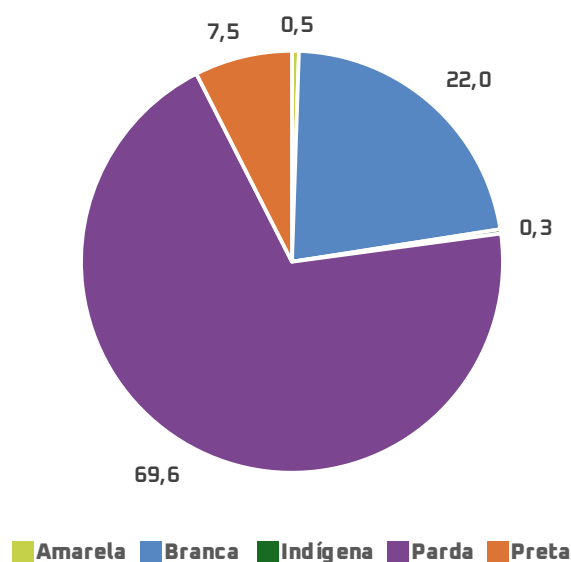
O decreto detalha os mecanismos de implementação do programa, reforçando o compromisso do governo com a promoção da saúde e a redução das desigualdades entre mulheres e homens, além de garantir condições básicas para o bem-estar e a dignidade das beneficiárias.

A pobreza menstrual refere-se à dificuldade ou impossibilidade de acesso a produtos básicos de higiene, como absorventes, bem como à falta de informações adequadas sobre saúde menstrual. No Brasil, milhões de mulheres enfrentam essa realidade, especialmente em regiões empobrecidas e periféricas.

Até agosto de 2024, o programa de dignidade menstrual atendeu 2.022.662 de mulheres no Brasil. Os números mostram que 77,1% das mulheres atendidas foram pretas e pardas, 22% brancas. As mulheres amarelas e indígenas equivalem a 0,5% e 0,3%, respectivamente.

GRÁFICO 43

Proporção de mulheres atendidas no programa dignidade menstrual, por cor ou raça - Brasil - 2024 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.
Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Dados de agosto de 2024. – Ver tabela 4.52.

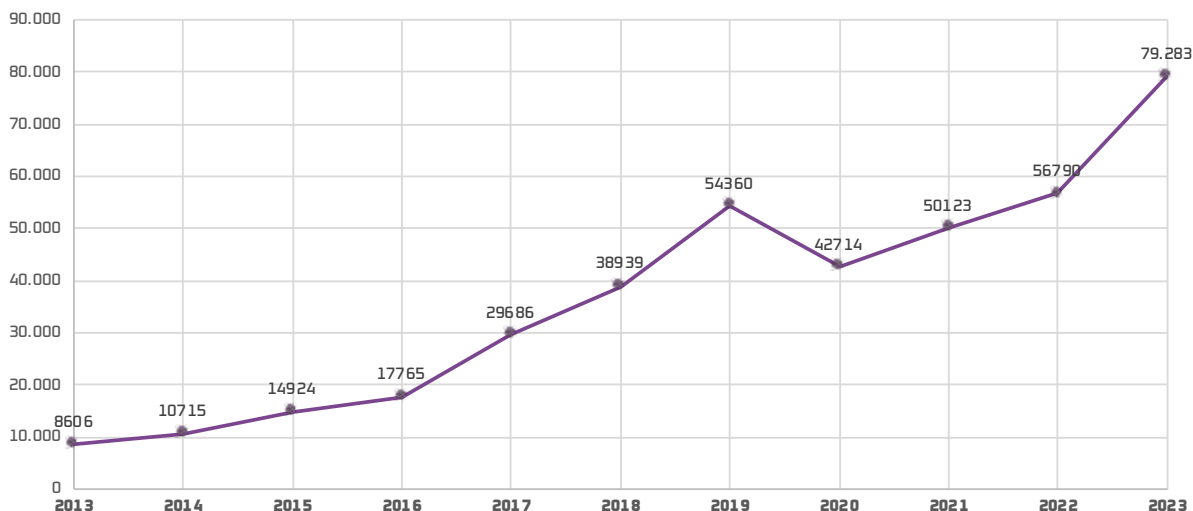
Suicídio (Violência autoprovocada)

As notificações de tentativas de suicídio (lesões autoprovocadas) por mulheres no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) revelam camadas complexas da experiência das mulheres na sociedade.

As práticas de autolesão entre mulheres podem não ser apenas fenômenos isolados e exclusivamente individuais, mas podem refletir pressões estruturais impostas por uma sociedade que, historicamente, submete as mulheres.

GRÁFICO 44

Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por ano - Brasil - 2013-2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016).

3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim". - Ver tabela 4.15.

As pretas e pardas enfrentam uma carga dupla de opressão — por serem mulheres e por serem negras — o que torna suas experiências de sofrimento particularmente intensas. Elas enfrentam uma maior vulnerabilidade à violência, à exploração e ao estresse socioeconômico, fatores que podem contribuir para o desenvolvimento de práticas autodestrutivas.

No Brasil, as mulheres pretas e pardas representam uma parcela significativa dos registros de violência doméstica⁸³ e das classes economicamente desfavorecidas⁸⁴, o que torna provável que as notificações de autolesão também carreguem essa marca racial.

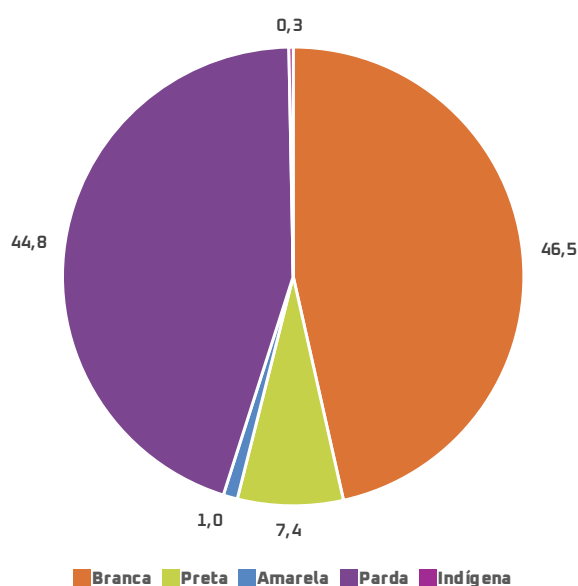
⁸³ Ver capítulo 5, sobre Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, deste Relatório.

⁸⁴ Ver capítulo 2, sobre Autonomia Econômica e Igualdade no mundo do trabalho, deste Relatório.

As lesões autoprovocadas, portanto, podem ser também uma manifestação do racismo estrutural que limita as oportunidades e o bem-estar das mulheres pretas e pardas, confinando-as em posições de subordinação e de sofrimento invisibilizado.

GRÁFICO 45

Distribuição percentual dos registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por cor ou raça da vítima - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. A violência autoprovocada/autoinfligida compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Embora a ideação suicida não seja objeto de notificação no VIVA, requer ações de atenção integral em saúde. (VIVA: Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 2016).

3. Foram considerados casos de violência autoprovocada registros de indivíduos com 5 anos de idade ou mais, em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida – própria pessoa") foram identificados como "Sim".

4. Excluímos registros sem informação.

Ver tabela 4.17.

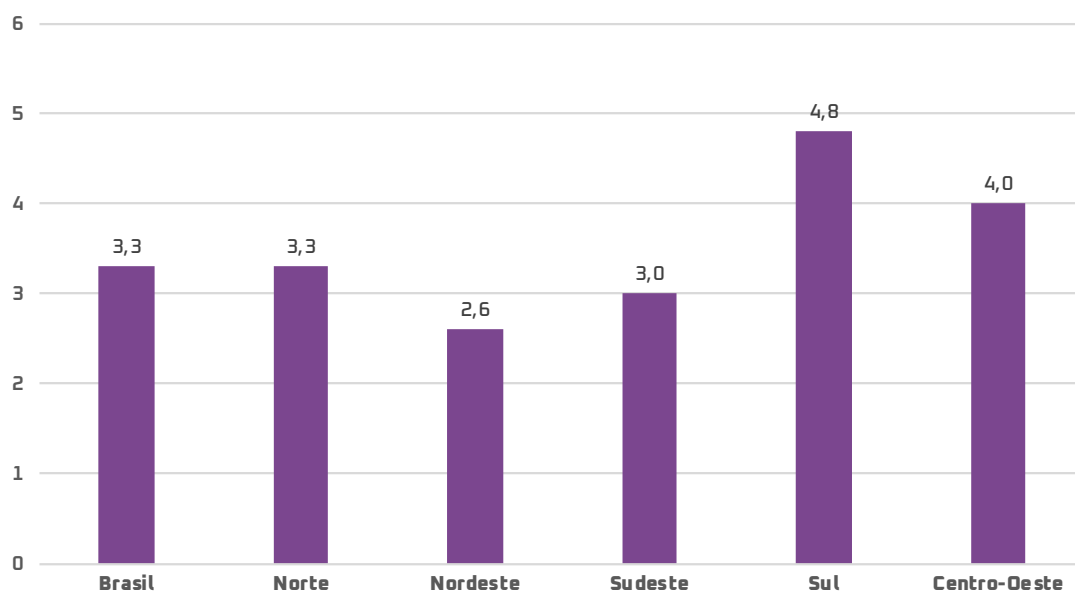
No período 2022⁸⁵ e 2023, ocorreu um aumento na taxa de suicídio de mulheres, quando a taxa passou de 2,9% para 3,3%.

⁸⁵ Para dados de 2022, ver o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2024.

A Região Sul, com 4,8, é a que detém a maior taxa entre as regiões de País, enquanto a Região Sudeste detém os maiores números absolutos, 5,789 suicídios de mulheres.

GRÁFICO 46

Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio de mulheres por 100.000 mulheres), por Grandes Regiões - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE, Censo 2022.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre suicídio são utilizadas as categorias CID-10: X60 a X84; Y87.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

2. Dado de 2023 do SIM são preliminares, conforme Portaria SVS/MS nº 116/2009. Sujeitos a revisões e alterações. - Ver tabela 4.22.

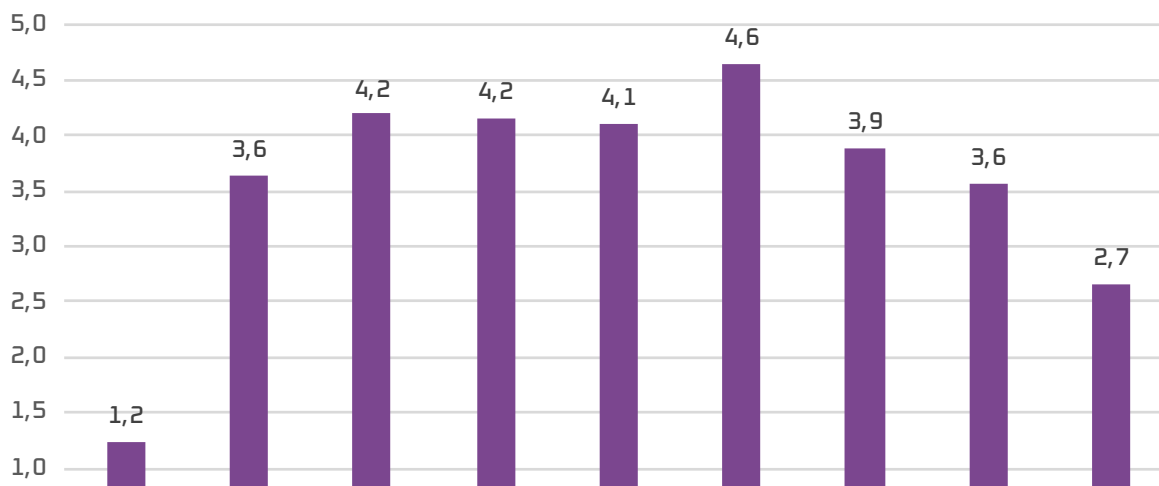
Questões como violência doméstica e abuso sexual são fatores determinantes que aumentam significativamente a vulnerabilidade das mulheres ao suicídio.

Além disso, a sobrecarga de responsabilidades no trabalho doméstico não remunerado, somada às desigualdades econômicas e expectativas sociais que impõem padrões opressivos, agrava o sofrimento emocional e psicológico.

A taxa de suicídio varia conforme a idade. Mulheres entre 20 e 49 anos concentram as maiores taxas.

GRÁFICO 47

Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por grupos de idade (por 100.000 mulheres) - Brasil - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE, Censo 2022.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre suicídio são utilizadas as categorias CID-10: X60 a X84; Y87.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

2. Dados de 2023 do SIM são preliminares, conforme Portaria SVS/MS nº 116/2009. Sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 4.23.

A saúde das mulheres no Brasil evoluiu significativamente nas últimas décadas, especialmente com a criação e implementação de políticas públicas como o PAISM e o PNAISM.

Essas iniciativas representam marcos históricos para uma abordagem integral da saúde feminina, incorporando questões vão além da saúde reprodutiva, como o enfrentamento da violência contra as mulheres e a promoção do bem-estar mental.

Apesar dos avanços na saúde feminina, os dados evidenciam desafios significativos. As desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas continuam a restringir o acesso das mulheres aos serviços de saúde e aos seus direitos reprodutivos e sexuais.

A alta incidência de doenças crônicas, os números alarmantes de gravidez na infância e adolescência e as taxas desproporcionalmente elevadas de mortalidade materna em populações vulnerabilizadas reforçam a urgência de políticas públicas mais equitativas.

Adicionalmente, a pandemia de COVID-19 destacou fragilidades no sistema de saúde, exacerbando disparidades pré-existentes e elevando o risco de morte materna, principalmente entre mulheres pretas, pardas e indígenas. Isso ressalta a importância de fortalecer a infraestrutura de saúde e priorizar intervenções direcionadas a grupos historicamente marginalizados.

Outro ponto de atenção é o elevado número de partos cesáreos realizados no Brasil, que ultrapassa em muito os limites recomendados pela OMS.

Essa realidade demanda uma revisão das práticas obstétricas e a promoção de alternativas que valorizem o parto humanizado. Para alcançar um sistema de saúde mais equitativo, inclusivo e sustentável, é imprescindível a articulação entre governo, sociedade civil e organizações internacionais. A melhoria dos indicadores de saúde da mulher no Brasil depende de um compromisso coletivo que priorize a superação das desigualdades e assegure o acesso de todas a uma vida saudável e digna.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Socioeconômico da Mulher 2024**. Brasília, Ministério das Mulheres, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher: bases para a discussão de uma política de saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. Dispõe sobre a oferta gratuita de absorventes higiênicos a estudantes de baixa renda e pessoas em situação de vulnerabilidade. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11432.htm> Acesso em: janeiro de 2025.

INCA – INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Controle do câncer de mama no Brasil: dados e números 2024**. Rio de Janeiro: INCA, 2024. Disponível em: <<https://ninho.inca.gov.br/jspui/bitstream/123456789/17002/1/Controle%20do%20c%c3%a2ncer%20de%20mamano%20Brasil%20-%20dados%20e%20n%c3%bmeros%202024.pdf>> Acesso em: novembro de 2024.

INCA – INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Dados e números sobre câncer do colo do útero: relatório anual 2023**. Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/dados_e_numeros_colo_22marco2023.pdf> .Acesso em: novembro de 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO recommendations on antenatal care for a positive pregnancy experience**. Geneva: World Health Organization, 2016. Disponível em: <<https://www.who.int/publications-detail/9789241549912>>. Acesso em: novembro de 2024.

5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres

A “Convenção de Belém do Pará”, oficialmente intitulada “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”⁸⁶, é um tratado internacional acordado em 9 de junho de 1994 na cidade de Belém (PA), no Brasil.

Esse documento histórico foi adotado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificado pelo Brasil em 27 de novembro de 1995⁸⁷. O tratado é um marco fundamental no reconhecimento da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos e como uma forma de discriminação que impede as mulheres de exercerem plenamente seus direitos e liberdades.

Segundo a Convenção, “a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens”. A Convenção define a violência contra a mulher de maneira abrangente, incluindo a violência física, sexual e psicológica, e abarca o espaço doméstico e o público. Além disso, estabelece que todos os Estados signatários devem adotar políticas públicas para promover e proteger o direito das mulheres a viverem livres de violência.

Os dados estatísticos desempenham um papel crucial na compreensão dos diversos aspectos da violência contra as mulheres. Portanto, nessa seção, apresentaremos os números advindos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/Ministério da Saúde), do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/Ministério da Saúde), do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP/Ministério da Justiça e Segurança Pública), do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN/Ministério da Justiça e Segurança Pública) e da Central de Atendimento à mulher (Ligue 180) do Ministério das Mulheres.

⁸⁶ <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencaobelem1994.pdf>

⁸⁷ A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher foi promulgada no Brasil em 1º de agosto de 1996, através do Decreto Nº 1.973/1996.

Violência doméstica, sexual e/ou outras violências

Os registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) desempenham um papel fundamental na compreensão da violência contra as mulheres no Brasil.

O SINAN é responsável por coletar dados sobre as diversas formas de violência, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais, negligência e outros atos que configuram violência doméstica e contra as mulheres. Esse sistema funciona a partir de regulamentações estabelecidas por decretos e portarias⁸⁸ que obrigam a notificação de tais casos por profissionais de saúde, com o objetivo de fornecer informações fundamentais para a criação de políticas públicas e intervenções de proteção e assistência⁸⁹.

É importante destacar que existem desafios quanto à subnotificação, pois nem todos os casos são registrados, isso pode acontecer por conta de infraestrutura de saúde precária local ou por muitas mulheres deixarem de relatar sua situação a profissionais de saúde devido ao estigma associado à violência ou, até mesmo, devido à falta de sensibilização dos profissionais à questão.

Por isso são importantes ações da atuação do poder público em prol do devido preenchimento das notificações.

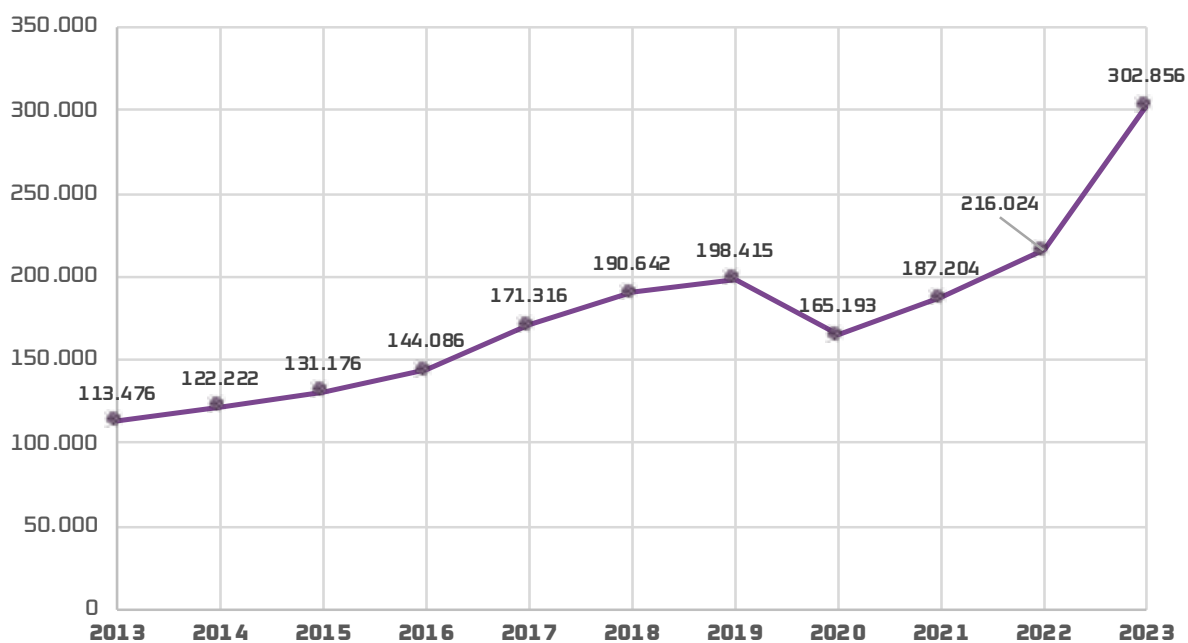
Em 2023, foram registradas 302.856 notificações de violência doméstica, sexual e outras formas de violência contra mulheres, um aumento significativo em relação aos 216.024 casos de 2022. Esse aumento pode refletir tanto o crescimento real dos casos quanto uma maior conscientização, além de melhorias na coleta de dados.

⁸⁸ A Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011, foi a primeira a incluir a violência interpessoal e autoprovocada na lista de agravos de notificação compulsória no SINAN, considerando a violência como um problema de saúde pública que exige vigilância contínua. Esta portaria representa um avanço significativo, pois inclui a notificação obrigatória de casos de violência contra a mulher, independentemente de o atendimento ser em serviços públicos ou privados.

⁸⁹ A notificação compulsória de violência contra a mulher também está alinhada com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que estabelece medidas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei define formas de violência e medidas protetivas e incentiva a cooperação entre os setores de saúde, justiça e segurança para proteger as mulheres e responsabilizar os agressores.

GRÁFICO 48

Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, por ano - Brasil - 2013-2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

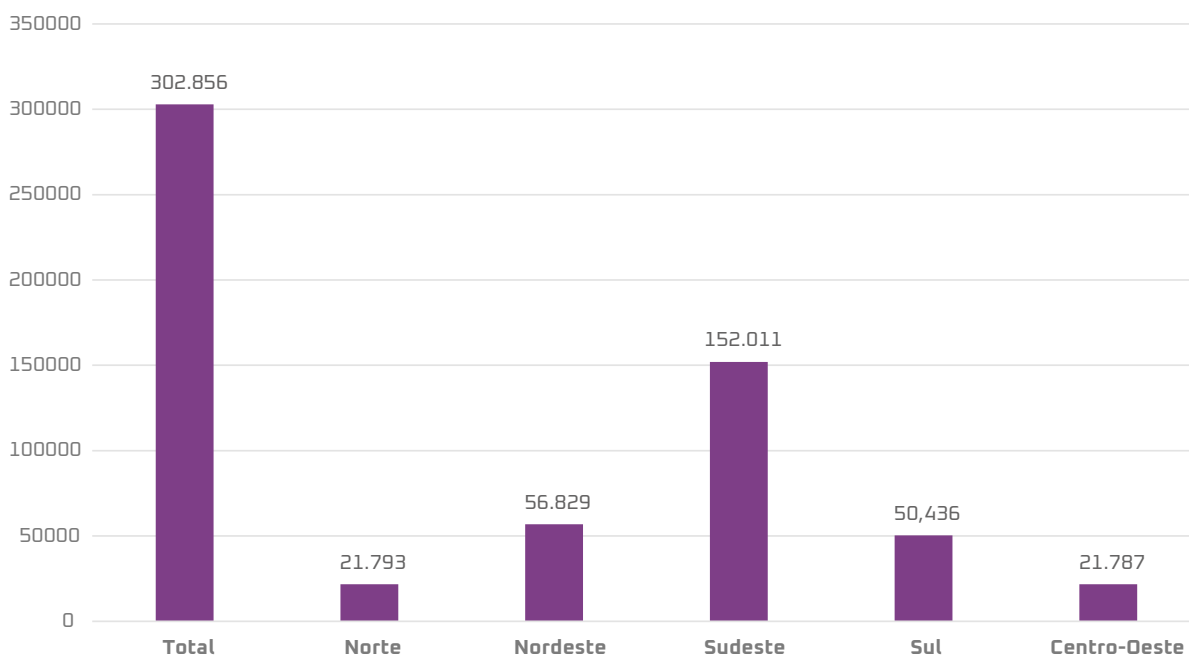
2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

Ver tabela 5.3.

A Região Sudeste, a mais populosa do Brasil, liderou em número de notificações, com 152.011 registros, seguida pelo Nordeste, com 56.829.

GRÁFICO 49

Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

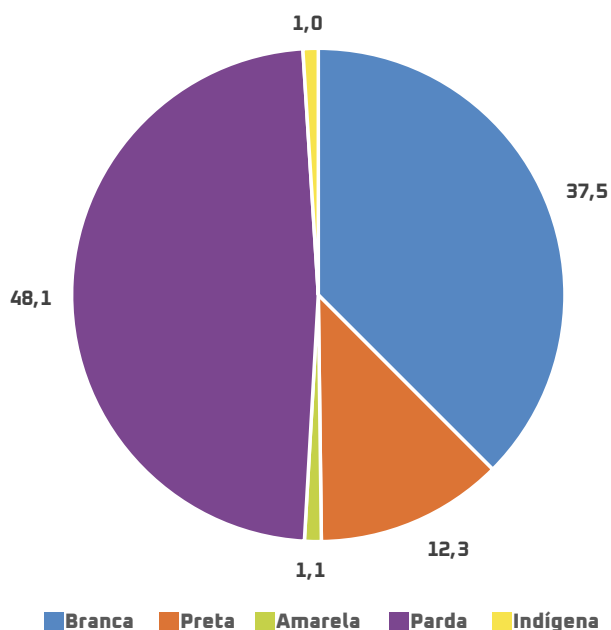
Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim". - Ver tabela 5.4.

Dos registros de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), 60,4% foram contra mulheres pretas e pardas, enquanto 37,5% contra mulheres brancas. Esses dados evidenciam a sobreposição de vulnerabilidades para mulheres negras, resultado de desigualdades raciais e socioeconômicas.

GRÁFICO 50

Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por cor ou raça da vítima - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. Excluímos os registros sem informação. – Ver tabela 5.7.

Nos registros de violência em que as vítimas possuem algum tipo de deficiência, as mulheres com transtorno mental são as que têm maior percentual, são 50,3%. Em seguida, as que possuem transtorno de comportamento (21,4%).⁹⁰ Em relação à situação conjugal das vítimas, as mulheres adultas solteiras são as que têm o maior percentual nas notificações⁹¹: 46,1%. As mulheres casadas ou com união consensual correspondem a 41,2%⁹².

⁹⁰ Ver tabela 5.9.

⁹¹ Entre os anos de 2019 e 2022, a predominância era de mulheres casadas ou com união consensual, esse cenário foi alterado em 2022, quando os registros de mulheres solteiras tiveram maior percentual (BRASIL, 2024).

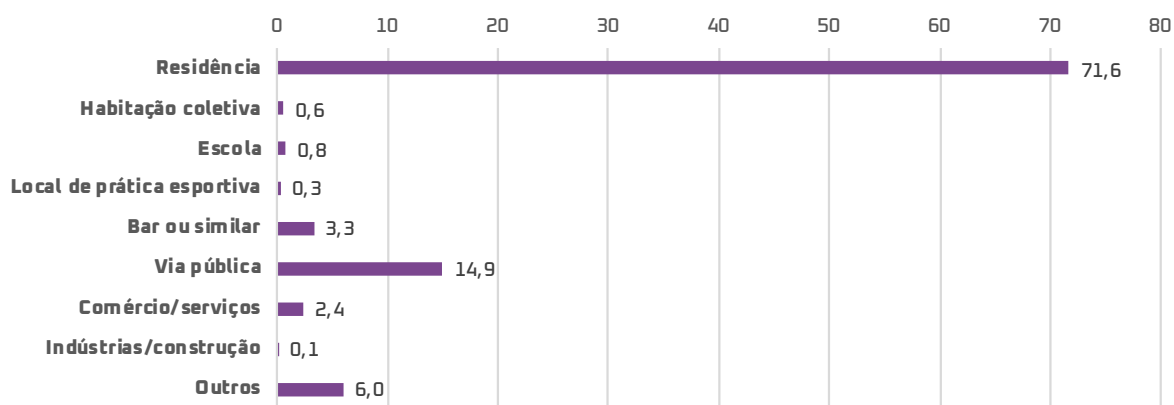
⁹² Ver tabela 5.8.

Os principais agressores das mulheres são os homens. Em 76,6% dos registros de violências domésticas, sexual e/ou outras violências contra mulheres, o agressor é do sexo masculino.

Em 2023, cerca de 71,6% das notificações de violência contra mulheres ocorreram dentro de casa, reforçando a noção de que o ambiente doméstico, que deveria ser um espaço seguro, é, na realidade, um local de alto risco para muitas mulheres.

GRÁFICO 51

Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, segundo o local de ocorrência - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim". 3. Excluídos os registros sem informação. – Ver tabela 5.12.

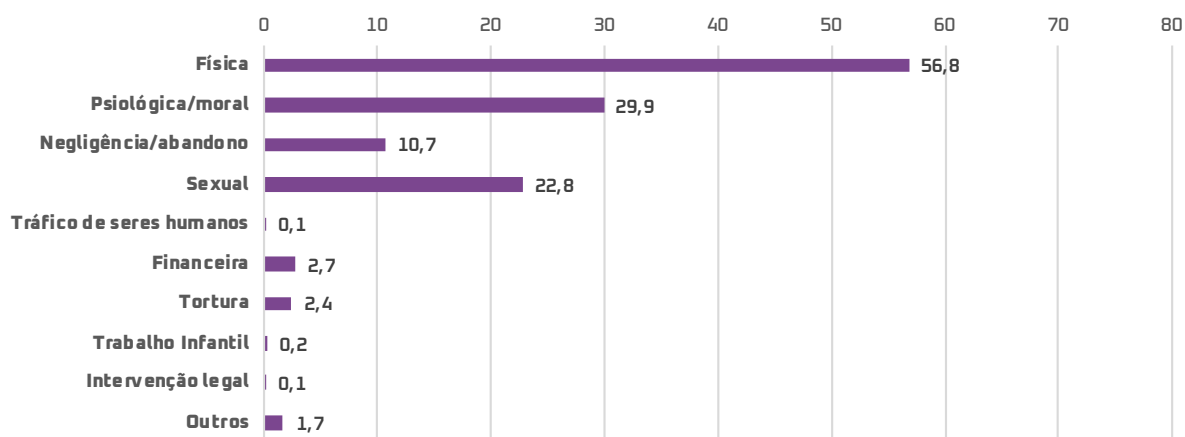
Em relação à reincidência da violência, a proporção de violência de repetição atingiu 44,7% dos registros contra mulheres adultas⁹³.

A violência física é o tipo de violência mais frequente registrado contra mulheres, somando 56,8% das notificações do Sinan. Essa violência ocorre tanto em ambientes domésticos quanto públicos, embora a maior parte dos casos de violência seja registrada no contexto doméstico.

⁹³ Ver tabela 5.11.

GRÁFICO 52

Distribuição percentual dos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, segundo o tipo de violência - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim".

3. As categorias desta variável são de preenchimento múltiplo (um mesmo registro pode apresentar mais de um meio de agressão). - Ver tabela 5.13.

Em 2023, a violência psicológica/moral correspondeu a 29,9%, foi o segundo tipo de violência mais notificado. No Sinan, a violência psicológica ou moral contra mulheres abrange ações e omissões que buscam causar dano emocional, redução da autoestima e comprometimento da saúde mental e comportamental da mulher.

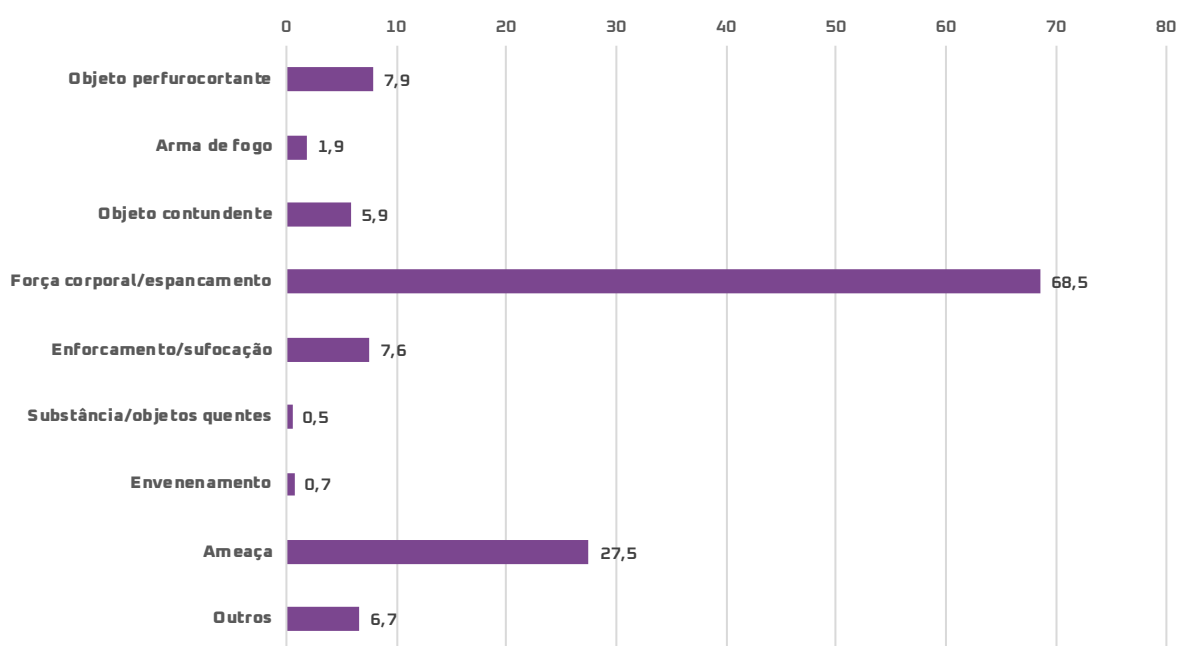
Esse tipo de violência é caracterizado por práticas como ameaças, humilhações, insultos, controle e manipulação, cuja finalidade é criar sofrimento psicológico, minar a autoconfiança da vítima e mantê-la em um estado de submissão e vulnerabilidade.

No Sinan, a violência sexual contra mulheres, que engloba estupro, tentativa de estupro, assédio sexual e exploração sexual, representou 22,8%. Esse tipo de violência pode ter um alto número de subnotificações devido ao estigma, ao medo de retaliação e à vergonha que muitas vítimas sentem.

O meio de agressão mais registrado no ano de 2023 foi força corporal/espancamento, com 68,5% dos registros. Com 27,5% a ameaça está em segundo.

GRÁFICO 53

Distribuição percentual dos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por meio de agressão - Brasil - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados de 2023 são preliminares e estão sujeitos a revisões e alterações.

2. Para a captação da informação sobre violência doméstica, sexual e outras violências utilizou-se o registro de notificações de violência interpessoal do módulo de doenças e agravos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram considerados casos de violência interpessoal registros em que os campos 53 ("A lesão foi autoprovocada?") e 61 ("vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida - própria pessoa") foram identificados como diferentes de "Sim". – Ver tabela 5.14.

O estupro, além de ser um ato de violência extrema, é uma expressão explícita do sistema que coloca as mulheres em posição de subordinação, uma afirmação das normas de dominação sexual masculina e uma forma de terrorismo, cumpre a função essencial de intimidação, onde todas as mulheres são postas em condição de medo constante.

Segundo os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mais de meio milhão de ocorrências de estupro de mulheres foram registradas entre 2015 e 2024

no Brasil⁹⁴. Esse dado é preocupante e expõe a gravidade e prevalência da violência sexual no país.

Em 2024, foram contabilizados 71.892 casos de estupro, equivalente a 196 vítimas por dia. Apesar do alto número de registros, houve uma queda de 1,4% em relação ao ano de 2023. Observa-se uma tendência de aumento nos registros de ocorrências de estupro de mulheres ao longo dos anos citados (2015-2024), interrompida durante os anos de 2020 e 2021, período da pandemia de COVID 19, onde é possível visualizar uma queda nos registros, provavelmente por conta das restrições de deslocamentos e serviços. Essa queda não significa que houve uma redução no número de mulheres que sofreram estupros no país, mas que menos mulheres fizeram registros.

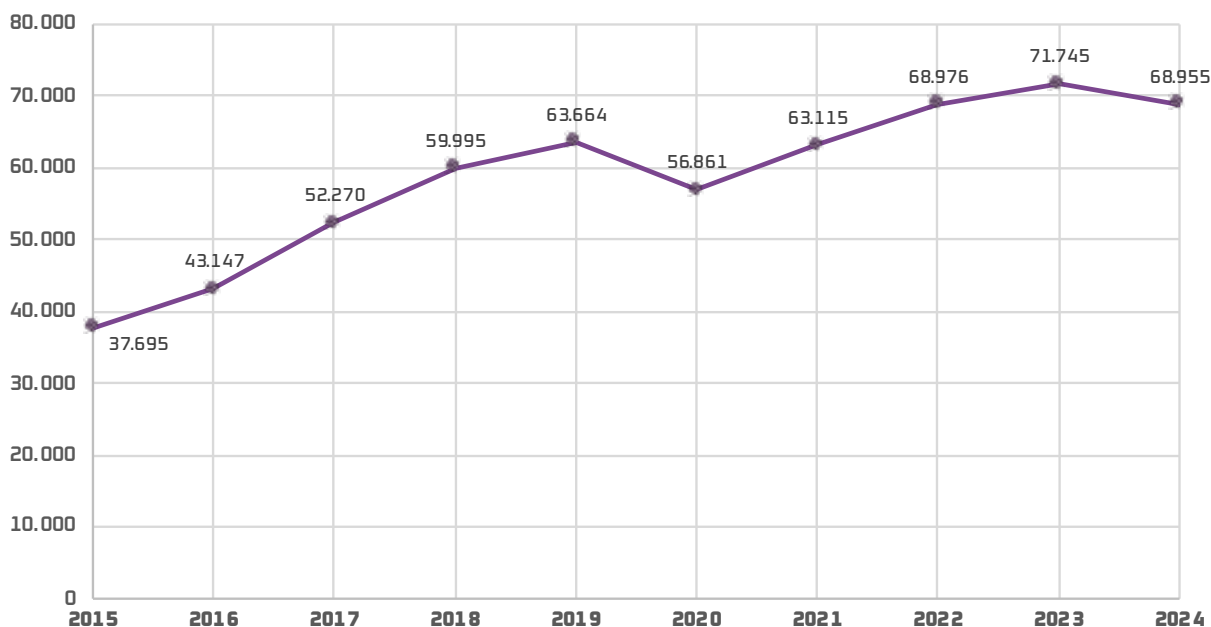
O ano de 2023 apresentou o maior número de registros da série histórica (2015-2024). Um maior número de registros, pode tanto significar o aumento da violência sexual, quanto o maior número de denúncias em razão da ampliação do debate social sobre a questão, incluindo campanhas midiáticas realizadas pelo Ministério das Mulheres.

Ainda que represente o aumento das denúncias é um fato alarmante e que requer ação governamental juntamente à mudança de valores por parte da população.

⁹⁴ O total de ocorrências policiais de estupro no Brasil, entre 2015 e 2024, é de 591.495.

GRÁFICO 54

Ocorrências policiais de estupro de mulheres, por ano - Brasil - 2015 -2024



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

2. Dados sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 5.25.

Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher, conhecida como “Ligue 180”, é um serviço de utilidade pública criado para dar suporte, orientação e proteção a mulheres em situação de violência no Brasil. Criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em 2005, o Ligue 180 é um importante canal de denúncia e acompanhamento de casos de violência contra as mulheres, em conformidade com marcos legais como a Lei Maria da Penha e diretrizes de organismos internacionais de direitos humanos.

O Ligue 180 desempenha várias funções que vão desde o acolhimento e orientação até a denúncia de atos de violência contra mulheres, conforme previsto no Decreto nº 7.393/2010⁹⁵, que regulamenta o atendimento da Central.

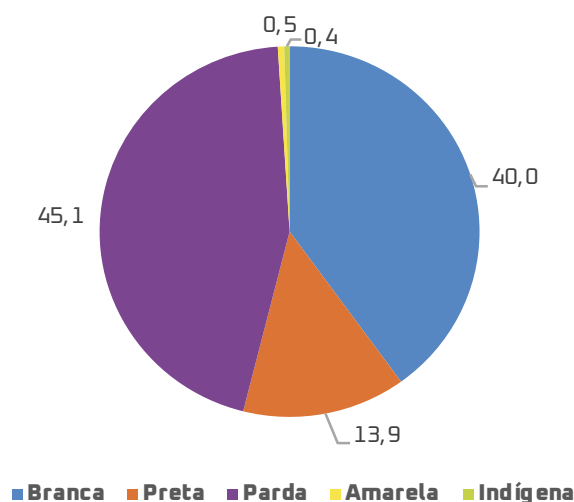
⁹⁵ BRASIL. Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o atendimento do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 2010.

Essa norma estabelece diretrizes de atendimento e determina que o Ligue 180 funcione como um canal nacional, gratuito e anônimo, disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, assegurando o amplo acesso das mulheres a esse serviço essencial. É possível fazer a ligação de qualquer lugar do Brasil ou acionar o canal via chat no Whatsapp (61) 9610-0180. Em casos de emergência, deve ser acionada a Polícia Militar, por meio do 190.

O Decreto nº 7.393/2010⁹⁶ também orienta que o Ligue 180 seja um ponto de coleta de dados sobre as violências contra as mulheres no Brasil. Esses dados, compilados e analisados periodicamente, constituem uma base importante para o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento a essas violências. Foram registrados, pela central do ligue 180, 322.207 relatos de violência⁹⁷ no Brasil no primeiro semestre de 2024. Os números mostram que 50% dos relatos ocorreram na Região Sudeste, 25% no Nordeste, 9,5% no Sul, 8,7% no Centro-Oeste e 6,7% no Norte⁹⁸. As mulheres pretas e pardas foram a maioria entre as que estavam em situação de violência, correspondendo a 59% do total, enquanto as brancas foram 40%.

GRÁFICO 55

Distribuição das mulheres em situação de violência, por cor ou raça - Brasil - 1º semestre de 2024 (%)



Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Excluído registros sem informação por cor ou raça. – Ver tabela 5.48.

⁹⁶ Diz o decreto: "IX - produzir base de informações estatísticas sobre a violência contra as mulheres, com a finalidade de subsidiar o sistema nacional de dados e de informações relativas às mulheres" (BRASIL, 2010).

⁹⁷ Se refere aos relatos de violência que constam nos protocolos de denúncia.

⁹⁸ Ver tabela 5.52.

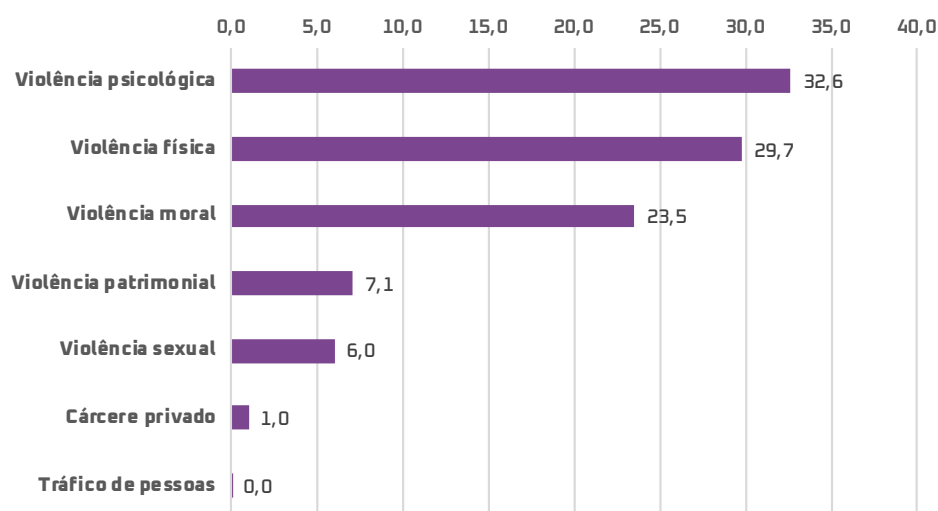
Em 32,6% dos registros, o tipo de violação⁹⁹ foi a psicológica. Com 29,7%, a violência física foi a segunda mais registrada.

Enraizada na lógica de dominação dos homens sobre as mulheres, a violência psicológica contra as mulheres não se constitui apenas em um conjunto de agressões verbais ou emocionais isoladas, mas em fenômeno sistemático.

Para entender a violência psicológica é fundamental observar o contexto de opressão estrutural, onde as mulheres são frequentemente colocadas em posições de subordinação, seja em relacionamentos íntimos, seja em âmbitos sociais mais amplos (SEGATO, 2003).

GRÁFICO 56

Distribuição dos registros de violações contra as mulheres, segundo o tipo de violação de direitos - Brasil - 1º semestre de 2024 (%)



Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Uma mesma pessoa pode relatar mais de um tipo de violação.

Ver tabela 5.46.

Segundo os dados da Central de Atendimento do Ligue 180 relativos às mulheres em situação de violência, os agressores eram companheiros ou ex-companheiros em 67% dos registros.

⁹⁹ "Violação é qualquer fato que atende ou viole os direitos humanos de uma vítima".

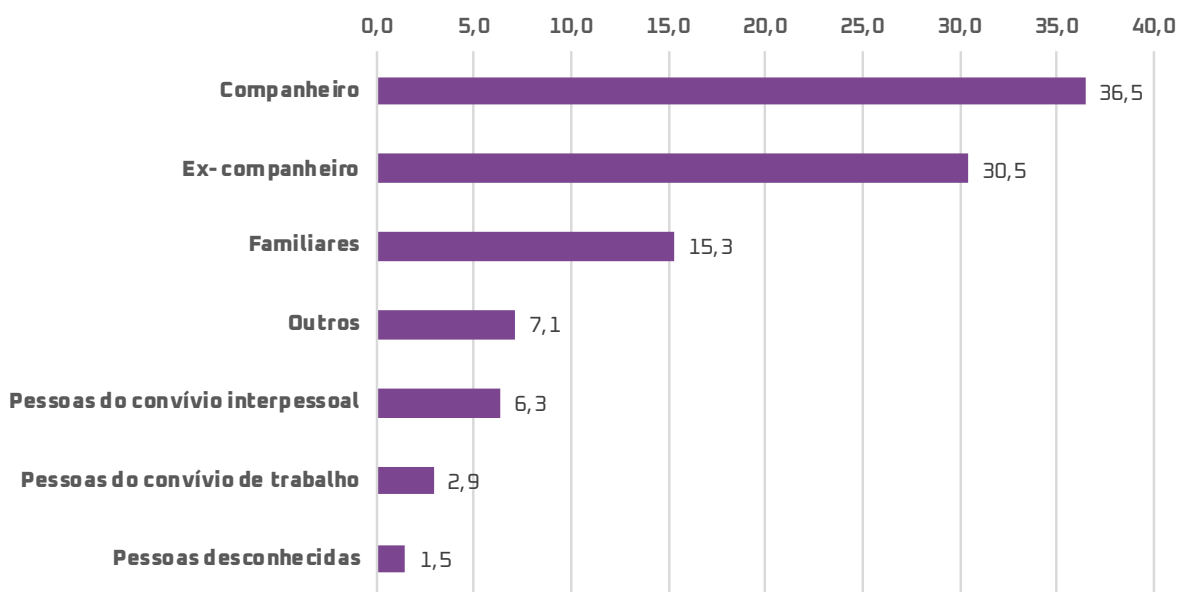
Esses números destacam que a violência doméstica está profundamente ligada às dinâmicas de poder entre parceiros íntimos. Indicam uma prevalência de violência perpetrada por pessoas com laços afetivos ou familiares próximos às vítimas.

Esse controle reflete a manutenção de relações patriarcais, nas quais a mulher é vista como subordinada ou como alguém que deve obediência.

O lar torna-se, então, um espaço de dominação e imposição de poder, onde a violência é utilizada como forma de controle sobre as mulheres¹⁰⁰.

GRÁFICO 57

Distribuição das mulheres em situação de violência, segundo a relação do agressor com a vítima - Brasil - 1º semestre de 2024 (%)



Fonte: Ministério das Mulheres, Ligue 180.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 5.47.

¹⁰⁰ "Embora na socialização feminina estejam presentes a suspeita contra desconhecidos e a prevenção de uma eventual aproximação com estes elementos, os agressores de mulheres são, geralmente, parentes ou pessoas conhecidas, que se aproveitam da confiança desfrutada junto às vítimas". (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995, p.4).

A violência doméstica contra a mulher pode ser analisada como uma forma de tortura, quando se considera sua sistematicidade e as condições em que se realiza. A violência doméstica vai além da agressão física; ela inclui violência psicológica, sexual, patrimonial e moral, que causam danos profundos e duradouros. Além disso, a dinâmica de poder no ambiente doméstico muitas vezes perpetua uma relação de controle e submissão, na qual a mulher é mantida em um estado constante de medo e desumanização.

Assim, a violência doméstica, mesmo que não seja cometida por agentes do Estado, frequentemente atende aos critérios de tortura em termos de impacto e propósito.

O sofrimento infligido às mulheres em contextos domésticos reflete desigualdades sistêmicas e a normalização de práticas opressivas que perpetuam o poder patriarcal. Assim como a tortura é usada para suprimir dissidências políticas ou intimidar coletividades, a violência doméstica atua como um mecanismo para reforçar a submissão das mulheres (FALQUET, 2017).

Rede de atendimento à mulher

A rede de atendimento à mulher em situação de violência é um conjunto articulado de serviços, ações e políticas públicas intersetoriais envolvendo assistência social, justiça, segurança pública e saúde. Seu objetivo é identificar e oferecer acolhimento e encaminhamento adequado para as mulheres em situação de violência.

O Ministério das Mulheres disponibiliza em seu site, por meio do Painel Ligue 180¹⁰¹, os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, por estado, município e tipo de serviço cadastrados na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, com endereços e contatos. A tabela 13 lista os serviços disponíveis por Grandes Regiões.

¹⁰¹ Para informações sobre o Painel do Ligue 180, ver: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/ligue180>>. Acesso em: janeiro de 2025.

TABELA 13**Serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, por Grandes Regiões, segundo os tipos de serviço - 2024**

Tipo de serviço	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	2.609	303	754	786	351	415
Casas Abrigo e Casa de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem)	122	17	24	44	29	8
Casas da Mulher Brasileira	15	2	8	2	1	2
Centros de Referência (ou de Atendimento) à Mulher em situação de violência / Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros Integrados da Mulher)	321	29	102	101	53	36
Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher	712	58	210	253	116	75
Juizados e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	170	19	40	57	22	32
Núcleos de Defesa da Mulher nas Defensorias Públicas	56	9	16	12	3	16
Patrulha Maria da Penha	55	12	27	5	3	8
Promotorias Especializadas e Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos	107	21	16	34	5	31
Serviços de Saúde a Pessoas em situação de violência sexual	1.051	136	311	278	119	207

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (SENEV).

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Violência letal contra mulheres

Em 2015, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como uma circunstância qualificadora do homicídio, tornando-o um crime hediondo, com penas mais severas. De acordo com a lei, o feminicídio ocorre quando o assassinato é praticado "contra a mulher por razões da condição de sexo feminino"¹⁰². A legislação especifica duas situações principais que caracterizam essas razões: violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher.

¹⁰² BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 mar. 2015.

Além da Lei do Feminicídio, o Brasil conta com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)¹⁰³, um símbolo no enfrentamento à violência doméstica e familiar. Esta lei prevê mecanismos de proteção para mulheres vítimas de violência, incluindo medidas protetivas de urgência, como o afastamento do agressor e a proteção do local de trabalho da vítima. A Lei Maria da Penha tem um papel complementar necessário na prevenção do feminicídio, pois busca interromper o ciclo de violência antes que ele culmine em assassinato.

O feminicídio, era uma qualificadora do homicídio¹⁰⁴, uma classificação atribuída pela autoridade policial. Um caso inicialmente registrado como homicídio pode, após investigação no âmbito do inquérito policial, ser reclassificado como feminicídio.

A categorização de feminicídio depende do entendimento aplicado no momento do registro do crime. Assim, feminicídios podem ser tratados como homicídios simples ou lesões corporais seguidas de morte, o que invisibiliza a real dimensão da violência letal contra mulheres.

Por essa razão, a análise da violência letal contra as mulheres exige que os dados de feminicídios sejam interpretados em conjunto com os números de homicídios e lesões corporais seguidas de morte de mulheres, para uma compreensão mais completa e precisa dessa problemática.

Entre os anos de 2015 e 2024, foram registradas 11.650 ocorrências de feminicídios e 29.659 ocorrências de homicídio doloso e lesão corporal seguidas de morte de mulheres no Brasil. Esses números somam 41.309 casos de mortes violentas de mulheres no período.

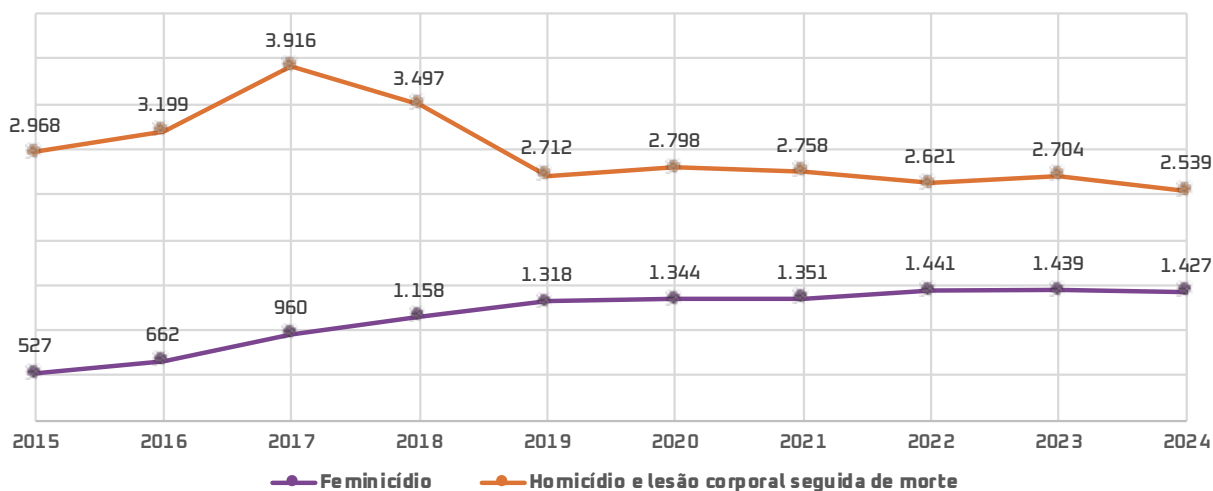
Em 2023, foram 1.438 casos de feminicídio e 2.707 casos de homicídio doloso e lesão corporal seguidas de morte de mulheres. Em 2024, foram 1.450 feminicídios e 2.485 homicídios dolosos e lesões corporais seguidas de morte. Uma diminuição de 5,1% nos casos de violência letal contra as mulheres.

¹⁰³ BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 ago. 2006.

¹⁰⁴ Em outubro de 2024, ocorreu uma alteração legislativa (LEI Nº 14.994, DE 9 DE OUTUBRO DE 2024) que transforma o feminicídio de uma qualificadora do crime de homicídio (artigo 121, §2º, inciso VI, do Código Penal) para um tipo penal autônomo previsto no artigo 121-A, com pena de reclusão de 20 a 40 anos.

GRÁFICO 58

Ocorrências policiais de feminicídio e homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte de mulheres, por ano - Brasil - 2015-2024



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Dados atualizados em fevereiro de 2025.

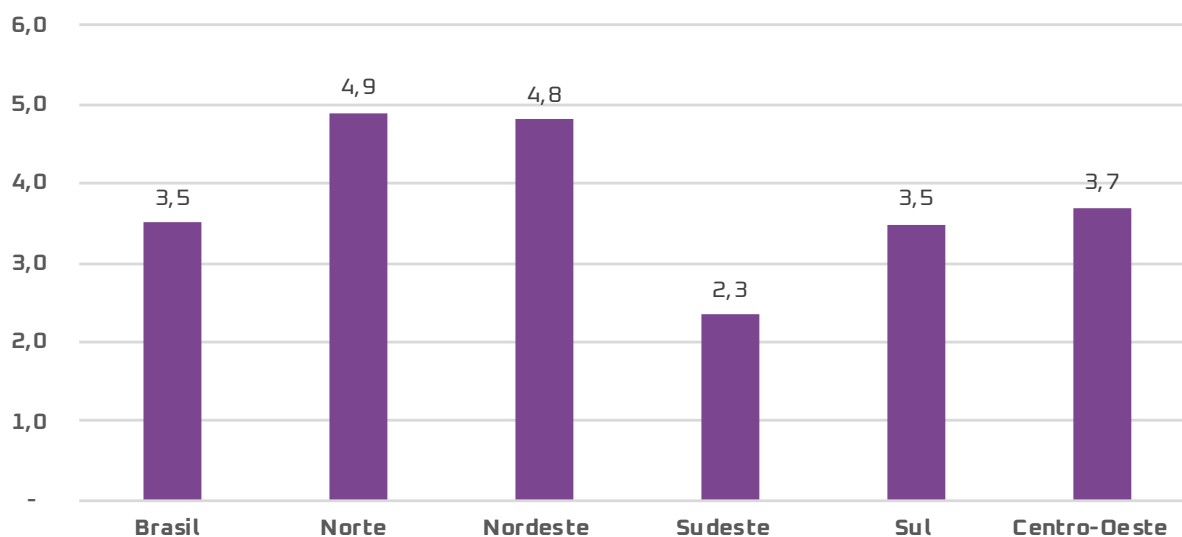
2. Dados sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabelas 5.21 e 5.23.

Segundo os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), a taxa de homicídio de mulheres no Brasil em 2023 foi de 3,5.

As Regiões Norte e Nordeste apresentam taxas mais elevadas de homicídios femininos em comparação às regiões Sul e Sudeste.

GRÁFICO 59

Taxa padronizada de mortalidade por homicídio de mulheres, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 mulheres) - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e IBGE, Projeção da População.

Notas: 1. Para o levantamento de informações sobre homicídio são utilizadas as categorias CID-10: X85 a Y09; Y35; Y22-Y24; Y87.1; Y89.0 registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

2. Dados de 2023 do SIM são preliminares, conforme Portaria SVS/MS nº 116/2009, e estão sujeitos a revisões e alterações. – Ver tabela 5.17.

As maiores taxas de homicídio de mulheres são observadas nas faixas etárias de 25 a 29 anos, com uma taxa de 6,4, e de 20 a 24 anos, com uma taxa de 6,0 (ver tabela 5.18).

No Brasil, segundo dados do SIM, a mortalidade por homicídio de mulheres apresentou uma redução relativa de 26,2% entre 2012 e 2023. Em 2012, foram registrados 4.719 homicídios de mulheres, correspondendo a uma taxa padronizada de 4,7 por 100 mil. Já em 2023, esse número caiu para 3.816, com a taxa reduzida para 3,5 por 100 mil mulheres (ver tabela 5.20).

Essa queda segue a tendência geral de redução das taxas de homicídio feminina e masculina no país. Entre os possíveis fatores que contribuíram para essa diminuição está a implementação do Estatuto do Desarmamento (CERQUEIRA et al., 2021)

Assim, para que essa taxa mantenha-se em queda, é imprescindível a continuidade de investimentos em políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, que vão desde ações preventivas educacionais e de conscientização contra o proble-

ma, passando pela formação continuada de profissionais da segurança pública e do sistema judiciário, até a ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência (Casas da Mulher Brasileira, Centros de Referências de Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas, Patrulha Maria da Penha, entre outros).

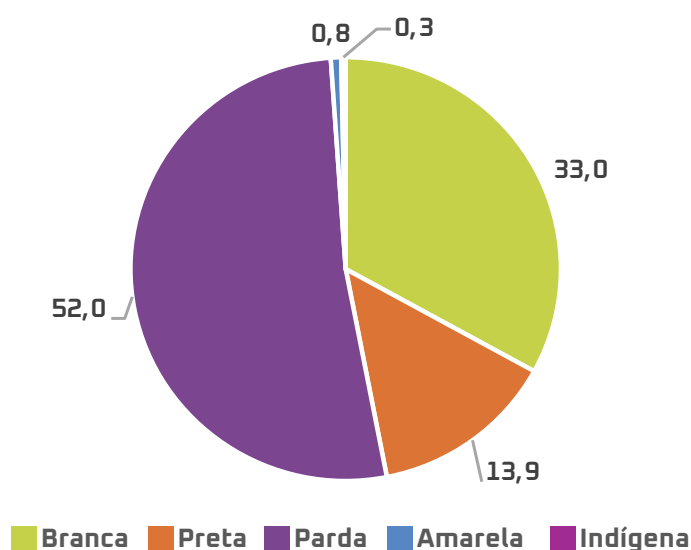
Mulheres no sistema penitenciário brasileiro

Em 2024¹⁰⁵, o Brasil contava com 50.646 mulheres em cumprimento de algum tipo de pena, das quais, 28.770 estavam em celas físicas.

As mulheres negras (pretas e pardas) são maioria na população carcerária feminina, em 2024 representaram 65,9%, enquanto as mulheres brancas corresponderam a 33%.

GRÁFICO 60

Distribuição percentual da população carcerária feminina, por cor ou raça - Brasil - junho de 2024 (%)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

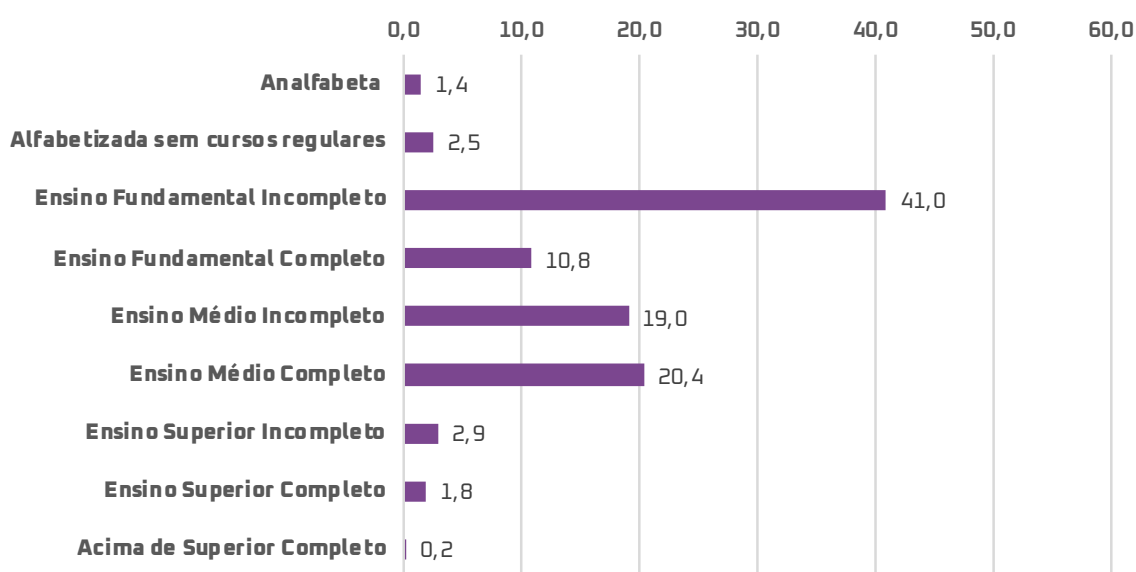
Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. – Ver tabela 5.29.a.

¹⁰⁵ Dados referentes a junho de 2024.

A faixa etária predominante das mulheres encarceradas no Brasil foi de 35 a 45 anos idade, com 30%. Em seguida, foi a faixa de 25 a 29 anos, com 20,7%. Grande parte dessas mulheres possuíam o ensino fundamental incompleto (41%).

GRÁFICO 61

Distribuição percentual da população carcerária feminina, segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024 (%)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

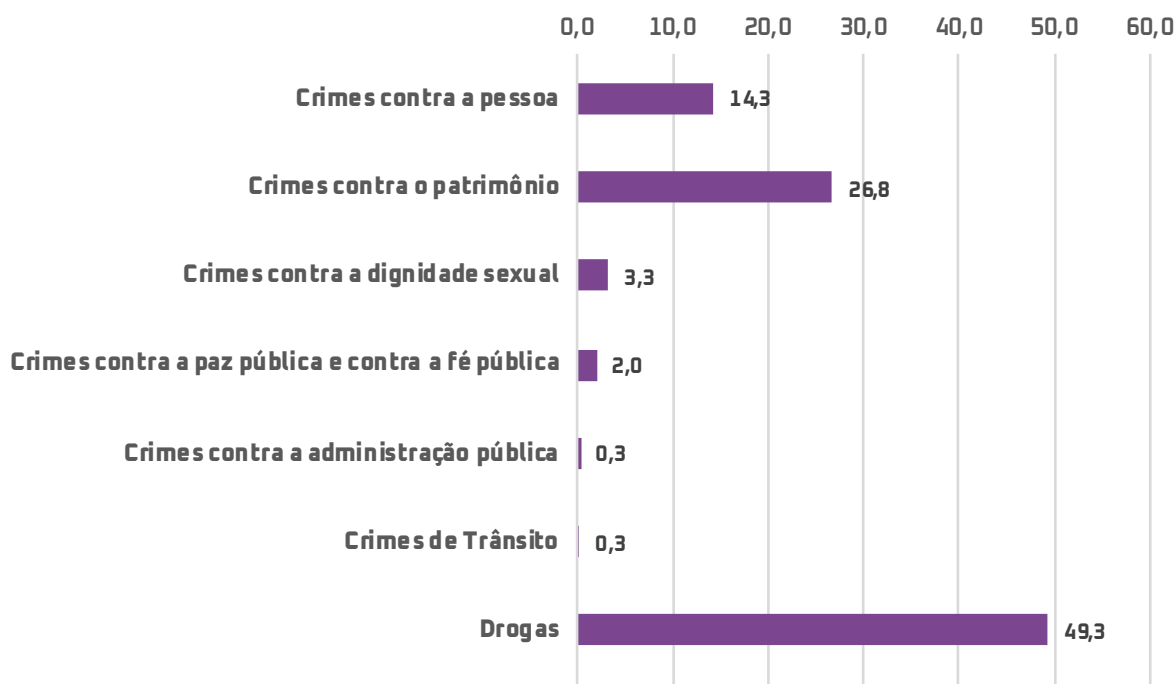
Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas.

Ver tabela 5.34.a.

Em 2024, cerca de 49% das mulheres encarceradas estavam cumprindo pena por crimes associados a drogas, seguidos por crimes contra o patrimônio (26,8%) e crimes contra a pessoa (14,3%).

GRÁFICO 62

Distribuição percentual da população carcerária feminina, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - junho de 2024 (%)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: População carcerária feminina inclui somente quem é presa em cela física, ou seja, presas que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ocupando vagas. – Ver tabela 5.32.a.

Mulheres gestantes e filhas(os) no cárcere

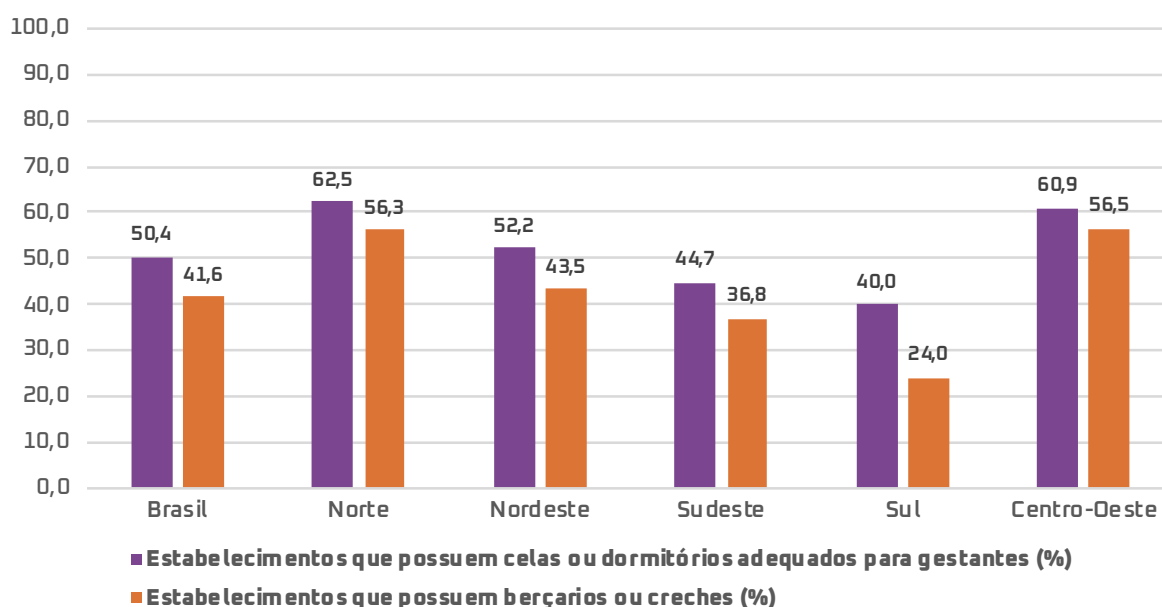
Em 2024, 329 mulheres gestantes ou lactantes estavam em estabelecimentos prisionais, sendo a maior parte na Região Sudeste (163 casos).

Apenas 50,4% dos estabelecimentos prisionais femininos possuíam celas ou dormitórios adequados para gestantes, e 41,6% oferecem infraestrutura como berçários ou creches.

Além disso, 119 crianças viviam com suas mães nas prisões em 2024.

GRÁFICO 63

Proporção de estabelecimentos prisionais que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes e que possuem berçários ou creches, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 5.40.a.

A Lei nº 7.210/1984 estabeleceu que os presídios femininos deveriam disponibilizar creches para atender os filhos(as) das detentas até os seis meses de idade. Posteriormente, a Lei nº 11.942/2009 ampliou esse direito, permitindo que crianças de até sete anos pudessem ser acompanhadas por suas mães durante as visitas.

Com a aprovação da Lei nº 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, foi introduzida a possibilidade de substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar para mulheres grávidas ou mães de crianças com até 12 anos, conforme previsto no artigo 318 do Código de Processo Penal.

A legislação avançou ainda mais em 2018, com a Lei nº 13.769, que trouxe modificações ao Código de Processo Penal para garantir maior equilíbrio entre os direitos das mulheres privadas de liberdade e os direitos fundamentais de seus filhos(as). Essa lei prioriza a prisão domiciliar para gestantes, mães de crianças ou responsáveis por pessoas com deficiência, desde que não tenham cometido crimes violentos ou com grave ameaça, nem representem risco à sociedade.

Essas mudanças reforçam o compromisso com a proteção dos direitos das crianças à convivência familiar e ao desenvolvimento saudável, em alinhamento com os princípios constitucionais e os tratados internacionais de direitos humanos.

O enfrentamento de todas as violências contra as mulheres é um dos desafios mais urgentes e complexos da sociedade brasileira.

As múltiplas formas de violência – sejam físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais – estão profundamente enraizadas em desigualdades de sexo, raça e classe.

Os dados apresentados não apenas revelam a dimensão da problemática, mas também expõem a necessidade de ações efetivas e coordenadas.

Apesar dos avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, e do fortalecimento de instrumentos como o Ligue 180, a violência contra as mulheres persiste em índices preocupantes.

A prevalência de agressões no ambiente doméstico, a reincidência dos casos e os números de estupro e de feminicídio, ao longo dos últimos anos, destacam a urgência de investir em serviços de acolhimento e proteção, e aprimorar os mecanismos de denúncia e responsabilização dos agressores.

Outrossim, é crucial considerar as especificidades que tornam alguns grupos de mulheres ainda mais vulneráveis.

Mulheres negras, indígenas, com deficiência e em situações de pobreza enfrentam violências que refletem a sobreposição de discriminações.

Essas imbricações demandam políticas públicas integradas que tratem a violência de forma ampla, combatendo suas causas estruturais e suas manifestações imediatas.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 12.009, de 1º de maio de 2024. Promulga os textos da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 201), da Organização Internacional do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º maio 2024, seção 1.

BRASIL. Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. Altera o Código Penal para tornar o feminicídio crime autônomo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Socioeconômico da Mulher 2024**. Brasília, Ministério das Mulheres, 2024.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, e a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Define as doenças de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece o fluxo de notificações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jan. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para tratar da implementação de políticas públicas relacionadas ao sistema penitenciário. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 29 maio 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12009.htm>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o artigo 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.803.htm>. Acesso em: novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 ago. 1996.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

FALQUET, Jules. **Pax neoliberalia**: perspectivas feministas sobre (la reorganización de) la violencia contra las mujeres. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Madreselva, 2017.

OIT – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** (Convenção de Belém do Pará). Belém: OEA, 1994. Disponível em: < <https://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm> >. Acesso em: novembro de 2024.

SAFFIOTI, Heleith e ALMEIDA, Suely. **Violência de gênero**. Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

6. Mulheres em espaço de poder e decisão

A ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão é ação estratégica inadiável na agenda da política brasileira. As mulheres são mais da metade da população (51,1%) e do eleitorado (52,5%) brasileiro, mas, ainda assim, amargam a sub-representação em todos os espaços de poder e decisão do país.

Não podemos falar em fortalecimento da democracia, se não falarmos sobre a necessidade de ampliação da presença de mulheres nas principais arenas de poder e de tomadas de decisão. Portanto, é preciso que mais mulheres, com suas dimensões diversas e plurais, ocupem mais espaços para decisões para poderem formular, implementar e executar políticas públicas para a população feminina.

A importância é também simbólica porque o corpo de pessoas que representam o eleitorado brasileiro deve espelhar a composição popular¹⁰⁶.

Quando se fala em ampliar espaços de poder e decisão para as mulheres, estamos falando de ampliação de conquistas e de direitos, pois mulheres em cargos de poder e liderança atuam mais fortemente na promoção de políticas que resultam em efetiva transformação social. Desta forma, as mulheres se perceberão representadas nos espaços onde decisão sobre suas vidas são tomadas, por outras mulheres.

Eleições de 2024

Começando com o acontecimento mais significativo em termos políticos num ano eleitoral (2024), temos os resultados das eleições para prefeito(a), vereador(a) e vice-prefeito(a). Analisando a participação de mulheres neste quadro eleitoral, vemos que ainda há um hiato grande a ser superado, tanto em relação a candidaturas quanto a resultados eleitorais, nos Poderes Executivo e Legislativo.

Em 2024, as mulheres representavam 15,3% do total de candidatos a prefeito, o que consiste apenas num discreto avanço em relação a 2020, quando elas eram 13,7%

¹⁰⁶ Fazemos referência à combinação de formas de representação substantiva e descritiva, isto é, tanto a uma política de ideias (que as(os) representantes defendam os interesses e crenças/opiniões de seus representados), quanto a uma política de presença (que suas características corporais – sexo, cor ou raça, por exemplo – também estejam representados), como argumenta Phillips (2001).

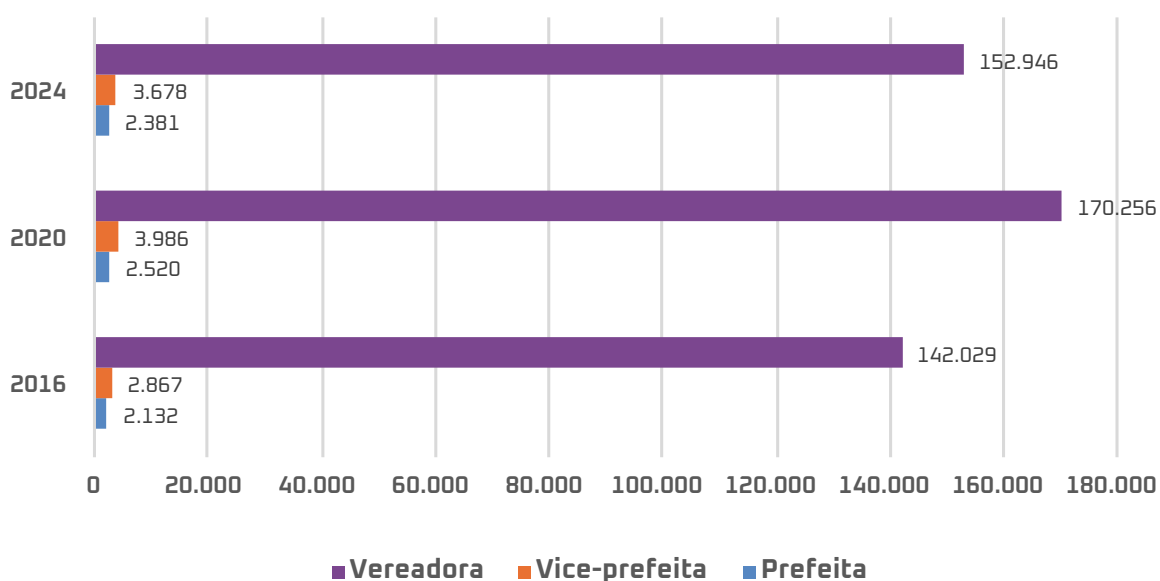
do total. Apesar disso, o número total de candidatas a prefeita teve uma queda de 5,5% em relação a 2020¹⁰⁷.

Embora se candidatem menos, elas tiveram um sucesso maior em se elegerem do que em 2020. Do total de candidatas a prefeita, 30,6% se elegeram.

Também em relação a vice-prefeitas e vereadoras, o número de candidatas diminuiu de 2020 para 2024. O número de candidatas a vice-prefeita (3.678) foi maior do que o de candidatas a prefeita (2.381), sendo que 29,0% delas se elegeram, isto é, temos 1.068 vice-prefeitas. Já em relação a vereadoras foram 152.946 candidatas, das quais 6,9% delas foram eleitas. Nas eleições de 2020, este percentual foi de 5,4%.

GRÁFICO 64

Quantidade de candidatas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita - Brasil - 2016/2020/2024



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

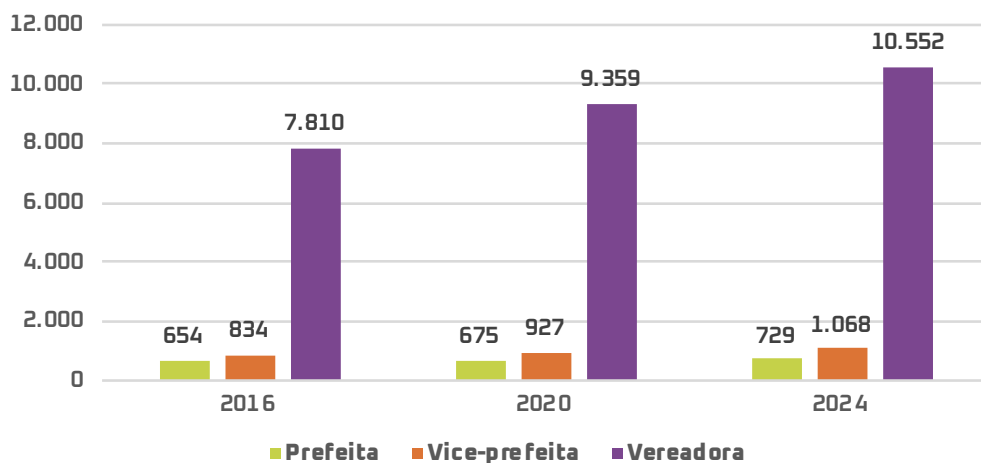
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Os dados de 2016 e 2020 são referentes a candidatas(as) considerados(as) aptos(as) pelo Tribunal Superior Eleitoral, porém os de 2024 se referem a todos os candidatas(as), porque o TSE ainda não finalizara o julgamento de aptidão quando foi criada a tabela. – Ver tabela 6.3.

¹⁰⁷ Não foi apenas o número total de candidatas que caiu em 2024 comparativamente a 2020, o número de candidatas também decresceu. Em 2024, foram 15.571 candidatas a prefeita. Em 2020, 18.576.

GRÁFICO 65

Quantidade de eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita - Brasil - 2016/2020/2024



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Os dados de 2016 e 2020 são referentes a candidatas(as) considerados(as) aptos(as) pelo Tribunal Superior Eleitoral, porém os de 2024 se referem a todos os candidatas(as), porque o TSE ainda não finalizara o julgamento de aptidão quando foi criada a tabela. – Ver tabela 6.13.

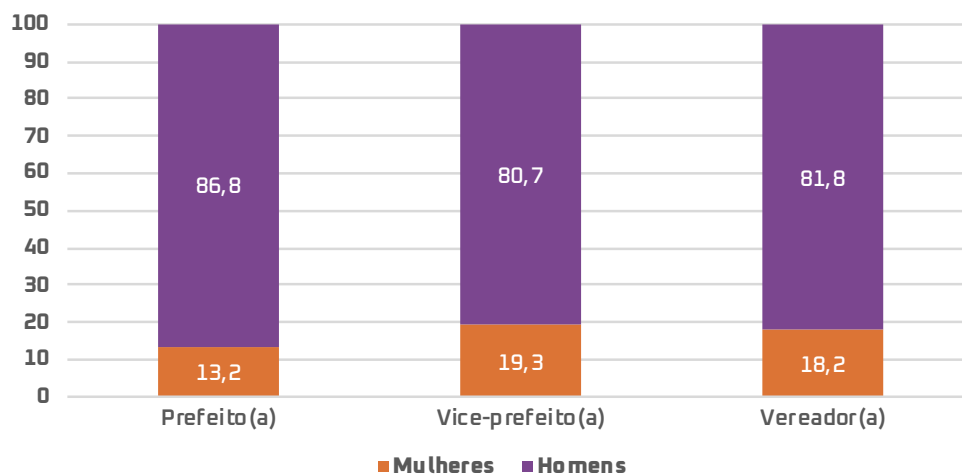
É possível observar que há uma tendência de aumento na quantidade de mulheres eleitas em todos os cargos, considerando as três últimas eleições para prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras. O incremento percentual foi maior de 2020 para 2024 no caso de prefeitas – 7,7% a mais de prefeitas eleitas – do que de 2016 para 2020 (3,2% a mais de prefeitas eleitas em 2020).

No caso de vice-prefeitas, houve aumento de 15% de eleitas de 2020 para 2024; enquanto de 2016 para 2020, o aumento foi de 11%. Para as candidatas a vereadora, o maior incremento percentual de eleitas foi de 2016 para 2020 (19,8%), ao passo que de 2020 para 2024 o percentual de eleitas cresceu 13%.

Podemos dizer que há, portanto, razões para otimismo no que se refere à incorporação de mulheres nestas esferas políticas. Ainda assim, os dados eleitorais evidenciam o longo caminho a ser percorrido.

GRÁFICO 66

Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o cargo - Brasil - 2024 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabelas 6.15.

Em termos de desigualdade de cor ou raça dentro do segmento de mulheres eleitas, temos um cenário majoritariamente ocupado por mulheres brancas, em torno de 60% para todos os cargos, um pouco mais para prefeitas (66,3%) e um pouco menos para vereadoras (57,9%).

Este dado demonstra o quanto o acesso aos espaços institucionais de poder em nível local - apesar de aberto a qualquer cidadã com determinada idade e filiada a um partido político¹⁰⁸ - é mais complicado para mulheres pretas e pardas, em geral mais vulneráveis socialmente.

Não apenas a filiação a partidos políticos é um obstáculo considerável visto que os partidos tendem a ser dominados por homens, mas também a capacidade de desenvolver um senso de competência política, ou seja, de se sentir capaz de participar politicamente, torna-se um complicador.

¹⁰⁸ Segundo a Constituição Federal, é preciso ter nacionalidade brasileira, ser alfabetizado(a) e estar em pleno exercício dos direitos políticos, ou seja, ter título de eleitor e estar em dia com a Justiça Eleitoral. Também é obrigatório estar filiado(a) a um partido político e ter domicílio eleitoral na circunscrição em que deseja se candidatar. A idade mínima para prefeito(a) e vice-prefeito(a) é de 21 anos e para vereador(a), 18 anos.

TABELA 14**Mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vice-prefeita e vereadora, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo o cargo - Brasil - 2024 (%)**

Cargo	Mulheres eleitas					
	Total	Branca (%)	Pardas (%)	Pretas (%)	Amarelas (%)	Indígenas (%)
Prefeita	729	66,3	30,2	2,7	0,7	0,1
Vice-prefeita	1.069	62,0	31,0	5,3	0,7	0,4
Vereadora	10.552	57,9	35,0	5,9	0,4	0,4

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota Inclui todas(os) as(os) candidatas(os), não apenas aptas(os), porque o dado de candidaturas aptas não foi divulgado até Janeiro/2025. – Ver tabela 6.16.

Interessa também observar a distribuição de mulheres eleitas por região, dado que há uma concentração expressiva na região Nordeste para todos os cargos¹⁰⁹, proporcionalmente maior do que o percentual de municípios da região em relação ao total de municípios do País, que é de 32,2%.

Na região Nordeste, destacam-se os seguintes estados com maiores números de eleitas para prefeitas: Bahia (59), Paraíba (54) e Rio Grande do Norte (42). Para entender este quadro, também é importante ter em conta que grande parte das prefeitas eleitas em 2024 foram, na realidade, reeleitas.

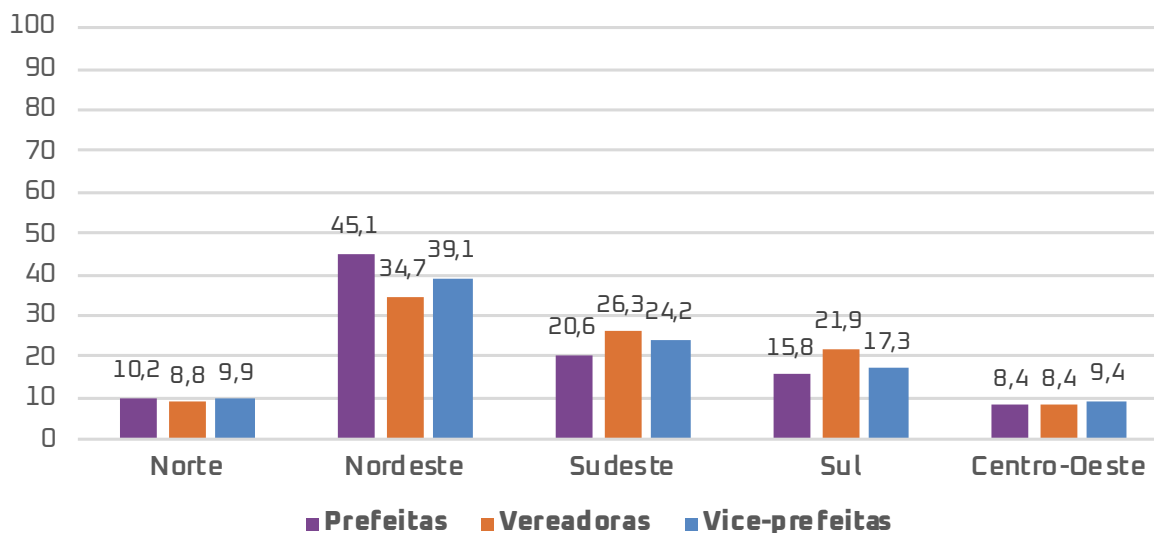
Desta forma, 18% das candidatas a prefeitas em 2024 estavam buscando a reeleição e 44% tiveram sucesso. Entre os vereadores em geral (mulheres e homens), os que se reelegeram nas eleições de 2024 representam 40,8% dos eleitos.

Sendo assim, quando um estado ou região consegue eleger mulheres, é mais provável que este estado ou região continue se destacando pela quantidade de mulheres em espaços de poder.

¹⁰⁹ A região Nordeste tem também a maior quantidade de municípios (1.793, o equivalente a 32,2% do total de municípios), seguida da região Sudeste (1.668, 30%), Sul (1.191, 21,4%), Centro-Oeste (467, 8,4%) e Norte (450, 8%).

GRÁFICO 67

Distribuição percentual de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita, por cargo, segundo as Grandes Regiões - 2024 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.14.

Embora as eleições proporcionais – no ano de 2024, as eleições para o cargo de vereador(a) – sejam regidas, desde 2009, pela Lei nº 12.034, que estabelece que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”, as mulheres que aspiram a se candidatar a vereadora enfrentam ainda muitos empecilhos para a candidatura e eleição.

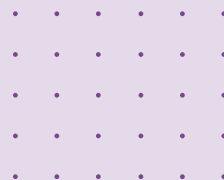
Nos três últimos pleitos para vereador, a lei de cotas no geral foi cumprida (em 2016, elas foram 32,5%, em 2020, 34,8% e, em 2024, 35,4%). Porém, estes percentuais de candidaturas não se traduzem na mesma proporção de eleitas. Em 2016, elas representaram 13,5% do total de candidatas eleitas, em 2020, 16,1% e, em 2024, 18,2% do total.

Além disso, as eleições municipais registram maior número de fraudes¹¹⁰ à cota de candidaturas femininas do que as eleições realizadas em outros âmbitos (federal e estadual), o que levou o Tribunal Superior Eleitoral a criar, em 2024, a súmula 73, que visa punir de forma mais dura os partidos que fraudam a cota¹¹¹

Esta súmula representa mais uma tentativa de fazer com que seja cumprida a lei de cotas para mulheres, entre várias outras que têm sido editadas, para abrir espaço à presença de mulheres nos partidos e nas casas legislativas. Este espaço certamente não tem sido e não será franqueado às mulheres a não ser que se obtenham ainda mais garantias de que elas também têm direito de participar da política institucional.

¹¹⁰ Embora os partidos sejam obrigados a registrar, no mínimo, 30% de candidaturas femininas, têm-se verificado diversas tentativas de descumprimento desta regra por meio, por exemplo, de candidaturas fictícias, em que a "candidata" tem seu nome incluído na lista de candidaturas, porém, não é real, ou seja, não faz campanha, tem votação zerada ou inexpressiva ou tem prestação de contas zerada.

¹¹¹ Uma súmula é um "conjunto de decisões da Corte que seguem uma mesma linha de entendimento". Esta súmula prevê as seguintes punições à cota de gênero: (a) cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.



As mulheres nas eleições de 2024

Há uma tendência de aumento na quantidade de mulheres eleitas em todos os cargos, considerando as três últimas eleições municipais – 2024, 2020 e 2016 – para prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras. Este avanço, porém, tem se dado a passos lentos, resultando em que, para todos os cargos disputados no ano de 2024, os homens ainda representam mais de 80% do total de eleitos.

Aos poucos, as candidaturas femininas têm ultrapassado o percentual mínimo de 30% estabelecido em lei para o cargo de vereador (em 2024, foram 35,4%), porém estes percentuais de candidaturas não se traduzem na mesma proporção de eleitas. Em 2016, elas representaram 13,4% do total de pessoas eleitas, em 2020, 15,8% e, em 2024, 17,9% do total. Além disso, ainda há registros de muitas fraudes à cota de mulheres em partidos e municípios em todo o país.

Em se tratando de desigualdades raciais no segmento de mulheres eleitas, os dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que, em 2024, 59% das eleitas em todos os cargos foram mulheres brancas. Em contraste, as pretas e pardas representaram 40% do total de eleitas.

É fundamental, portanto, levar em consideração quem são as mulheres com maiores dificuldades de adentrar os espaços políticos, quais as mais vulneráveis e que terão maiores dificuldades de terem suas vozes ouvidas nos espaços decisórios.



Lideranças partidárias no Congresso

Mudando o foco de análise para o Poder Legislativo Federal, as mulheres encontram muitas dificuldades para se posicionar nas principais posições decisórias. Entre as lideranças partidárias no Congresso, o cenário foi pouco alterado em relação a 2023, dado que as mulheres representam ainda uma parcela muito baixa em ambas as Casas: 14,3% na Câmara dos Deputados e 11,1% no Senado Federal.

Em 2023, os percentuais eram 5,0% e 22,0%, respectivamente. Ressalta-se que a ocupação de um cargo de liderança partidária é vista como requisito para concorrer à presidência da Casa Legislativa. Por isso, ao não alcançarem a posição de líderes partidárias, as mulheres também têm muito reduzidas suas chances de ocupar o nível mais alto da hierarquia no Congresso Nacional: a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em relação às comissões permanentes, embora a representação percentual de mulheres nas presidências seja bastante baixa, o que decorre também de sua baixa presença em geral como parlamentares, elas têm ocupado algumas comissões de relevância política expressiva, como a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, na Câmara dos Deputados, e a Comissão de Defesa da Democracia, no Senado Federal.

TABELA 15

Parlamentares ocupando a presidência das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024

Presidência de comissões	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	30	5	25	16,7	83,3
Senado Federal	12	1	11	8,3	91,7
Comissões Mistas	13	2	11	15,4	84,6

Fonte: Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Dados de outubro de 2024. – Ver tabela 6.30.

Este é um avanço importante visto que, tradicionalmente, como afirmam Miguel e Feitosa (2008), as mulheres tendem a ocupar nichos considerados de menor poder e *status* dentro do processo legislativo, como os temas sociais. Segundo os autores, "as mulheres na política optam por temáticas afins a seu papel tradicional - e que essa opção reforça sua posição de menor destaque dentro do campo político".

Ilustram esse argumento os temas das comissões que as mulheres mais presidem, relativos à defesa de direitos das minorias, notadamente os próprios direitos das mulheres, e ainda, temas ambientais.

Na Câmara dos Deputados, as mulheres presidem a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. No Congresso Nacional, há mulheres presidindo a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Em cargos-chave no Congresso, como as Mesas Diretoras, que presidem os trabalhos legislativos e, portanto, controlam a agenda do que será ou não votado em plenário, a presença de mulheres é baixíssima.

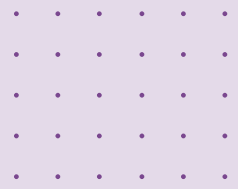
A Mesa Diretora da Câmara tem as funções de direção dos trabalhos legislativos e serviços administrativos da casa e concentra bastante poder político e decisório. Nela, há apenas uma mulher – a deputada Maria do Rosário (PT – RS), que ocupa a posição de 2ª Secretária, sendo responsável pelas relações internacionais da Câmara.

Analisando o que ocorre nos partidos, é interessante notar que há instâncias de mulheres em todos, quer sejam Secretarias, Núcleos ou outros arranjos institucionais, com maior ou menor poder.

Tanto as exigências legais – a lei de cotas para mulheres nas candidaturas¹¹² – quanto a forma como tem se estruturado a política eleitoral (o apelo de mulheres candidatas à identidade feminina) são incentivos para que os partidos tenham seu nicho feminino, embora não tenhamos a informação de quão periféricos em termos de poder político são estes nichos.

A presença de mulheres na direção dos partidos é um indicador mais revelador sobre o lugar que elas ocupam dentro destas instituições. Ainda que, em geral, a presença delas nos cargos diretivos seja em média de 25%, há uma variação entre partidos mais à esquerda (PSOL, com 61,9% e PT, com 48,3%, REDE, 36,7% e PC do B, 25,7%) e mais à direita do espectro ideológico, com percentuais mais baixos (por exemplo, no partido Democrata Cristão, 17,6%, PP e UNIÃO, com 16,7%). Note-se que há também muitos partidos que não disponibilizam em seus sites/redes sociais informações sobre pessoas em funções de gestão e direção.

¹¹² A Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) estabeleceu que cada partido deve preencher um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas, em eleições proporcionais.



As mulheres e os temas sociais

As parlamentares tendem a ocupar nichos considerados de menor poder e status dentro do processo legislativo, como os temas sociais, a defesa de direitos de minorias e as pautas ambientais. Estes são assuntos tradicionalmente associados à feminilidade tradicional, ao cuidado e à defesa da vida.

Na Câmara dos Deputados, as mulheres presidem a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. No Congresso Nacional, há mulheres presidindo a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Isso se repete no Poder Executivo, onde há mais Ministras de Estado de políticas públicas sociais e de defesa de direitos, como as atuais Ministras das Relações Institucionais (Gleise Hoffmann), Direitos Humanos e Cidadania (Macaé Evaristo), Igualdade Racial (Anielle Franco), Meio Ambiente e Mudança do Clima (Marina da Silva Vaz de Lima), dos Povos Indígenas (Sonia Guajajara), Cultura (Margareth Menezes) e Mulheres (Aparecida Gonçalves). A exceção é a ministra Simone Tebet, que ocupa o cargo de ministra de Estado do Planejamento e Orçamento.



TABELA 16

Pessoas na direção dos partidos com representação no Congresso, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o partido político - Brasil - 2024

Partido político	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total geral	152	377	25,8	74,2
AGIR	NI	NI	NI	NI
AVANTE	NI	NI	NI	NI
CIDADANIA	7	16	30,4	69,6
DEMOCRATA CRISTÃO	3	14	17,6	82,4
MDB	2	8	20	80
MOBILIZA	2	9	18,2	81,8
NOVO	1	6	14,3	85,7
PCB	NI	NI	NI	NI
PC DO B	10	18	35,7	64,3
PCO	NI	NI	NI	NI
PDT	8	22	26,7	73,3
PL	NI	NI	NI	NI
PMB	NI	NI	NI	NI
PODEMOS	4	15	21,1	78,9
PP	5	25	16,7	83,3
PRD	0	7	0	100
PRTB	NI	NI	NI	NI
PSB	12	34	26,1	73,9
PSD	11	24	31,4	68,6
PSDB	11	33	25	75
PSOL	13	8	61,9	38,1
PT	14	15	48,3	51,7
PSTU	NI	NI	NI	NI
PV	15	39	27,8	72,2
REDE	22	38	36,7	63,3
REPUBLICANOS	3	14	17,6	82,4
SOLIDARIEDADE	7	22	24,1	75,9
UNIÃO	2	10	16,7	83,3
UNIDADE POPULAR	NI	NI	NI	NI

Fonte: Sites dos Partidos Políticos.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Consideraram-se os membros da Executiva Nacional/Diretório Nacional dos Partidos, tais como: Presidente, Vice-Presidente, Secretários etc.

2. Foi atribuído "Não identificado" (NI) aos partidos que não divulgam, em seus sites, informações sobre sua direção. Em todos eles, porém, foi possível identificar o presidente do partido, que é do sexo masculino, com exceção do Partido da Mulher Brasileira (PMB), que tem como presidente uma mulher. – Ver tabela 6.34.

Mulheres em demais espaços de poder e decisão

No Judiciário, pode-se notar também a larga predominância de homens entre magistradas(os) de segundo grau e de tribunais superiores.

TABELA 17

Magistradas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a instância - Brasil - 2024

Instância	Total		Distribuição (%)	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Primeiro Grau	6.550	8.988	42,2	57,8
Segundo Grau	728	2.058	26,1	73,9
Tribunais Superiores	15	65	18,8	81,2

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, Painel Dados de Pessoal do Poder Judiciário.

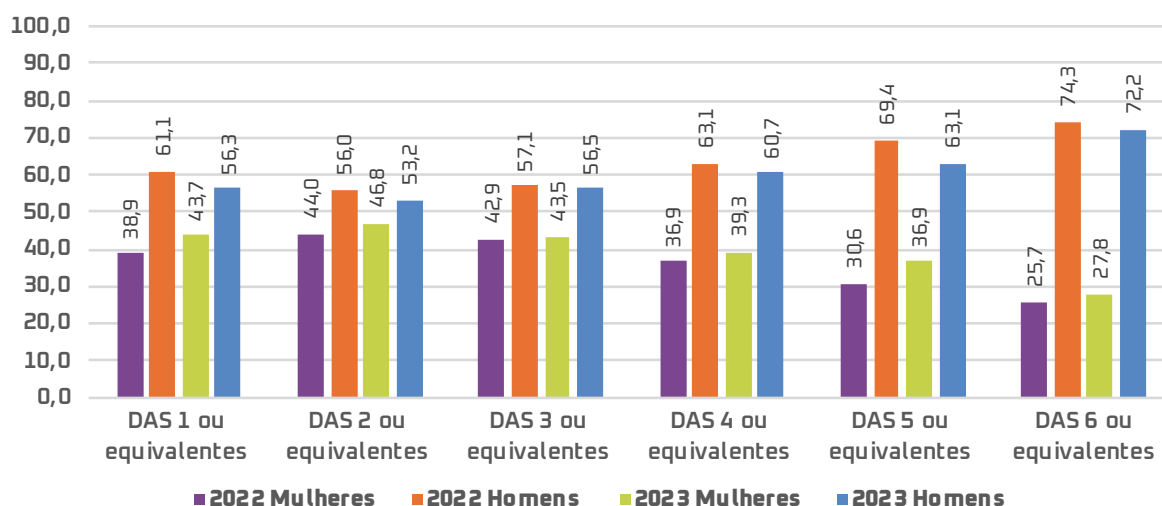
Nota: As(os) magistradas(os) de 1º grau incluem: Juizes titulares, juizes auxiliares que atuam no 1º grau, juizes substitutos e magistrados que atuam no 1º grau eleitoral. As(os) magistradas(os) de 2º grau incluem: desembargadores, juizes substitutos de 2º grau, juizes da classe advogado que atuam como titulares ou substitutos no TRE ou TSE, magistrados que atuam como titulares ou substitutos no 2º grau eleitoral ou TSE. As(os) magistradas(os) de tribunais superiores incluem ministras(os) e conselheiras(os). – Ver tabela 6.48.

No escalão imediatamente abaixo da hierarquia da Administração Pública federal (Direção e Assessoramento Superiores 6 e equivalentes), o percentual de mulheres aumentou um pouco em relação ao período analisado no RASEAM 2024 (2018 a 2022), de 22% para 27,8% em 2023.

No geral, a proporção de mulheres aumentou em 2023, quando comparada aos valores de 2022.

GRÁFICO 68

Distribuição percentual de servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2022 e 2023 (%)



Fonte: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Inclui as(os) servidoras(es) civis da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo Federal.

2. O gráfico inclui os cargos de Natureza Especial (NES), DAS, CCE, FCE, FCPE, CD, I/II, CGE I/II/III/IV, CA I/II, CCT I/II/III/IV/V, CAS I/II e CD 1/2/3/4.

3. DAS 6 ou equivalentes inclui também cargos de Natureza Especial. – Ver tabela 6.38.

Em cada um dos Poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – há regras próprias de nomeação para os cargos mais altos. Cada Poder configura um campo político separado, porém em todos eles, os especialistas, isto é, as pessoas com mais experiência no campo e em ocupação de cargos tendem a ser privilegiados.

A grande maioria das servidoras(es) ocupantes dos cargos de Direção e Assessoramento Superiores é formada por pessoas com vínculos com a Administração Pública, ou seja, são servidores públicos de carreira. Dentre os DAS 6, a proporção de pessoas com vínculo chega a 71,5% e vai aumentando à medida que decrescem os cargos de chefia, até alcançar 90,2% entre os DAS 1, o nível mais baixo da hierarquia. Ou seja, também no Poder Executivo, a burocracia profissional acaba alçando as posições mais altas. Isso vale tanto para mulheres quanto para homens.

Há um indicador, porém, que chama a atenção para como os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens afetam diferentemente mulheres e homens na ocupação de DAS e diz respeito à distribuição de mulheres e homens que têm filhos(as) menores de idade.

Entre as mulheres, apenas 10,2% das ocupantes de DAS 6 e equivalentes têm filhos(as) menores, enquanto, entre os homens, são 24,7%.

O mesmo grau de diferença ocorre nos outros níveis de DAS, o que sugere que, para as mulheres, a maternidade é um fator que dificulta a ocupação de altos postos na carreira, mais do que para os homens. Sabemos também que as mulheres, mesmo aquelas que têm suas próprias carreiras, tendem a se ocupar mais do trabalho doméstico, em especial quando são casadas e têm filhos(as). Esses fatores podem influenciar sua possibilidade de assumir cargos de altas responsabilidades.

A desigualdade de cor ou raça também estrutura a ocupação de cargos de chefia.

A proporção média de mulheres brancas para todos os níveis de DAS é de 65,0%, seguida por 25,3% de mulheres pardas e 6,6% de negras. Indígenas são 1% e amarelas 1,9%. Quanto a mulheres com deficiência, a proporção média é de apenas 0,8%.

Dentro do Poder Executivo, a carreira militar é uma das mais impermeáveis à entrada de mulheres. A associação deste campo à masculinidade é ilustrada pelo fato de que a média de mulheres no quadro de servidoras(es) militares ativas(os) é de 10,1%, com uma grande variação entre as Forças: 6,2% no Exército e 21,0% na Aeronáutica.

TABELA 18

Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual, por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023

Força Armada	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	351.370	35.544	315.826	10,1	89,9
Exército Brasileiro	209.093	12.972	196.121	6,2	93,8
Marinha do Brasil	74.542	8.332	66.210	11,2	88,8
Aeronáutica	67.735	14.240	53.495	21,0	79,0

Fonte: Ministério da Defesa.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.44.

A proporção de mulheres que conseguem chegar aos postos de hierarquia superior segue a proporção de servidoras militares ativas, sendo a Aeronáutica mais uma vez a Força Armada mais acessível à entrada de mulheres, embora de forma ainda bem minoritária¹¹³.

TABELA 19

Oficiais militares de hierarquia superior ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023

Força Armada	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	13.849	2.007	11.842	14,5	85,5
Exército	7.116	624	6.492	8,8	91,2
Aeronáutica	3.980	881	3.099	22,1	77,9
Marinha	2.753	502	2.251	18,2	81,8

Fonte: Ministério da Defesa.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.46.

Na Diplomacia, carreira marcada pela antiguidade e hierarquia, o percentual de mulheres ocupando o cargo máximo – Ministra(o) de primeira classe (embaixador(a)) – é de 20,0% e aumenta à medida que descemos para os últimos escalões hierárquicos, chegando a 34,9% no posto de Terceira(o) Secretária(o).

¹¹³ Segundo Santos e Coutinho (2010), a Força Aérea Brasileira (FAB) foi a primeira Força Armada a permitir a entrada de mulheres na carreira própria do órgão, na Escola de Treinamento para Aviadores. Antes disso, o ingresso de mulheres somente era permitido em funções burocráticas.

TABELA 20**Servidoras(es) ativas(os) da carreira diplomática, total e distribuição por sexo, segundo o cargo ocupado - Brasil - 2023**

Cargo	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	1.525	352	1.173	23,1	76,9
Ministra(o) de Primeira Classe (Embaixador(a))	235	47	188	20,0	80,0
Ministra(o) de Segunda Classe	253	51	202	20,2	79,8
Conselheira(o)	339	82	257	24,2	75,8
Primeira(o) Secretária(o)	360	93	267	25,8	74,2
Segunda(o) Secretária(o)	275	57	218	20,7	79,3
Terceira(o) Secretária(o)	63	22	41	34,9	65,1

Fonte: Ministério das Relações Exteriores.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.47.

A desigualdade entre mulheres e homens e de cor ou raça na ocupação de cargos de direção segue tendência semelhante no mercado de trabalho em geral, ou seja, para além do setor público federal.

Os dados do IBGE mostram que o percentual médio de mulheres de 25 anos ou mais de idade ocupando cargos de direção, em 2023, era de 39,8% (em 2022, eram 40,1%), englobando-se neste dado tanto o setor público quanto o privado e todos os níveis hierárquicos.

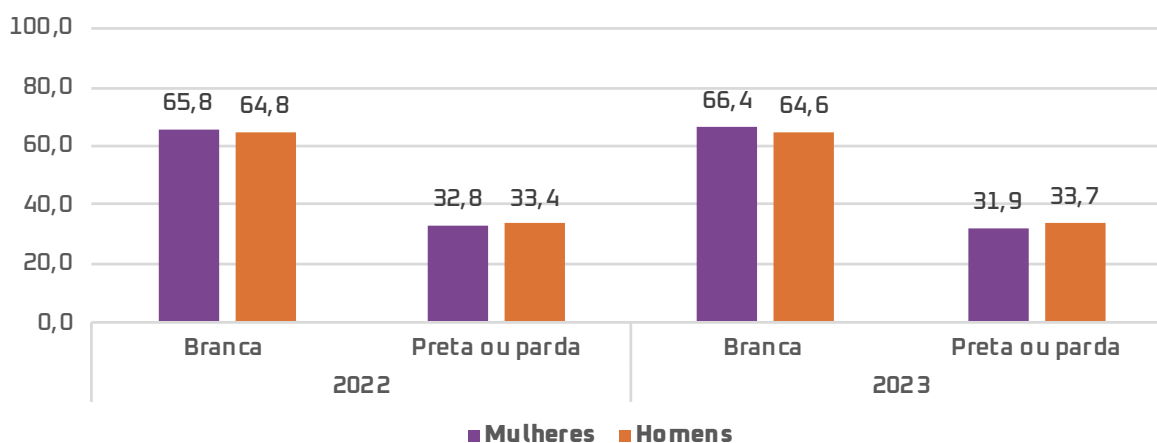
A desigualdade racial é enorme e praticamente não sofreu alteração de 2022 para 2023. Tanto entre mulheres quanto entre homens, a disparidade entre pessoas brancas, de um lado, e pretas ou pardas, de outro, é a mesma.

O percentual de mulheres brancas de 25 anos ou mais ocupando cargos de direção em 2022 era de 65,8% do total de mulheres (inclusive as que se declararam indígenas, amarelas e ignoradas) e passou para 66,4% em 2023.

Já o percentual de mulheres pretas ou pardas passou de 32,8% para 33,7%.

GRÁFICO 69

Distribuição percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2022-2023 (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Ver tabela 6.50.a e 6.50.b.

Em termos de sindicalismo também o quadro não foi modificado de 2023 para 2024. Mulheres ocupam aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos cargos de presidente e vice-presidente: 25,3% em 2023.

Deve-se destacar a grande presença que elas têm na Central Única dos Trabalhadores (CUT) – 63,2% – em contraposição a, por exemplo, a Força Sindical (11,5%) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (0%).

TABELA 21**Presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024**

Centrais Sindicais	Total			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	75	19	56	23,4	76,6
Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB	9	2	7	22,2	77,8
Central Única dos Trabalhadores - CUT	19	12	7	63,2	36,8
Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST	11	0	11	0,0	100,0
União Geral dos Trabalhadores - UGT	10	2	8	20,0	80,0
Força Sindical	26	3	23	11,5	88,5

Fonte: Sites das Centrais Sindicais.

Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Inclui presidente, vice-presidente(s) e diretoria executiva. – Ver tabela 6.3.

Secretarias de Políticas para as Mulheres

Por último, focamos na estrutura institucional dentro do Poder Executivo – federal, estadual e municipal – que se ocupa especificamente das desigualdades entre mulheres e homens e na implementação de políticas públicas para mulheres – denominadas Secretarias de Políticas para as Mulheres, que podem ser Secretarias, Coordenadorias, Subsecretarias ou outros.

No nível federal, temos o Ministério das Mulheres, que fomenta a criação destas institucionalidades e provê diretrizes gerais para sua atuação. Nos estados, segundo dados da ESTADIC 2023 (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, feita pelo IBGE), os Organismos Executivos de Políticas para Mulheres estão presentes em todas as Unidades da Federação¹¹⁴.

Em 15 estados, as secretarias eram exclusivas de políticas para mulheres e, em 4 estados, eram órgãos mistos, isto é, em conjunto com outras políticas, em especial Direitos Humanos e Assistência Social.

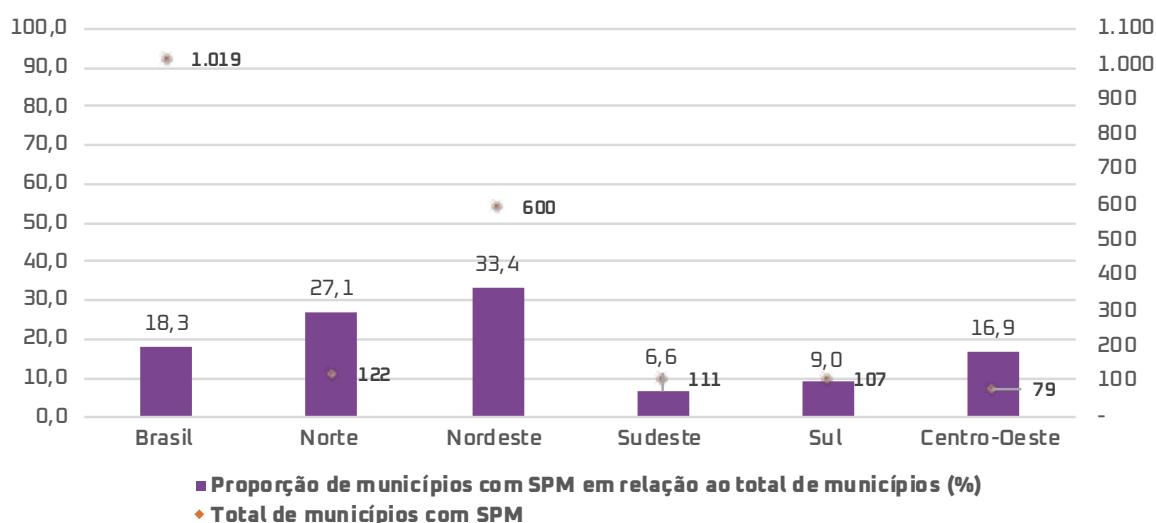
Outras informações significativas a respeito da institucionalidade da política para as mulheres são de que todas as Unidades da Federação tinham Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e apenas 7 – Tocantins, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – informaram não possuir Plano Estadual de Política para Mulheres.

¹¹⁴ Aqui não estão incluídos os dados de Rondônia por falta de resposta do governo estadual.

Na esfera municipal, as Secretarias de Políticas para as Mulheres estão presentes em 18,3% dos municípios, sendo que a maior parte está concentrada nas regiões Nordeste (33,4% das secretarias estão nesta região e representam 63,3% dos municípios) e Norte (27,1% das secretarias, representando 11% dos municípios)".

GRÁFICO 70

Total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios – 2024



Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Articulação Institucional. Ações Temáticas e Participação Política - SENATP. Elaboração: Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nota: Estes dados representam todas as Institucionalidades, Secretarias, Coordenadorias, subsecretarias etc. que se relacionam com o Ministério das Mulheres.

Ver tabela 6.53.a.

Desde a última reestruturação, o Ministério das Mulheres vem adotando a nomenclatura SPM (Secretaria de Política para as Mulheres) e não mais OPM (Organismos de Política para as Mulheres), como forma de estruturação e fortalecimento das políticas públicas para as mulheres. Os dados acima foram coletados em novembro de 2024, durante o II Encontro Nacional de Gestoras de SPMs, realizado pelo Ministério das Mulheres, por meio da Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP. Verificou-se um aumento de 9,7 % na quantidade de SPMs no ano de 2024, em relação ao ano de 2023, quando havia 920 SPMs.

Referências bibliográficas

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. **O gênero do discurso parlamentar**: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar. 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Estados Brasileiros: 2023**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?** Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, ano 9, 2º semestre de 2001, p. 268-290.

SANTOS, Marina; COUTINHO, Maria Lúcia. **Mulheres na Força Aérea Brasileira**: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. Estudos de Psicologia, Natal, v. 15, n. 3, p. 259-267, set./dez. 2010.

Lista de sites consultados

AGIR. Partido Político. Disponível em: <www.ptc36nacional.com.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

AVANTE. Partido Político. Disponível em: <avante70.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <camara.leg.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

CIDADANIA. Partido Político. Disponível em: <cidadania23.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

CTB - CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL. Disponível em: <www.ctb.org.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Disponível em: <www.cut.org.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

DEMOCRACIA CRISTÃ. Partido Político. Disponível em: <democraciacrista.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

FORÇA SINDICAL. Disponível em: <www.fsindical.org.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <www.df.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: <www.paraiba.pb.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Disponível em: <www.alagoas.al.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <www.bahia.ba.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: <www.goias.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <www.ms.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Disponível em: <www.mt.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <www.mg.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <www.pe.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Disponível em: <rondonia.ro.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. Disponível em: <portal.rr.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.saopaulo.sp.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Disponível em: <www.se.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Disponível em: <www.estado.ac.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Disponível em: <www.portal.ap.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <amazonas.am.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <www.ceara.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <www.es.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Disponível em: <www.ma.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em: <www.pa.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <www.parana.pr.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Disponível em: <www.pi.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <www.rj.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <www.rn.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <www.estado.rs.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: <www.to.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Partido Político. Disponível em: <mdb.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

NCST - NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES. Disponível em: <www.ncst.org.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

NOVO. Partido Político. Disponível em: <novo.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Partido Político. Disponível em: <pcb.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Partido Político. Disponível em: <pcdob.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA. Partido Político. Disponível em: <pc.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA. Partido Político. Disponível em: <pmb.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Partido Político. Disponível em:<psdb.org.br> Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Partido Político. Disponível em: <pt.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO LIBERAL. Partido Político. Disponível em: <partidoliberal.org.br Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO RENOVÇÃO DEMOCRÁTICA. Partido Político. Disponível em: <prd25sc.com.br >. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Partido Político. Disponível em: <psd.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. Partido Político. Disponível em: <sol50.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO Socialista Brasileiro. Partido Político. Disponível em: <psb40.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO. Partido Político. Disponível em: <pstu.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARTIDO VERDE. Partido Político. Disponível em: <pv.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros-e-ministras>. Acesso em: 16 out. 2024.

PROGRESSISTAS. Partido Político. Disponível em: <progressistas.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

REDE SUSTENTABILIDADE. Partido Político. Disponível em: <redesustentabilidade.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

REPUBLICANOS. Partido Político. Disponível em: <republicanos10.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <www25.senado.leg.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

SOLIDARIEDADE. Partido Político. Disponível em: <solidariedade.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

UGT - UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES. Disponível em:< www.ugt.org.br >. Acesso em: 15 out. 2024.

UNIÃO BRASIL. Partido Político. Disponível em: <uniaobrasil.org.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

UNIDADE POPULAR. Partido Político. Disponível em: <unidadepopular.org.br >. Acesso em: 18 out. 2024.

7. Mulheres no esporte¹¹⁵

A combinação de benefícios físicos, mentais e sociais torna a prática de esportes uma atividade essencial para uma vida saudável, tanto no aspecto individual como no coletivo.

Por meio da atividade esportiva, indivíduos desenvolvem habilidades sociais necessárias para a convivência em grupo. O esporte contribui para o fortalecimento de vínculos, estimula a capacidade de trabalhar em equipe, o desenvolvimento integral, a educação e a inclusão social.

Contudo, sua prática costuma ser mais incentivada entre os meninos, refletindo-se no número de atletas em competições oficiais e no número de bolsas ofertadas por meio de política pública.

Jogos Olímpicos

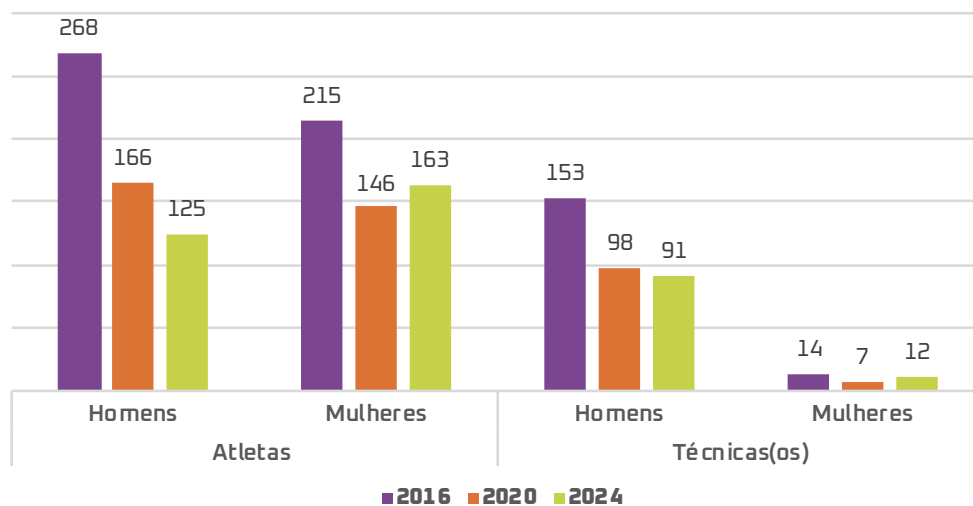
Tanto nas Olimpíadas do Rio de Janeiro (2016) quanto nas Olimpíadas de Tóquio (2020), o Brasil foi representado por mais homens que mulheres. No entanto, a edição de Paris (2024) foi a primeira que registrou mulheres como maioria entre os atletas convocados, devido ao aumento do número de atletas mulheres entre as edições de 2020 e 2024, bem como à continuação da redução do número de atletas homens desde 2016.

Apesar disso, os homens seguem sendo preponderantes entre os técnicos (91), mesmo com o aumento das técnicas (treinadoras e assistentes) na edição de Paris (de 7 para 12). As modalidades com mulheres técnicas nos Jogos de Paris foram: atletismo (3), ginástica artística (1), judô (2), vôlei de praia (1), ginástica rítmica (3), ginástica trampolim (1) e vela (1).

¹¹⁵ Nesta edição do RASEAM não houve disponibilidade de dados sobre a prática de atividade física entre mulheres e homens, uma vez que não houve uma edição nova da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE do IBGE), nem da Pesquisa Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL do Ministério da Saúde).

GRÁFICO 71

Atletas e técnicas(os) nos Jogos Olímpicos por edição, segundo o sexo



Fonte: Lista Final de Credenciados pelo COB nos Jogos Olímpicos.

Elaboração: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Ministério das Mulheres.

Nota: Técnicas(os) incluem treinadoras(es) e assistentes.

Ver tabela 7.1.

Outra novidade na edição de Paris foi o destaque das mulheres entre os medalhistas¹¹⁶. Das 20 medalhas conquistadas por brasileiros nos jogos olímpicos, 13 vieram de atletas mulheres. As modalidades com mulheres medalhistas foram: boxe, futebol, ginástica artística, judô, skate, surfe, vôlei e vôlei de praia.

¹¹⁶ Para detalhes sobre a evolução das mulheres brasileiras no quadro de medalhas, ver: <<https://ge.globo.com/olimpia-das/noticia/2024/08/11/olimpiadas-das-mulheres-veja-a-evolucao-das-brasileiras-no-quadro-de-medalhas.ghtml>>. Acesso em: novembro de 2024.

TABELA 22**Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024**

Modalidades	Medalhas			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total (1)	20	13	8	61,9	38,1
Atletismo	2	0	2	0,0	100,0
Boxe	1	1	0	100,0	0,0
Canoagem velocidade	1	0	1	0,0	100,0
Futebol	1	1	0	100,0	0,0
Ginástica artística	4	4	0	100,0	0,0
Judô (1)	4	3	2	60,0	40,0
Skate	2	1	1	50,0	50,0
Surfe	2	1	1	50,0	50,0
Taekwondo	1	0	1	0,0	100,0
Vôlei	1	1	0	100,0	0,0
Vôlei de praia	1	1	0	100,0	0,0

Fonte: Comitê Olímpico Internacional.

Elaboração: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Ministério das Mulheres.

(1) Uma medalha foi por equipe mista, sendo contabilizada para homens e mulheres.

Ver tabela 7.4.

Jogos Paralímpicos

Em relação aos Jogos Paralímpicos, também houve a redução de atletas homens e o aumento de mulheres entre as edições de Tóquio e Paris. Nesta última, a delegação brasileira foi composta por 137 homens e 117 mulheres, portanto, de maioria masculina.

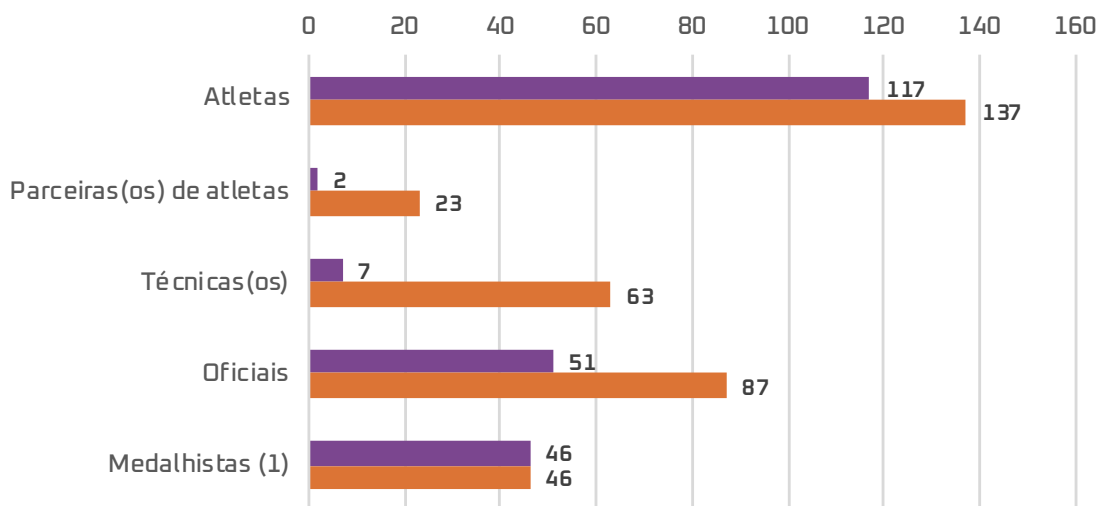
As mulheres estavam em menor número entre os parceiros de atletas¹¹⁷ (2 mulheres e 23 homens), bem como entre os técnicos (7 mulheres e 63 homens). Dentre os oficiais, que incluem também as equipes de saúde e escritório, 87 eram homens e 51 mulheres.

No entanto, em termos de desempenho, mulheres e homens tiveram o mesmo número de medalhas: 46 medalhas cada.

¹¹⁷ As modalidades paralímpicas que possuem parceiros de atletas são atletismo, bocha, futebol de cegos, remo e Triathlon.

GRÁFICO 72

Atletas, parceiras(os) de atletas, técnicas(os), oficiais e medalhistas nos Jogos Paralímpicos de Paris, segundo o sexo - 2024



Fonte: Lista Final de Credenciados pelo CPB nos Jogos Paralímpicos e Comitê Olímpico Internacional.

Elaboração: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Ministério das Mulheres.

Notas: 1. Técnicas(os) incluem treinadoras(es) e assistentes.

2. Parceiras(os) de atleta incluem atletas-guia do atletismo e do Triathlon, calheiras (os) da bocha, goleiras(os) do futebol de cegos e timoneiras(os) do remo.

(1) Três medalhas foram por equipe mista, sendo contabilizadas para homens e mulheres.

Ver tabelas 7.2, 7.3 e 7.5.

Apesar do bom desempenho das mulheres nos jogos olímpicos e paralímpicos de Paris, as mulheres seguem sendo minoritárias entre os beneficiários de bolsas de incentivo. Desta forma, políticas de incentivo ao esporte, como o Bolsa Atleta do Ministério do Esporte, também refletem a desigualdade de gênero.

Bolsa Atleta

Em 2023, das 8,3 mil bolsas concedidas pelo Ministério, 55,8% eram para atletas homens. As bolsas estudantis eram as com concessão mais desigual, com apenas 41,4% de beneficiárias mulheres. Por outro lado, a categoria Internacional era a mais igualitária, mas ainda assim com maioria masculina: 49,5% de beneficiárias mulheres e 50,5% homens.

TABELA 23**Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta, total e distribuição percentual por sexo, segundo as categorias - 2023**

Categorias	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	8.292	44,2	55,8
Atleta de Base	378	42,1	57,9
Estudantil	568	41,4	58,6
Internacional	1.433	49,5	50,5
Nacional	5.149	43,2	56,8
Olimpico / Paralimpico	359	44,6	55,4
Pódio	405	45,2	54,8

Fonte: Ministério do Esporte. Bolsa Atleta.

Elaboração: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Ministério das Mulheres.

Ver tabela 7.6.

As bolsas concedidas a atletas com deficiência também reproduzem este padrão desigual. Em 2023, das 2,2 mil bolsas concedidas a atletas com deficiência, apenas 831 (37,2%) foram para mulheres (ver tabela 7.7).

PARTE II

**SUMÁRIO
ESTATÍSTICO**

1. Estrutura demográfica

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Distribuição percentual da população residente	51,1%	48,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	1.7
Esperança de vida ao nascer (em anos)	79,7	73,1	2023	IBGE, Projeção da População (Revisão, 2024)	1.9
Taxa de fecundidade total (filhas(os) por mulher em idade reprodutiva)	1,57		2023	IBGE, Projeção da População (Revisão, 2024)	1.10
Razão de sexo (homens/mulheres)	0,96		2023	IBGE, PNAD Contínua	1.8
Pessoas responsáveis pelos domicílios, sem cônjuge, com filhos de até 14 anos que moravam no domicílio	5.004 mil	533 mil	2023	IBGE, PNAD Contínua	1.15
Proporção de domicílios com acesso simultâneo aos três serviços domiciliares de saneamento, por sexo do responsável pelo domicílio	68,3%	64,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	1.3 e 1.4

2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade	53,0%	72,6%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.3.b
Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade	9,5%	6,4%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.5.b
Proporção percentual de pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupadas em trabalhos informais	37,8%	40,2%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.7.b
Proporção percentual de pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupadas no Serviço doméstico	12,9%	0,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.12.b
Proporção percentual de pessoas de 14 anos de idade ou mais ocupadas na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3,4%	11,6%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.12.b
Rendimento-hora médio do trabalho principal da população ocupada de 14 anos de idade ou mais (em R\$)	17	20	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.14
Proporção percentual de mulheres de 14 anos ou mais de idade, com todas(os) as(os) filhas(os) de 0 a 3 anos frequentando creche	32,7%		2023	IBGE, PNAD Contínua	2.18
Proporção percentual de domicílios com pessoa responsável do sexo feminino/masculino com renda familiar <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo	27,5%	17,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.26 e 2.27
Distribuição percentual da população de 14 anos de idade ou mais ocupada no trabalho doméstico	91,6%	8,4%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.20.b
Proporção da população de 14 anos de idade ou mais ocupada no trabalho doméstico com carteira assinada	23,4%	34,4%	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.21.b

Rendimento médio em todos os trabalhos da população de 14 anos ou mais de idade ocupada no trabalho doméstico (em R\$)	1.134	1.399	2023	IBGE, PNAD Contínua	2.25.b
Percentual de estabelecimentos (com 100 empregados(as) e mais) que possuem políticas de incentivo à contratação de:					
Mulheres	35,3%		1º sem./2024	MTE, Relatório de Transparência Salarial	2.55,
Mulheres vítimas de violência	5,5%				2.56,
Mulheres negras	27,9%				2.57,
Mulheres com deficiência	24,3%				2.59
Distribuição percentual das(os) beneficiárias(os) do Programa Bolsa Família	58,2%	41,8%	Agosto/2024	MDS, VIS DATA 3	2.71
Distribuição percentual das(os) aposentadas(os) do RGPS	51,4%	48,6%	2023	INSS, SUIBE e Síntese-web	2.72

3. Educação para igualdade e cidadania

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Taxa de alfabetização de pessoas de 50 anos de idade ou mais	88,2%	87,6%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.1
Taxa de frequência bruta à creche das crianças de 0 a 3 anos de idade	37,5%	39,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.5
Taxa de frequência bruta à pré-escola das crianças de 4 e 5 anos de idade	89,0%	88,8%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.5
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade	94,8%	94,4%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.6
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade	78,2%	71,9%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.6
Taxa de frequência líquida das pessoas de 18 a 24 anos de idade	30,1%	21,8%	2023	IBGE, PNAD Contínua	3.6
Distribuição percentual das pessoas concluintes de cursos profissionalizantes	58,2%	41,8%	2023	INEP, Censo Escolar	3.25
Distribuição percentual das pessoas concluintes de cursos de graduação do ensino superior	60,8%	39,2%	2022	INEP, Censo do Ensino Superior	3.37
Distribuição percentual de bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país	51,6%	48,4%	2023	CNPq, Portal de Dados Abertos	3.41
Distribuição percentual de bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq	35,5%	64,5%	2023	CNPq, Portal de Dados Abertos	3.43

4. Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Percentual de nascidas(os) vivas(os) cujas mães eram menores de 19 anos de idade	11,9%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.31
Percentual de nascidas(os) vivas(os) cujas mães tiveram 7 ou mais consultas de atendimento pré-natal	77,5%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.33
Percentual de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo	59,6%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.27
Razão de mortalidade materna (RMM) (por 100.000 nascidas(os) vivas(os))	50,9%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.8
Percentual da mortalidade materna: por causas obstétricas diretas	68,5%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC	4.5
por causas obstétricas indiretas	28,4%	-			
Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 mulheres): de câncer de mama	17,4	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	4.12
de colo do útero	6,7	-			
Distribuição percentual dos casos novos de AIDS	28,9%	71,1%	2022	Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis	4.43
Taxa de incidência de AIDS (por 100.000 habitantes)	10,2	26,5	2022	Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis	4.42.a
Percentual de casos de AIDS por transmissão sexual	27,6%	72,4%	2022	Ministério da Saúde, Departamento de HIV/ Aids, tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis	4.45

Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 habitantes):	8,9	10,4			
de doenças cerebrovasculares	45,4	70,9			
de doenças isquêmicas do coração	35,7	32,6	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	4.2 e 4.3
de diabetes melito	31,8	29,7			
de doenças hipertensivas					
de doenças crônicas das vias aéreas inferiores	23,3	26,4			
Percentual de registros de violência autoprovocada	70,0%	30,0%	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	4.16
Total de mulheres atendidas no programa de dignidade menstrual	2.022.332	-	2024 (até agosto)	Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.	4.51

5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Percentual de relatos de violência física contra a mulher	29,7%	-	2024	Ministério das Mulheres, Ligue 180	5.46
Percentual de relatos de violência contra a mulher praticada por companheiro ou ex-companheiro	67%	-	2024	Ministério das Mulheres, Ligue 180	5.47
Percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, cujo agressor era do sexo masculino	76,6%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	5.5
Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo(a) agressor(a)	75,2%	24,8%	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	5.6
Proporção de casos de violência de repetição de violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade	44,7%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	5.11
Proporção de casos de violência física com relação ao total de casos de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra as mulheres	56,8%	-	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	5.13

Ocorrências policiais de estupros com vítimas do sexo feminino	68.955	-	2024	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública.	5.25
Taxa padronizada de mortalidade por homicídio (por 100.000 habitantes)	3,5	40,0	2023	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	5.17
Taxa de ocupação de mulheres no sistema penitenciário brasileiro	94,2%	-	2024	Ministério da Justiça e da Segurança Pública e da Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN	5.27.a
Proporção percentual da população carcerária no regime provisório	18,3%	0,2%	2024	Ministério da Justiça e da Segurança Pública e da Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN	5.31.a
Proporção percentual da população carcerária que cometeu/tentou crimes contra a pessoa	14,2%	18,8%	2024	Ministério da Justiça e da Segurança Pública e da Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN	5.32.a

6. Mulheres em espaços de poder e decisão

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Distribuição percentual de eleitoras(es) inscritas(os)	52,5%	47,5%	2024	Tribunal Superior Eleitoral	6.1
Distribuição percentual de deputadas(os) federais em exercício	17,2%	82,8%	2024	Câmara dos Deputados	6.29
Distribuição percentual de senadoras(es) em exercício	18,5%	81,5%	2024	Senado Federal	6.29
Distribuição percentual de governadoras(es) estaduais e do Distrito Federal em exercício	7,4%	92,6%	2024	Governos Estaduais e do Distrito Federal	6.29
Distribuição percentual de prefeitas(os) em exercício	14,5%	85,5%	2024	Tribunal Superior Eleitoral	6.10
Distribuição percentual de vereadoras(es) em exercício	22,7%	77,3%	2024	Tribunal Superior Eleitoral	6.10
Distribuição percentual de servidoras(es) ocupantes de DAS	43,0%	57,0%	2023	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	6.39
Distribuição percentual de Ministras(os) dos Tribunais Superiores	18,8	81,2	2024	Conselho Nacional de Justiça, Pesquisa Participação Feminina na Magistratura	6.48
Distribuição percentual de presidente(as) e vice-presidente(as) das centrais sindicais	23,4%	76,6%	2024	Centrais Sindicais	6.35
Distribuição percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção	39,8%	60,2%	2024	IBGE, PNAD Continua	6.49.a

7. Mulheres no esporte

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Distribuição percentual de atletas brasileiras(os) nos Jogos Olímpicos de Paris	56,6%	43,4%	2024	Lista Final de Credenciados pelo COB nos Jogos Olímpicos	7.1
Distribuição percentual de atletas brasileiras(os) nos Jogos Paralímpicos de Paris	46,1%	53,9%	2024	Lista Final de Credenciados pelo CPB nos Jogos Paralímpicos	7.2
Distribuição percentual de atletas medalhistas nos Jogos:					
Olímpicos	61,9%	38,1%	2024	Comitê Olímpico Internacional	7.4 e 7.5
Paralímpicos	50,0%	50,0%			
Distribuição percentual de atletas contempladas(os) com o Programa Bolsa Atleta	44,2%	55,8%	2023	Ministério do Esporte, Bolsa Atleta	7.6

PARTE III

TABELAS DOS INDICADORES

Índice de tabelas dos indicadores

1. Estrutura demográfica

Tabela	Indicador	Fonte
1.1	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões -2023	IBGE/PNAD C
1.2	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões -2023	IBGE/PNAD C
1.3	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino e com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta e indiretamente, total e percentual, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
1.4	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino e com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta e indiretamente, total e percentual, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
1.5	População residente, total e distribuição percentual por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
1.6	População residente por situação do domicílio, total, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
1.7	População residente por situação do domicílio, distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
1.8	Razão de sexo (homens/mulheres), total e por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
1.9	Esperança de vida ao nascer e aos 65 anos, total e por sexo – Brasil, 2015 a 2023	IBGE/PNAD C
1.10	Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 2015 a 2023	IBGE/PNAD C
1.11	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual por espécie da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
1.12	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual por tipo da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
1.13	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual por espécie da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C

1.14	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual por tipo da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
1.15	Pessoas responsáveis pelos domicílios, sem cônjuge, com filhos de até 14 anos que moravam no domicílio, por sexo e cor ou raça do responsável, total e distribuição percentual, segundo rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> - 2023	IBGE/PNAD C
1.16	Pessoas de 2 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões e a existência de deficiência - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
1.17	Pessoas responsáveis pelo domicílio, total e distribuição percentual por sexo e existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
1.18	Pessoas responsáveis pelo domicílio, total e distribuição percentual por sexo e existência de deficiência, segundo a espécie da unidade doméstica - Brasil - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
1.19	População quilombola, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2022	IBGE/Censo Demográfico
1.20	População indígena, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2022	IBGE/Censo Demográfico
1.21	População quilombola, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	IBGE/Censo Demográfico
1.22	População indígena, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	IBGE/Censo Demográfico
1.23	População residente, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2022	IBGE/Censo Demográfico
1.24	População residente, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	IBGE/Censo Demográfico
1.25	Moradores em domicílios particulares improvisados, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022	IBGE/Censo Demográfico
1.26	Moradores em domicílios coletivos, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022	IBGE/Censo Demográfico

2. Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho

Tabela	Indicador	Fonte
2.1	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos últimos três meses, total, por situação do domicílio e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.2	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos últimos três meses, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.3.a	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.3.b	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.4.a	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.4.b	Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.5.a	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.5.b	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.6.a	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.6.b	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.7.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.7.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.8.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.8.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.9.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C

2.9.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e percentual em situação de informalidade por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.10.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.10.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo feminino, ocupadas na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.11.a	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.11.b	Pessoas de 14 anos ou mais de idade do sexo masculino, ocupados na semana de referência, no trabalho principal, total e distribuição percentual por posição na ocupação e categoria do emprego, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.12.a	População ocupada de 14 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.12.b	População ocupada de 14 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
2.13.a	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no setor da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, total e distribuição percentual por sexo, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego na semana de referência, no trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.13.b	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no setor da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, total e distribuição percentual por sexo, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego na semana de referência, no trabalho principal - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
2.14	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.15	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por nível de instrução, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.16	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C

2.17	Rendimento-hora médio habitual real da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, por sexo e nível de instrução, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.18	Mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.19	Mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por condição na ocupação e frequência dos filhos na creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.20.a	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.20.b	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.21.a	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e posse de carteira assinada, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.21.b	População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico por sexo e posse de carteira assinada, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.22	Trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade por cor ou raça, total e percentual com menos de 4 anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.23	Trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade por cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo o nível de instrução - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.24.a	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos das trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.24.b	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos das trabalhadoras domésticas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.25.a	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.25.b	Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.26	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino, total e distribuição percentual por rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C

2.27	Domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino, total e distribuição percentual por rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
2.28	Domicílios particulares permanentes, total e distribuição percentual por rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> , segundo sexo e cor ou raça da pessoa responsável - 2023	IBGE/PNAD C
2.29	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal, total e percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.30	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal, total, por situação do domicílio e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.31	Moradores em domicílios onde havia microcomputador ou tablet e acesso à internet, total, por situação do domicílio e sua respectiva distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.32	Percentual de moradores em domicílios onde havia microcomputador ou <i>tablet</i> e acesso à internet, total e percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.33.a	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a cor ou raça - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.33.b	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a cor ou raça - 2023	IBGE/PNAD C
2.34.a	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.34.b	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
2.35.a	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.35.b	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - 2023	IBGE/PNAD C

2.36	Nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade com deficiência, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
2.37	Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e pessoas com deficiência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
2.38	Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e pessoas com deficiência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
2.39	Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e com deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
2.40	Domicílios particulares permanentes, total e distribuição percentual, por recebimento de programa social e sexo do responsável, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 4º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.41.a	Nível da ocupação das mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.41.b	Nível da ocupação das mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
2.42.a	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.42.b	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
2.43.a	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.43.b	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C

2.44.a	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.44.b	Mulheres de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
2.45.a	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
2.45.b	Homens de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo a procura por trabalho no mês de referência e o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
2.46.a	Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.46.b	Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
2.47.a	Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
2.47.b	Jovens de 15 a 29 anos de idade, total e distribuição percentual, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
2.48.a	Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência, e respectiva distribuição percentual por grupos de idade, sexo, cor ou raça e sexo e cor ou raça, segundo o desejo de trabalhar e o principal motivo de não tomarem providência para conseguir trabalho - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
2.48.b	Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência, e respectiva distribuição percentual por grupos de idade, sexo, cor ou raça e sexo e cor ou raça, segundo o desejo de trabalhar e o principal motivo de não tomarem providência para conseguir trabalho - Brasil - 2022	IBGE/PNAD C
2.49	Pessoas empregadas, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.50	Valor da remuneração média de contratação, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial

2.51	Valor do salário contratual mediano, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.52	Valor da remuneração média, por sexo e cor ou raça, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.53	Valor da remuneração média de pessoas celetistas, por sexo e cor ou raça, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.54	Pessoas com vínculo celetista, total e distribuição percentual, segundo o sexo - Brasil - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.55	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.56	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres vítimas de violência, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.57	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres negras, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.58	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres chefes de família, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	Relatório da transparência salarial
2.59	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à contratação de mulheres com deficiência, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.60	Percentual do total de estabelecimentos que possuem políticas de incentivo à promoção de mulheres a cargos de Direção e Gerência, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.61	Percentual de estabelecimentos que possuem política de incentivo ao compartilhamento de obrigações familiares, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.62	Percentual do total de estabelecimentos que pagam auxílio-creche, segundo a Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.63	Quantidade de estabelecimentos com 100 empregados ou mais, por Unidade da Federação - 1º semestre de 2024	Relatório da Transparência Salarial
2.64.a	Pessoas portadoras de deficiência empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 31 de dezembro de 2023	MTE/RAIS
2.64.b	Pessoas portadoras de deficiência empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 31 de dezembro de 2022	MTE/RAIS
2.65.a	Pessoas empregadas no trabalho formal, portadoras ou não de deficiência, total e distribuição percentual por sexo - Brasil - 31 de dezembro de 2023	MTE/RAIS
2.65.b	Pessoas empregadas no trabalho formal, portadoras ou não de deficiência, total e distribuição percentual por sexo - Brasil - 31 de dezembro de 2022	MTE/RAIS
2.66.a	Pessoas empregadas no trabalho formal por tempo de emprego, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica - Brasil - 31 de dezembro de 2023	MTE/RAIS

2.66.b	Pessoas empregadas no trabalho formal por tempo de emprego, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica - Brasil - 31 de dezembro de 2022	MTE/RAIS
2.67.a	Pessoas empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 31 de dezembro de 2023	MTE/RAIS
2.67.b	Pessoas empregadas no trabalho formal, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 31 de dezembro de 2022	MTE/RAIS
2.68.a	Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2023, por sexo, segundo o ramo de atividade econômica - Brasil	MTE/RAIS
2.68.b	Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2022, por sexo, segundo o ramo de atividade econômica - Brasil	MTE/RAIS
2.69.a	Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2023, por sexo, segundo as Grandes Regiões	MTE/RAIS
2.69.b	Remuneração média nominal dos empregados em 31 de dezembro de 2022, por sexo, segundo as Grandes Regiões	MTE/RAIS
2.70.a	Média de horas contratuais dos empregados em 31 de dezembro de 2023, por sexo, segundo as Grandes Regiões	MTE/RAIS
2.70.b	Média de horas contratuais dos empregados em 31 de dezembro de 2022, por sexo, segundo as Grandes Regiões	MTE/RAIS
2.71	Pessoas resgatadas em situação análoga à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	MTE/Base de Gestão do seguro-desemprego
2.72	Pessoas resgatadas em trabalho doméstico análogo à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	MTE/Base de Gestão do seguro-desemprego
2.73	Pessoas resgatadas em situação análoga à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a faixa etária - Brasil - 2023	MTE/Base de Gestão do seguro-desemprego
2.74	Pessoas resgatadas em trabalho doméstico análogo à escravidão, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a faixa etária - Brasil - 2023	MTE/Base de Gestão do seguro-desemprego
2.75	Pessoas beneficiárias e responsáveis familiares do Programa Bolsa Família, total e distribuição percentual por sexo - Brasil - agosto de 2024	MDS
2.76	Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição por sexo - Brasil - dezembro de 2023	INSS
2.77	Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição percentual por situação de domicílio e sexo - Brasil - dezembro de 2023	INSS

3. Educação para igualdade e cidadania

Tabela	Indicador	Fonte
3.1	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.2	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.3	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.4	Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o sexo - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.5	Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.6	Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.7	Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.8	Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo, segundo o nível de instrução - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.9.a	Crianças de 0 a 3 anos de idade que não frequentam creche ou escola, total e distribuição percentual, por motivo de não frequentar, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.9.b	Crianças de 0 a 3 anos de idade que não frequentam creche ou escola, total e distribuição percentual, por motivo de não frequentar, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
3.10.a	Pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.10.b	Pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
3.11.a	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C
3.11.b	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil - 2º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
3.12.a	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil - 2º trimestre de 2023	IBGE/PNAD C

3.12.b	Pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil- 2º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
3.13	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
3.14	Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
3.15	Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo a faixa etária ideal por curso frequentado - Brasil - 3º trimestre de 2022	IBGE/PNAD C
3.16	Taxa de alfabetização das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões e sexo, segundo os grupos de idade - 2022	IBGE/Censo Demográfico
3.17	Taxa de alfabetização das pessoas quilombolas de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões e sexo, segundo os grupos de idade - 2022	IBGE/Censo Demográfico
3.18	Proporção de pessoas matriculadas em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas e distribuição percentual por sexo, segundo o nível de ensino - Brasil - 2023	INEP/Censo Escolar
3.19	Proporção de pessoas matriculadas na educação infantil em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas na educação infantil e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	INEP/Censo Escolar
3.20	Proporção de pessoas matriculadas no ensino fundamental em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino fundamental e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	INEP/Censo Escolar
3.21	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	INEP/Censo Escolar
3.22	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio técnico integrado à educação profissional com relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	INEP/Censo Escolar
3.23	Pessoas matriculadas na educação profissional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	INEP/Censo Escolar
3.24	Pessoas matriculadas em cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área - Brasil - 2023	INEP/Censo Escolar
3.25	Pessoas concluintes de cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área - Brasil - 2023	INEP/Censo Escolar
3.26	Docentes em exercício na Educação Básica, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	INEP/Censo Escolar
3.27	Docentes em exercício na Educação Básica, total e proporção, por sexo e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões - 2023	INEP/Censo Escolar
3.28	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, total e distribuição percentual, por sexo e faixa etária, segundo as Grandes Regiões - 2023	INEP/Censo Escolar
3.29	Taxa de evasão escolar, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	INEP/Censo Escolar
3.30	Taxa de promoção escolar, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	INEP/Censo Escolar
3.31	Taxa de repetência escolar, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	INEP/Censo Escolar

3.32	Taxa de migração para EJA, por sexo, grupamento de série e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	INEP/Censo Escolar
3.33	Taxa de evasão escolar, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	INEP/Censo Escolar
3.34	Taxa de promoção escolar, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	INEP/Censo Escolar
3.35	Taxa de repetência escolar, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	INEP/Censo Escolar
3.36	Taxa de migração para EJA, por sexo e cor ou raça e níveis de ensino Fundamental e Médio, segundo as Grandes Regiões - 2020/2021	INEP/Censo Escolar
3.37	Matrículas, ingressos e concluintes nos cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância), total e distribuição percentual, segundo o sexo - Brasil - 2022	INEP/Censo Educação Superior
3.38	Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância) com maior número de matrículas e cursos STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso - Brasil - 2022	INEP/Censo Educação Superior
3.39	Docentes em exercício na Educação Superior, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões -2022	INEP/Censo Educação Superior
3.40	Docentes em exercício na Educação Superior, total e proporção, por sexo e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões - 2022	INEP/Censo Educação Superior
3.41	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023	CNPq
3.42	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023	CNPq
3.43	Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq, total e distribuição percentual por sexo, segundo a categoria/nível - Brasil	CNPq
3.44	Bolsas-ano no país e no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	CNPq
3.45	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país, por sexo e cor ou raça, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023	CNPq
3.46	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no exterior, por sexo e cor ou raça, segundo as principais modalidades - Brasil - 2023	CNPq
3.47	Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq, por sexo e cor ou raça, segundo a categoria/nível - Brasil - 2023	CNPq
3.48	Bolsas-ano no país e no exterior, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	CNPq

4. Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos

Tabela	Indicador	Fonte
4.1	Distribuição percentual da mortalidade por sexo, segundo o grupo de causas – Brasil - 2023	MS/SIM
4.2	Taxa bruta de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) - Brasil - 2023	MS/SIM
4.3	Taxa bruta de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo masculino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 homens) - Brasil - 2023	MS/SIM
4.4	Razão de mortalidade materna (RMM) segundo o tipo de causa obstétrica e causas específicas (por 100.000 nascidas(os) vivas(os)) - Brasil - 2023	MS/SIM
4.5	4.5 - Distribuição percentual da mortalidade materna, por ano, segundo o tipo de causa obstétrica e o tipo de causa específica – Brasil - 2013 - 2023	MS/SIM
4.6	Distribuição percentual da mortalidade materna, segundo o tipo de causa obstétrica e o tipo de causa específica – Brasil - 2023	MS/SIM
4.7	Distribuição percentual da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SIM
4.8	Razão de mortalidade materna, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SIM e SINASC
4.9	Razão de mortalidade materna, por cor ou raça, segundo o ano - Brasil - 2020 - 2023	MS/SIM e SINASC
4.10	Razão de mortalidade materna, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SIM e SINASC
4.11.a	Distribuição percentual da mortalidade materna por tipo de causa obstétrica, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023	MS/SIM
4.11.b	Distribuição percentual da mortalidade materna por tipo de causa obstétrica, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	MS/SIM
4.12	Total e taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo de útero (por 100.000 mulheres), segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SIM
4.13	Total e taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e de colo de útero (por 100.000 mulheres), segundo os grupos de idade - Brasil - 2023	MS/SIM
4.14	Distribuição percentual de óbitos por câncer de mama e de colo de útero, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	MS/SIM
4.15	Registros de violência autoprovoçada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, segundo o ano - Brasil - 2013 - 2023	MS/Sinan
4.16	Registros de violência autoprovoçada, total e distribuição percentual, segundo o sexo da vítima - Brasil - 2023	MS/Sinan
4.17	Registros de violência autoprovoçada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça da vítima - Brasil - 2023	MS/Sinan
4.18	Registros de violência autoprovoçada, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023	MS/Sinan
4.19	Registros de violência autoprovoçada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023	MS/Sinan
4.20	Registros de violência autoprovoçada por mulheres, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - 2023	MS/Sinan

4.21	Registros de violência autoprovocada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil - 2023	MS/Sinan
4.22	Mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), total e taxa padronizada (por 100.000 habitantes), por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SIM
4.23	Mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), total e taxa padronizada (por 100.00 habitantes), por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023	MS/SIM
4.24	Óbitos por lesões autoprovocadas (suicídio), total e distribuição percentual por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	MS/SIM
4.25.a	Taxa de mortalidade específica, de AIDS, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2022	MS/SIM
4.25.b	Taxa de mortalidade específica, de AIDS, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2021	MS/SIM
4.26.a	Taxa de mortalidade específica, de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2022	MS/SIM
4.26.b	Taxa de mortalidade específica, de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2021	MS/SIM
4.27	Percentual de partos cesáreos no total de partos - Brasil - 2013 - 2023	MS/SINASC
4.28	Distribuição percentual de partos, por local de realização, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SINASC
4.29	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por escolaridade da mãe, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SINASC
4.30	Nascidas(os) vivas(os) de mães com idade até 14 anos - Brasil - 2013 - 2023	MS/SINASC
4.31	Percentual de crianças nascidas vivas de mães com idade de até 19 anos, por Grandes Regiões - 2013 - 2023	MS/SINASC
4.32	Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SINASC
4.33	Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal, segundo o ano - Brasil - 2013 - 2023	MS/SINASC
4.34	Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SINASC
4.35	Proporção de nascidas(os) vivas(os) cujas mães fizeram o acompanhamento pré-natal adequado, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SINASC
4.36	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SINASC
4.37	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por grupos de idade da mãe, segundo Grupos de Robson - Brasil - 2023	MS/SINASC
4.38	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por cor ou raça da mãe, segundo Grupos de Robson - Brasil - 2023	MS/SINASC
4.39	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por Grupo de Robson, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SINASC
4.40	Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, por escolaridade da mãe, segundo Grupos de Robson - Brasil - 2023	MS/SINASC
4.41	Novos casos de Aids, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2022	MS/ DATHI
4.42.a	Taxa de incidência de AIDS por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2022	MS/ DATHI

4.42.b	Taxa de incidência de AIDS por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) - 2021	MS/ DATHI
4.43	Novos casos Aids, total e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022	MS/ DATHI
4.44.a	Taxa de incidência de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2022	MS/ DATHI
4.44.b	Taxa de incidência de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2021	MS/ DATHI
4.45	Proporção de casos de AIDS por sexo, segundo a categoria de exposição - Brasil - 2022	MS/ DATHI
4.46	Número de exames citopatológicos, cêrvico-vaginal e microflora realizados, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SIA
4.47	Número de exames de mamografias realizados, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SIA
4.48	Percentual de adultos (≥ 18 anos) que referiram diagnóstico médico de hipertensão arterial, por sexo, segundo as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal - 2023	MS/Vigitel
4.49	Percentual de adultos (≥ 18 anos) que referiram diagnóstico médico de diabetes, por sexo, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal - 2023	MS/Vigitel
4.50	Estabelecimentos que fazem interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/CNES
4.51	Mulheres atendidas no programa dignidade menstrual por faixa etária, segundo as Grandes Regiões - 2024 (até agosto)	MS/SECTICS
4.52	Mulheres atendidas no programa dignidade menstrual por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2024 (até agosto)	MS/SECTICS
4.53	Pessoas de 5 anos ou mais de idade, total e percentual que se vacinou contra a COVID-19, por sexo, segundo o grupo de idade - Brasil - 1º trimestre de 2023	IBGE/PNADC
4.54	Percentual de pessoas de 5 anos ou mais de idade que não se vacinaram contra a COVID-19, por sexo e grupo de idade, segundo as Grandes Regiões - 1º trimestre de 2023	IBGE/PNADC
4.55	Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não se vacinaram contra a COVID-19, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o principal motivo de não ter tomado a vacina - Brasil - 1º trimestre de 2023	IBGE/PNADC
4.56	Pessoas de 5 anos ou mais de idade que tiveram COVID-19, total e percentual, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 1º trimestre de 2023	IBGE/PNADC

5. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

Tabela	Indicador	Fonte
5.1	Total de registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências por ano, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2013-2023	MS/Sinan
5.2	Percentual de registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências por ano, segundo o sexo - Brasil - 2013-2023	MS/Sinan
5.3	Total de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, por ano - Brasil - 2013-2023	MS/Sinan
5.4	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023	MS/Sinan
5.5	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, total e distribuição percentual, segundo o sexo do(a) agressor(a) - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.6	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo(a) agressor(a), total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo Grandes Regiões de notificação - 2023	MS/Sinan
5.7	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça da vítima - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.8	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a situação conjugal da vítima - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.9	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, com algum tipo de deficiência/transtorno, total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência da vítima - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.10	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e distribuição percentual, segundo a situação do domicílio - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.11	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e proporção dos casos de violência de repetição - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.12	Registros de violência doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o local de ocorrência - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.13	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, por sexo, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.14	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o meio de agressão - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.15	Casos de violência de repetição nos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos, total e proporção, segundo as Grandes Regiões de notificação - 2023	MS/Sinan
5.16	Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo(a) agressor(a), total e proporção em relação ao total de casos, segundo o sexo da vítima - Brasil - 2023	MS/Sinan
5.17	Total e taxa padronizada de mortalidade por homicídio (por 100.000 habitantes), por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	MS/SIM
5.18	Taxa de mortalidade por homicídio específica por sexo (por 100.000 habitantes), segundo os grupos de idade - Brasil - 2023	MS/SIM

5.19	Número de óbitos de mulheres por homicídio, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	MS/SIM
5.20	Total e taxa padronizada de mortalidade por homicídio e variação relativa, segundo o sexo (por 100.000 habitantes) - Brasil - 2012 e 2023	MS/SIM
5.21	Ocorrências policiais de feminicídio por ano - Brasil - 2015-2024	MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública
5.22.a	Ocorrências policiais de feminicídio, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2024	MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública
5.22.b	Ocorrências policiais de feminicídio, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2023	MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública
5.23	Ocorrências policiais de homicídio e de lesão corporal seguida de morte de mulheres - Brasil - 2015-2024	MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública
5.24.a	Ocorrências policiais de homicídio doloso e de lesão corporal seguida de morte de mulheres, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2024	MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública
5.24.b	Ocorrências policiais de homicídio doloso e de lesão corporal seguida de morte de mulheres, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2023	MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública
5.25	Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino - Brasil - 2013-2024	MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública
5.26.a	Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2024	MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública
5.26.b	Ocorrências policiais de estupro com vítimas do sexo feminino, total e taxa (por 100 mil mulheres), por Unidade da Federação - 2023	MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública
5.27.a	População carcerária feminina, vagas disponíveis para mulheres no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais femininos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.27.b	População carcerária feminina, vagas disponíveis para mulheres no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais femininos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.28.a	População carcerária masculina, vagas disponíveis para homens no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais masculinos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.28.b	População carcerária masculina, vagas disponíveis para homens no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais masculinos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.29.a	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.29.b	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.30.a	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo nacionalidade (brasileira(o) nata(o), brasileira(o) naturalizada(o) e estrangeira(o)) - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN

5.30.b	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo nacionalidade (brasileira(o) nata(o), brasileira(o) naturalizada(o) e estrangeira(o)) – Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.31.a	População prisional em cumprimento de pena, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de regime prisional - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.31.b	População prisional em cumprimento de pena, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de regime prisional - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.32.a	População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.32.b	População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.33.a	Mulheres privadas de liberdade, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.33.b	Mulheres privadas de liberdade, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.34.a	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.34.b	População carcerária feminina, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.35.a	População carcerária feminina, total e proporção, segundo as atividades educacionais em que estão envolvidas - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.35.b	População carcerária feminina, total e proporção, segundo as atividades educacionais em que estão envolvidas - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.36.a	População carcerária feminina, total e proporção em atividade laboral - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.36.b	População carcerária feminina, total e proporção em atividade laboral - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.37.a	Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.37.b	Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.38.a	Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a faixa etária - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.38.b	Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a faixa etária - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.39.a	Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.39.b	Taxa de encarceramento de mulheres (por 100 mil), segundo a escolaridade - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.40.a	Mulheres gestantes e lactantes em estabelecimentos prisionais, estabelecimentos que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes, filhos que estão com suas mães em estabelecimentos prisionais femininos, estabelecimentos que possuem berçários ou creches e capacidade dos berçários ou creches, total e proporção, segundo as Grandes Regiões - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.40.b	Mulheres gestantes e lactantes em estabelecimentos prisionais, estabelecimentos que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes, filhos que estão com suas mães em estabelecimentos prisionais femininos, estabelecimentos que possuem berçários ou creches e capacidade dos berçários ou creches, total e proporção, segundo as Grandes Regiões - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.41.a	População carcerária, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tempo de pena total - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN

5.41.b	População carcerária, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o tempo de pena total - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.42.a	Óbitos no sistema penitenciário, total e proporção, por sexo, segundo as causas - Brasil - junho de 2024	MJSP/SISDEPEN
5.42.b	Óbitos no sistema penitenciário, total e proporção, por sexo, segundo as causas - Brasil - dezembro de 2023	MJSP/SISDEPEN
5.43	Denúncias de transfobia, total e distribuição percentual - Brasil -2023	MDHC/Disque 100
5.44	Relatos de lesbofobia, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência - Brasil - 2023	MDHC/Disque 100
5.45	Vítimas de violência institucional, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o segmento - Brasil -2023	MDHC/Disque 100
5.46	Violações relatadas contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violação de direitos - Brasil - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.47	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a relação do(a) agressor(a) com a vítima - Brasil - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.48	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.49	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo os grupos de idade - Brasil - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.50	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade - Brasil - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.51	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.52	Relatos de violência, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.53	Relatos de violência psicológica contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência psicológica - Brasil - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.54	Relatos de violência sexual contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência sexual - Brasil - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.55	Relatos de violência moral contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência moral -Brasil - 1º semestre de 2024	Ministério das Mulheres/Ligue 180
5.56	Serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, por Grandes Regiões, segundo os tipos de serviço - 2024	Ministério das Mulheres/ SENEV

6. Mulheres em espaço de poder e decisão

Tabela	Indicador	Fonte
6.1	Eleitoras(es) inscritas(os), total e distribuição percentual por sexo - Brasil - 2024	TSE
6.2	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	TSE
6.3	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, segundo o cargo - Brasil - 2016/2020/2024	TSE
6.4	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil - 2024	TSE
6.5	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - 2024	TSE
6.6	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - 2024	TSE
6.7	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o grau de instrução - Brasil - 2024	TSE
6.8	Mulheres e homens candidatas(os) inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o Partido Político - Brasil - 2024	TSE
6.9	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	TSE
6.10	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil - 2024	TSE
6.11	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência inscritas(os) nas eleições, total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 2024	TSE
6.12	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	TSE
6.13	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), segundo o cargo - Brasil - 2016/ 2020 /2024	TSE
6.14	Distribuição percentual de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita, por cargo, segundo as Grandes Regiões - 2024	TSE
6.15	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil - 2024	TSE
6.16	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça - Brasil - 2024	TSE
6.17	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo a faixa etária - Brasil - 2024	TSE
6.18	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o grau de instrução - Brasil - 2024	TSE
6.19	Mulheres e homens candidatas(os) eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o Partido Político - Brasil - 2024	TSE

6.20	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	TSE
6.21	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o cargo - Brasil - 2024	TSE
6.22	Mulheres e homens candidatas(os) com deficiência eleitas(os), total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência - Brasil - 2024	TSE
6.23	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo as Grandes Regiões - 2024	TSE
6.24	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o cargo - Brasil - 2024	TSE
6.25	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo a cor ou raça - Brasil - 2024	TSE
6.26	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo a faixa etária - Brasil - 2024	TSE
6.27	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o grau de instrução - Brasil - 2024	TSE
6.28	Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o partido político - Brasil - 2024	TSE
6.29	Deputadas(os) federais, senadoras(es) e governadoras(es) em exercício, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o exercício do poder - Brasil - 2024	Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
6.30	Parlamentares ocupando a presidência das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
6.31	Parlamentares na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e Mesa do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
6.32	Parlamentares ocupando cargos de Liderança de partido ou Bloco partidário na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	Sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
6.33	Partidos com representação no Congresso que têm instâncias de mulheres - 2024	Sites dos Partidos Políticos

6.34	Pessoas na direção dos partidos com representação no Congresso, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o partido político - Brasil - 2024	Sites dos Partidos Políticos
6.35	Presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	Sites das Centrais Sindicais
6.36	Pessoas em cargos de direção das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	Sites das Centrais Sindicais
6.37	Ministras(os) de Estado, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024	Presidência da República
6.38	Servidoras(es) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, total e distribuição percentual, por situação de vínculo e sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2023	MGI/SIAPE
6.39	Servidoras mulheres ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo o nível da função - Brasil - 2023	MGI/SIAPE
6.40	Servidores homens ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal por cor ou raça, segundo o nível da função - Brasil - 2023	MGI/SIAPE
6.41	Servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal com filhos menores de idade, total e distribuição percentual por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2023	MGI/SIAPE
6.42	Servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, idade média, remuneração média (em R\$), distribuição percentual e proporção com nível superior por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2023	MGI/SIAPE
6.43	Servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal com deficiência, total e distribuição percentual em relação ao total de servidores, por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2023	MGI/SIAPE
6.44	Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual, por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023	MD
6.45	Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de carreira - Brasil - 2023	MD
6.46	Oficiais militares de hierarquia superior ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023	MD
6.47	Servidoras(es) ativas(os) da carreira diplomática, total e distribuição por sexo, segundo o cargo ocupado - Brasil - 2023	MRE
6.48	Magistradas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a instância - Brasil - 2024	CNJ
6.49.a	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C

6.49.b	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	IBGE/PNAD C
6.50.a	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
6.50.b	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
6.51.a	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2º trimestre de 2024	IBGE/PNAD C
6.51.b	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e percentual, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2023	IBGE/PNAD C
6.52.a	Pessoas em cargos de Secretarias municipais de Políticas para Mulheres, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2024	Ministério das Mulheres/ SENATP
6.52.b	Pessoas em cargos de Secretarias municipais de Políticas para Mulheres, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2023	Ministério das Mulheres/ SENATP
6.53.a	Total de municípios brasileiros, total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios brasileiros, segundo as Grandes Regiões - 2024	Ministério das Mulheres/ SENATP
6.53.b	Total de municípios brasileiros, total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios brasileiros, segundo as Grandes Regiões - 2023	Ministério das Mulheres/ SENATP
6.54.a	Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres - SPM, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2024	Ministério das Mulheres/ SENATP
6.54.b	Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres - SPM, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões - 2023	Ministério das Mulheres/ SENATP

7. Mulheres no esporte

Tabela	Indicador	Fonte
7.1	Atletas brasileiras(os) e técnicas(os) nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	COB
7.2	Atletas brasileiras(os) e parceiras(os) de atletas nos Jogos Paralímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	CPB
7.3	Técnicas(os) e oficiais nos Jogos Paralímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	CPB
7.4	Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	COI
7.5	Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Paralímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024	COI
7.6	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta, total e distribuição percentual por sexo, segundo as categorias - Brasil - 2023	Ministério do Esporte
7.7	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta que possuem alguma deficiência, total, distribuição percentual por sexo e proporção em relação ao total de atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta - Brasil - 2023	Ministério do Esporte
7.8	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria nacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil - 2023	Ministério do Esporte
7.9	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria olímpica/paralímpica, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil - 2023	Ministério do Esporte
7.10	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria Pódio, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil - 2023	Ministério do Esporte
7.11	Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta na categoria internacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas - Brasil - 2023	Ministério do Esporte

Para ver as tabelas completas, acesse o link:

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/tabelasraseam2025.zip>

ANEXOS

Legislação

DECRETO Nº 11.351 DE 01 DE JANEIRO DE 2023.

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Mulheres e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria nº 31, de 19 de setembro de 2023. Designa os membros para compor o Grupo de Trabalho de Monitoramento de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, instituído no âmbito do Ministério das Mulheres.

PORTARIA Nº 329, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

DECRETO Nº 8.131, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, instituído pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010.

LEI Nº 12.227, DE 12 DE ABRIL DE 2010.

Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.

Lista de gráficos

GRÁFICO 1

Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%).

GRÁFICO 2

Percentual de mulheres na população total e por povos e comunidades tradicionais, segundo as Grandes Regiões - 2022 (%).

GRÁFICO 3

Razão de sexo da população total e por povos e comunidades tradicionais, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022.

GRÁFICO 4

Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 2023.

GRÁFICO 5

Domicílios particulares permanentes por sexo da pessoa responsável, segundo as Grandes Regiões - 2023 (em milhares).

GRÁFICO 6

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes com pessoa responsável do sexo feminino, por espécie da unidade doméstica, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%).

GRÁFICO 7

Percentual de domicílios com pessoa responsável com deficiência, por sexo do responsável, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022 (%).

GRÁFICO 8

Percentual de mulheres no total da população de 2 anos ou mais de idade, por existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões - 3º trimestre de 2022 (%).

GRÁFICO 9

Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral e lixo coletado direta ou indiretamente no total de domicílios particulares permanentes, por sexo da pessoa responsável, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%).

GRÁFICO 10

Distribuição percentual das mulheres que moravam em domicílios particulares improvisados, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022 (%).

GRÁFICO 11

Distribuição percentual das pessoas que moravam em domicílios coletivos, por sexo, segundo o tipo de domicílio - Brasil - 2022 (%).

GRÁFICO 12

Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%).

GRÁFICO 13

Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%).

GRÁFICO 14

Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade, por situação de ocupação e condição de estudo, segundo o sexo - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%).

GRÁFICO 15

Percentual de mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas em situação de informalidade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024.

GRÁFICO 16

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2024 (%).

GRÁFICO 17

Razão entre o rendimento médio mensal real, habitualmente recebido de todos os trabalhos, de mulheres e homens de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2024 (%).

GRÁFICO 18

Razão entre a remuneração média de mulheres e homens, segundo as Grandes Regiões - 1º semestre de 2024 (%)

GRÁFICO 19

Distribuição percentual das mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por existência de deficiência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%).

GRÁFICO 20

Distribuição percentual das mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por existência de deficiência, segundo o grupamento de atividade no trabalho principal - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%).

GRÁFICO 21

Percentual de domicílios particulares permanentes com pessoa responsável do sexo feminino, por recebimento de programa social, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 4º trimestre de 2023 (%).

GRÁFICO 22

Taxa de alfabetização das mulheres de 15 anos ou mais de idade por situação do domicílio, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023 (%).

GRÁFICO 23

Taxa de alfabetização de mulheres de 15 anos ou mais de idade segundo determinados segmentos - Brasil (%).

GRÁFICO 24

Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2023 (%).

GRÁFICO 25

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Fundamental de mulheres, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%).

GRÁFICO 26

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Fundamental de homens, por cor ou raça - Brasil, 2020/2021 (%).

GRÁFICO 27

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Médio de mulheres, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%).

GRÁFICO 28

Taxas de evasão escolar, promoção escolar, repetência escolar e migração para EJA no Ensino Médio de homens, por cor ou raça - Brasil - 2020/2021 (%).

GRÁFICO 29

Distribuição das pessoas de 14 a 29 anos que nunca frequentaram escola ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, por sexo e cor ou raça, segundo o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - Brasil - 2º trimestre de 2023.

GRÁFICO 30

Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, segundo sexo e grupos de idade, por cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023.

GRÁFICO 31

Taxa bruta de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) - Brasil - 2023 (%).

GRÁFICO 32

Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo de útero, por 100.000 mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%).

GRÁFICO 33

Distribuição percentual da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica - Brasil - 2013-2023 (%).

GRÁFICO 34

Razão de mortalidade materna, por cor ou raça - Brasil - 2020-2023.

GRÁFICO 35

Razão de mortalidade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023.

GRÁFICO 36

Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%).

GRÁFICO 37

Nascidas(os) vivas(os) de mães com idade até 14 anos - Brasil - 2013 - 2023.

GRÁFICO 38

Percentual de nascidas(os) vivas(os) de mães com idade de até 19 anos, por Grandes Regiões - 2013-2023 (%).

GRÁFICO 39

Percentual de partos cesáreos no total de partos - Brasil - 2013-2023 (%).

GRÁFICO 40

Proporção de nascidas(os) vivas(os) por parto cesáreo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2023 (%).

GRÁFICO 41

Distribuição percentual de nascidas(os) vivas(os), por número de consultas pré-natal - Brasil - 2013-2023 (%).

GRÁFICO 42

Proporção de nascidas(os) vivas(os) por partos cesáreos, por Grupo de Robson - Brasil - 2023 (%).

GRÁFICO 43

Proporção de mulheres atendidas no programa dignidade menstrual, por cor ou raça - Brasil - 2024 (%).

GRÁFICO 44

Registros de violência autoprovoçada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por ano - Brasil - 2013-2023.

GRÁFICO 45

Distribuição dos registros de violência autoprovoçada por mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por cor ou raça da vítima - Brasil - 2023 (%).

GRÁFICO 46

Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovoçadas (suicídio de mulheres por 100.000 habitantes), por Grandes Regiões - 2023.

GRÁFICO 47

Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovoçadas (suicídio), por grupos de idade (por 100.00 habitantes) - Brasil - 2023.

GRÁFICO 48

Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, por ano - Brasil - 2013-2023.

GRÁFICO 49

Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo as Grandes Regiões - 2023.

GRÁFICO 50

Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por cor ou raça da vítima - Brasil - 2023 (%).

GRÁFICO 51

Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, segundo o local de ocorrência - Brasil - 2023 (%).

GRÁFICO 52

Distribuição percentual dos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, segundo o tipo de violência - Brasil - 2023 (%).

GRÁFICO 53

Distribuição percentual dos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, por meio de agressão - Brasil - 2023 (%).

GRÁFICO 54

Ocorrências policiais de estupro de mulheres, por ano - Brasil - 2015-2024.

GRÁFICO 55

Distribuição das mulheres em situação de violência, por cor ou raça - Brasil - 1º semestre de 2024 (%).

GRÁFICO 56

Distribuição dos registros de violações contra as mulheres, segundo o tipo de violação de direitos - Brasil - 1º semestre de 2024 (%).

GRÁFICO 57

Distribuição das mulheres em situação de violência, segundo a relação do agressor com a vítima - Brasil - 1º semestre de 2024 (%).

GRÁFICO 58

Ocorrências policiais de feminicídio e homicídio e lesão corporal seguida de morte de mulheres, por ano - Brasil - 2015-2024.

GRÁFICO 59

Taxa padronizada de mortalidade por homicídio de mulheres, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 mulheres) – 2023.

GRÁFICO 60

Distribuição percentual da população carcerária de mulheres, por cor ou raça - Brasil - junho de 2024 (%).

GRÁFICO 61

Distribuição percentual da população carcerária feminina, segundo a escolaridade - Brasil - junho de 2024 (%).

GRÁFICO 62

Distribuição percentual da população carcerária feminina, segundo os crimes tentados/consumados - Brasil - junho de 2024 (%).

GRÁFICO 63

Proporção de estabelecimentos prisionais que possuem celas ou dormitórios adequados para gestantes e que possuem berçários ou creches, segundo as Grandes Regiões - 2023 (%).

GRÁFICO 64

Quantidade de candidatas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita - Brasil - 2016/2020/2024.

GRÁFICO 65

Quantidade de eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita - Brasil - 2016/2020/2024.

GRÁFICO 66

Proporção de mulheres e homens eleitas (os) no total de candidatas(os), segundo o cargo - Brasil -2024 (%).

GRÁFICO 67

Distribuição percentual de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita, por cargo, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2024 (%).

GRÁFICO 68

Distribuição percentual de servidores(as) ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores e seus equivalentes na administração federal, por sexo, segundo o nível da função - Brasil - 2022 e 2023 (%).

GRÁFICO 69

Distribuição percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, por sexo, segundo a cor ou raça - Brasil - 2022 - 2023 (%).

GRÁFICO 70

Total de municípios com Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM e proporção dos municípios com SPM em relação ao total de municípios - 2024.

GRÁFICO 71

Atletas e técnicas(os) nos Jogos Olímpicos por edição, segundo o sexo.

GRÁFICO 72

Atletas, parceiras(os) de atletas, técnicas(os), oficiais e medalhistas nos Jogos Paralímpicos de Paris, segundo o sexo - 2024.

Lista de tabelas

TABELA 1

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes com pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino por espécie da unidade doméstica, segundo os grupos de idade da pessoa responsável - Brasil - 2023 (%).

TABELA 2

Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido do trabalho principal, das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo, segundo o grupamento de atividade - Brasil - 2º trimestre de 2024.

TABELA 3

Valor da remuneração média, por sexo, segundo o grande grupo ocupacional - Brasil - 1º semestre de 2024.

TABELA 4

Número de estabelecimentos e percentual em relação ao total de estabelecimentos, por tipo de política de incentivo às mulheres - Brasil - 1º semestre de 2024.

TABELA 5

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo o sexo e a cor ou raça da pessoa responsável - Brasil - 2023 (%).

TABELA 6

Taxa ajustada de frequência escolar líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça - Brasil - 2º trimestre de 2023 (%).

TABELA 7

Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e à distância) com maior número de matrículas e cursos STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso - Brasil - 2022.

TABELA 8

Número de docentes em exercício na Educação Superior, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2022.

TABELA 9

Número de docentes em exercício na Educação Básica, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2023.

TABELA 10

Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade, por existência de deficiência e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 3º trimestre de 2022 (%).

TABELA 11

Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país para mulheres, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as principais modalidades - Brasil – 2023.

TABELA 12

Razão de mortalidade materna (RMM) por tipo de causa obstétrica e causas específicas (por 100.000 nascidas(os) vivas(os)) - Brasil – 2023.

TABELA 13

Serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, por Grandes Regiões, segundo os tipos de serviço – 2024.

TABELA 14

Mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vice-prefeita e vereadora, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo o cargo - Brasil, 2024 (%).

TABELA 15

Parlamentares ocupando a presidência das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil – 2024.

TABELA 16

Pessoas na direção dos partidos com representação no Congresso, total e distribuição percentual, por sexo, segundo o partido político - Brasil - 2024.

TABELA 17

Magistradas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a instância - Brasil - 2024.

TABELA 18

Servidoras(es) militares ativas(os), total e distribuição percentual, por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023.

TABELA 19

Oficiais militares de hierarquia superior ativas(os), total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada - Brasil - 2023.

TABELA 20

Servidoras(es) ativas(os) da carreira diplomática, total e distribuição por sexo, segundo o cargo ocupado - Brasil - 2023.

TABELA 21

Presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e distribuição percentual, por sexo - Brasil - 2024.

TABELA 22

Atletas brasileiras(os) medalhistas nos Jogos Olímpicos de Paris, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva - 2024.

TABELA 23

Atletas contempladas(os) com Bolsa Atleta, total e distribuição percentual por sexo, segundo as categorias - 2023.

Lista de base de dados

Censo Demográfico 2022

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Gerência Técnica do Censo Demográfico)

Tipo de base: Censo

Periodicidade de produção: Decenal

Resumo: O Censo Demográfico percorre todo o território nacional desde 1872 levantando informações sobre a situação de vida da população. A coleta de dados se dá por meio de questionários aplicados presencialmente às/aos residentes de domicílios de todo o Brasil, possibilitando a desagregação das informações até o nível de município. O principal objetivo do Censo é produzir informações que auxiliem na criação de políticas e tomadas de decisões em todos os níveis de governo e até da iniciativa privada. As principais variáveis do Censo dizem respeito a: situação do domicílio (urbano ou rural); características do domicílio; emigração internacional; sexo; idade; cor ou raça; etnia ou povo e língua falada (para a população indígena); religião ou culto; registro de nascimento; deficiência física ou mental; migração interna e imigração internacional; educação; deslocamento para estudo; nupcialidade; características do trabalho e do rendimento; deslocamento para trabalho; fecundidade e mortalidade.

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Instituição responsável: Ministério das Mulheres

Tipo de base: Registro administrativo

Resumo: A Central de Atendimento à Mulher, criada em 2005 pela então Secretaria de Políticas para as Mulheres, é um serviço de utilidade pública que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, orientando as mulheres em situação de violência sobre seus direitos, informando a respeito dos serviços disponíveis para atendê-las e, desde março de 2014, recebendo e encaminhando denúncias de casos de violência contra as mulheres para as autoridades competentes. A partir das ligações feitas à Central, constitui-se uma base de dados, preenchidas pelas atendentes, com o perfil das mulheres atendidas e dos tipos de atendimento.

Com detalhamento ao nível de Unidades Federativas e municípios, a base classifica os registros a partir de variáveis como: a) tipo de crime: ameaça; assédio moral (trabalho); assédio sexual (trabalho); atentado violento ao pudor; calúnia; cárcere privado; dano emocional/diminuição da autoestima; difamação; estupro; exploração sexual; homicídio; injúria; lesão corporal grave; lesão corporal gravíssima; lesão corporal leve; perseguições; tentativa de homicídio; violência patrimonial; b) tipo de violência: cárcere privado; violência física; violência moral; violência patrimonial; violência psicológica; violência sexual; c) outras variáveis relacionadas à violência e sua caracterização: trata-se de caso de violência doméstica; relação com a/o agressor/a; tempo da relação; há quanto tempo ocorre a violência; frequência com que ocorre a violência; qual o risco que se percebe; se depende financeiramente da/o agressor/a; d) variáveis de descrição do perfil da pessoa atendida: sexo; escolaridade; idade; cor ou raça.

Censo Escolar da Educação Básica

Instituição responsável: MEC/INEP/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)

Tipo de base: Censo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa declaratória realizada anualmente pelo INEP em parceria com as Secretarias de Educação estaduais e municipais, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a educação básica brasileira. A/o informante do Censo Escolar é a/o Diretor/a ou pessoa responsável indicada. Nesta pesquisa são coletados dados educacionais, tanto sobre a infraestrutura da escola, como sobre o pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, perfil das/os alunas/os, entre outros. Os dados coletados são transmitidos diretamente ao INEP. A coleta dos dados está dividida em duas etapas: 1ª etapa: aplicação dos questionários de cadastro da escola, da turma, da/o aluna/o e da/o docente, e 2ª etapa: informações de movimento e rendimento escolar.

Censo do Ensino Superior

Instituição responsável: MEC/INEP/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)

Tipo de base: Censo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Censo da Educação Superior é de âmbito nacional e periodicidade anual. Foi criado com a finalidade de produzir informações sobre a educação superior no Brasil. No ano de 2001, com a Portaria Ministerial nº 2.517, de 22 de novembro de 2001, ficou estabelecido que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem responder, anualmente, ao Censo da Educação Superior, no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SIEd-Sup) e que devem designar um/a pesquisador/a institucional para ser a/o interlocutor/a e responsável pelas informações da IES junto ao INEP. A coleta tem por objetivo principal oferecer, às/aos dirigentes das instituições, às/aos gestoras/es das políticas educacionais, às/aos pesquisadoras/es e à sociedade em geral, informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor. Com abrangência regional, estadual e municipal, o Censo é aplicado a todas as Instituições de ensino superior que possuem um ou mais cursos com data de início de funcionamento até 30 de outubro do ano base do levantamento. Os dados produzidos constituem a matriz para a construção de indicadores da educação superior. São dispostas informações administrativas e acadêmicas referentes às seguintes variáveis: a) graduação presencial; b) graduação a distância; c) cursos sequenciais; d) cursos sequenciais de formação específica – a distância; e) cursos sequenciais de complementação de estudos – presencial; f) cursos sequenciais de complementação de estudos – a distância; g) pessoal técnico-administrativo; h) pessoal docente; i) dados financeiros; j) infraestrutura; l) instalações, equipamentos e outros recursos institucionais; e m) área total, área construída e área de laboratórios (em m²).

CNPq - Portal de Dados Abertos

Estatísticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Instituição responsável: Assessoria de estatísticas de informação – CNPq

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Anual ou bianual

Resumo: O CNPq disponibiliza informações administrativas a respeito da demanda e atendimento de bolsas e da distribuição do financiamento pela instituição, além de informações censitárias a respeito dos grupos de pesquisa no país. Estes indicadores têm como fontes de dados os censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil e os investimentos do CNPq em bolsas e auxílios. As informações contemplam as seguintes variáveis: demanda e atendimento de bolsas por área de conhecimento, instituição, região, chamada, entre outras; distribuição do financiamento por ano, área, grande área, faixa etária, instituição de ensino, linha de atuação, modalidade, programa, região, sexo, Unidade da Federação, entre outras; grupos de pesquisa por Unidade da Federação, instituição, área, grande área, setor de aplicação e ano de formação. Os grupos de pesquisa são recenseados a cada dois anos.

Dados Nacionais de Segurança Pública

Instituição responsável: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Mensal

Resumo: Os indicadores que compõem os Dados Nacionais de Segurança Pública são informados pelos Estados, Distrito Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais), através dos Gestores Estaduais de Estatística, por meio do SINESP VDE (Validador de Dados Estatísticos), que é uma das soluções da Plataforma Sinesp desenvolvida para inserção, consolidação, homologação e consulta dos Dados Nacionais de Segurança Pública. O sistema permite que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) tenha dados nacionais oficiais validados até o décimo quinto dia do mês subsequente, otimizando os subsídios para as tomadas de decisões e implementação de políti-

cas públicas, assim como para a produção e para a publicação de estatísticas criminais em âmbito nacional. Os 28 indicadores definidos conforme Resolução n. 06 ConSinesp/MJSP, são: Homicídio doloso, Roubo seguido de morte, Lesão corporal seguida de morte, Homicídio na forma tentada, Feminicídio, Morte por intervenção de agente do estado, Morte a esclarecer (sem indício de crime), Morte no trânsito ou em decorrência dele, Morte de Agente do estado, Suicídio, Suicídio de agente do Estado, Estupro, Roubo de veículos, Roubo a instituição financeira, Roubo de carga, Furto de veículos, Tráfico de drogas, Apreensão de cocaína, Apreensão de maconha, Apreensão de arma de fogo, Pessoa desaparecida, Pessoa localizada, Mandado de prisão cumprido, Atendimento pré-hospitalar, Busca e salvamento, Combate a incêndios, Emissão de alvará de licença, e Realização de vistorias. É importante ressaltar que os dados disponíveis refletem o nível de alimentação e consolidação de cada Unidade da Federação no Sinesp VDE na data de sua extração, podendo ocorrer atualizações posteriores à publicação.

Estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral

Instituição responsável: Tribunal Superior Eleitoral

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Bianual

Resumo: O objetivo das estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral é disponibilizar informações sobre eleitoras/es, candidaturas e eleitas/os com abrangência nacional, Unidades Federativas e municípios. Os dados disponíveis referem-se a: a) estatística de resultados: quadro de comparecimento, quadro de votação, quocientes eleitoral e partidário, resultado da eleição, faixa etária/cargo, cargo/partido, cargo/ocupação, cargo/sexo, cargo/partido/sexo, cargo/ sexo/faixa etária, cargo/situação da candidatura, cargo/estado civil, cargo/grau de instrução/ sexo, cargo/ocupação/sexo, cargo/partido/coligação/sexo, quantidade de candidatas/os por vaga e candidatas/os a reeleição; b) estatísticas de candidatura: sexo, faixa etária, filiação partidária, estado civil, cargo para que concorre, cargo/situação da candidatura, grau de instrução, ocupação, reeleição; e c) estatísticas de eleitorado: sexo, faixa etária, grau de instrução, filiação, justificativa de votos.

Observatório de Pessoal

Instituição responsável: Ministério da Gestão

Tipo de base: Registro Administrativo

Resumo: Reúne em um só lugar, todas as publicações, painéis, bases de dados e informações de gestão de pessoas da Administração Pública Federal. O Portal disponibiliza ao público dados e informações sobre gestão de pessoas do Governo Federal presentes em bases de dados e páginas de transparência ativa já existentes. No Observatório de Pessoal, o cidadão encontra divulgação qualificada de informações sobre a gestão pública de pessoas. A iniciativa é da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do MGI. O portal do Observatório de Pessoal fornece dados sobre o perfil das lideranças no Governo Federal, com recorte de gênero e raça.

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Tipo de base: Pesquisa por amostragem probabilística

Periodicidade de produção: Mensal - Conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil;

Trimestral - Conjunto de indicadores relacionados à força de trabalho para todos os níveis de divulgação da pesquisa;

Anual - Demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares à força de trabalho; e

Variável - Outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados com maior periodicidade ou ocasionalmente.

Resumo: Visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia

da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. Tem como unidade de investigação o domicílio. A PNAD Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o Território Nacional. Sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina, e Municípios das Capitais. Desde sua implantação, a pesquisa, gradualmente, vem ampliando os indicadores investigados e divulgados.

Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios

Periodicidade de produção: semestral

Resumo: As empresas com 100 ou mais empregados devem garantir que o relatório seja divulgado de forma visível nas redes sociais e outros canais. É uma obrigação prevista na Lei de Igualdade Salarial para empresas privadas. O objetivo original é garantir um instrumento de transparência para averiguar a equidade salarial e critérios remuneratórios.

Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)

Instituição responsável: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS)

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O objetivo do Sistema de Informações de Mortalidade é obter regularmente dados sobre a mortalidade no país. A partir da criação do SIM foi possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área. Implementado pelo Ministério da Saúde a partir de 1994, o SIM tem abrangência nacional, com detalhamento no nível estadual e municipal. O controle

dessas informações é feito por meio da Declaração de Óbito preenchida pelos médicos ou pessoas responsáveis que presenciaram a morte. As declarações são coletadas pela Secretarias de Saúde municipais ou estaduais e os dados são inseridos no sistema. As variáveis consideradas referem-se a: a) falecido/a: local de nascimento, data de nascimento, idade, sexo, raça/cor, estado civil, escolaridade, ocupação, distrito e município de residência; b) óbito: data, local, estabelecimento de saúde, município; c) mãe (em caso de morte fetal ou de criança com menos de 1 ano): idade, escolaridade, ocupação, número de filhas/os nascidas/ os vivas/os, número de filhas/os nascidas/os mortas/os, tipo de gravidez (única ou múltipla), semanas de gestação, tipo de parto (vaginal ou cesáreo), doenças relativas ao parto, peso ao nascer; d) causa primária da morte (CID), causas secundárias; e) prováveis circunstâncias de morte não natural.

Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC

Instituição responsável: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS)

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Sistema de Informações de Nascidos Vivos visa reunir informações epidemiológicas referentes às/aos nascidas/os vivas/os em todo território nacional com detalhamento no nível estadual e municipal. Implementado gradualmente desde 1994 pelo Ministério da Saúde em todas as Unidades da Federação, o SINASC tem como principais variáveis: a) nascimento: data, local, estabelecimento de saúde, distrito e município de nascimento; b) mãe: idade, estado civil, escolaridade, ocupação, número de filhas/os vivas/os e mortas/ os, cidade de residência; c) gravidez e parto: semanas de gestação, tipo de gravidez (única, múltipla), tipo de parto (vaginal ou cesáreo), número de consultas pré-natais; d) nascida/o: sexo, índice APGAR no primeiro minuto, índice APGAR no quinto minuto, peso, anomalias congênitas, Código da Anomalia Congênita usando a CID.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN

Instituição responsável: Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: Implantado no país entre 1990 e 1993, o SINAN tem por objetivo o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, fornecendo informações para análise do perfil da morbidade e contribuindo, desta forma, para a tomada de decisões em nível municipal, estadual e federal. Os dados são coletados de forma contínua a partir da Ficha Individual de Notificação (FIN), preenchida pelas unidades assistenciais para cada paciente quando da suspeita da ocorrência de problema de saúde de notificação compulsória ou de interesse nacional, estadual ou municipal. As principais variáveis abordadas são: a) período e localidade em (i) mês, (ii) ano, (iii) estado e município; b) informações sobre a/o paciente: sexo, escolaridade, raça ou cor, área residencial (urbano ou rural), estado e município de residência; e o agravo, considerando a data dos primeiros sintomas, município, estado e país da infecção. Outras variáveis são coletadas, dependendo do tipo de agravo.

Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL)

Instituição responsável: Ministério da Saúde (MS)

Tipo de base: Pesquisa por Amostragem Probabilística (cobertura somente para capitais; não tem representatividade nacional)

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Vigitel é um sistema de monitoramento e vigilância implantado pelo Ministério da Saúde a partir de 2006 que visa monitorar a magnitude das DANT (Doenças e Agravos não Transmissíveis) e analisar seus determinantes sociais, econômicos, comportamentais e políticos, para: subsidiar políticas e estratégias de promoção da saúde; reduzir o nível de exposição de indivíduos e populações aos fatores de risco mais comuns para as DANT; fortalecer o sistema de saúde para o controle das/os pacientes com DANT. O sistema abrange todas as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal tendo como variáveis principais: a) caracte-

rísticas demográficas e socioeconômicas dos indivíduos: idade, sexo, estado civil, etnicidade, nível de escolaridade, número de pessoas e cômodos no domicílio, número de adultas/os e número de linhas telefônicas; b) características do padrão de alimentação e de atividade física associadas à ocorrência de DCNTs (Doenças Crônicas Não Transmissíveis): frequência do consumo de frutas, legumes e verduras e de alimentos fonte de gordura saturada e frequência e duração da prática de exercícios físicos e do hábito de assistir televisão; c) características individuais e hábitos: peso e altura recordados, frequência do consumo de cigarros e de bebidas, autoavaliação do estado de saúde da/o entrevistada/o e referência a diagnóstico médico anterior de hipertensão arterial, diabetes e colesterol elevado.

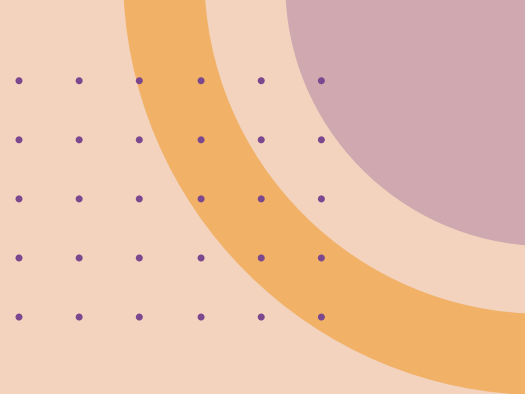
Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN

Instituição responsável: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Semestral

Resumo: O SISDEPEN é a ferramenta de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro e concentra informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária. O SISDEPEN foi criado para atender a Lei nº 12.714/2012 que dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança aplicadas aos custodiados do sistema penal brasileiro. As informações sobre os estabelecimentos penais, em posse da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), são resultado dos questionamentos presentes no Formulário de Informações Prisionais, respondido de forma eletrônica via SISDEPEN, semestralmente, por servidores indicados pelas administrações prisionais dos Estados, Distrito Federal e do Sistema Penitenciário Federal. Ao final de cada ciclo de seis meses, dados estatísticos são extraídos do SISDEPEN e sintetizados em painéis dinâmicos a fim de tornar a visualização mais interativa e ágil.



APOIO:



REALIZAÇÃO:



MINISTÉRIO DAS
MULHERES

